



UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE-UNINOVE

DENIZETE LIMA DE MESQUITA

**AÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS DE FOMENTO À LEITURA, AO LIVRO E À
BIBLIOTECA NO BRASIL**

SÃO PAULO

2018

DENIZETE LIMA DE MESQUITA

**AÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS DE FOMENTO À LEITURA, AO LIVRO E À
BIBLIOTECA NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Haddad Baptista.

SÃO PAULO

2018

M578a Mesquita, Denizete Lima de.

Ações públicas federais de fomento à leitura, ao livro e à biblioteca no Brasil. / Denizete Lima de Mesquita – 2017.

131 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, 2017.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Haddad Baptista

1. Políticas públicas. 2. Leitura. 3. Ações culturais. 4. Livros. 5. Bibliotecas. I. Baptista, Ana Maria Haddad. II. Título.

CDD 353.70981

DENIZETE LIMA DE MESQUITA

POLITICAS PÚBLICAS CULTURAIS DE FOMENTO À LEITURA, AO LIVRO E À BIBLIOTECA NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Haddad Baptista.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Haddad Baptista (UNINOVE)

Examinadora I: Prof^a. Dr^a. Diana Navas (PUC/SP)

Examinadora II: Prof^a. Dr^a. Márcia Fusaro (UNINOVE)

Suplente I: Prof. Dr. Maurício Silva (UNINOVE)

Suplente II: Prof^a. Dr^a. Sonia Regina Albano de Lima (UNESP)

Aprovada em: ____/____/2018.

Dedico primeiramente a Deus, por sua infinita bondade e misericórdia para comigo.

Aos meus pais (Dalvina da Silva Lima e Francisco Torres Rodrigues de Mesquita), por serem minhas fontes de energia e inspiração em busca da concretização de meus ideais e sonhos.

Às minhas irmãs (Denice, Cicera Dayane, Paula e Déborah) e irmão (Luciano), por serem minhas molas propulsoras quando já me sentia cansada e abatida.

Aos meus sobrinhos, que com a inocência e sabedoria do ser criança me mostram sempre o lado bom da vida.

Às minhas tias Ivanildes e Isabel Cristina, pelo acolhimento e cuidado que tiveram comigo e com minha irmã.

AGRADECIMENTO

Minha eterna gratidão a Deus pelo dom da vida e por todos os desafios que tem me propiciado ao longo dos anos, que com sua infinita bondade de misericórdia tem me concedido a sabedoria necessária para vivenciá-los, vencê-los e principalmente aprender com cada um.

Aos meus pais Dalvina da Silva Lima e Francisco Torres Rodrigues de Mesquita, que cada um a seu modo são a minha fortaleza e o meu refúgio, onde sempre vou recarregar as energias e as boas vibrações que só eles conseguem me transmitir.

Às minhas irmãs Denice, Cicera Dayane, Paula e Déborah que são minhas melhores amigas, meus talismãs, minhas motivações e as pessoas que sei que acreditam em mim e torcem para que os meus sonhos e metas tornem-se reais.

Ao meu maninho Luciano, meu caçula e grande motivação para me tornar um ser humano melhor. Ele que é um ser humano lindo que, com sua eterna inocência de criança, inspira-me a ver o mundo e as pessoas de outra forma: não vê-las, mas enxergá-las tanto em suas fortalezas como em suas fragilidades.

Às minhas tias-mães Ivanildes Torres e Isabel Cristina, que me acolheram e me apoiaram no momento preparado por Deus. Toda a minha gratidão a vocês ainda será pouco diante de tudo que representam na minha vida pessoal e profissional.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas (amores incondicionais) Rafael, Bianca Letícia, Vinícius Emanuel e Maria Valentina. Vocês extraem o que há de melhor em mim, através da inocência, simplicidade e amor verdadeiramente pleno que emana de mim para vocês.

Aos avós maternos Maria e Antônio e avó materna Maria Torres (*in memoria*), que, quando da minha infância, me ensinaram a matemática do amor verdadeiro. Aquele que, quanto mais se divide, maior se torna. E foi justamente nessa expansão e extensão do amor de vocês que hoje aprendo a fazer esta incrível operação.

Ao meu namorado Luciano, que com toda a sua paciência, tranquilidade e carinho soube respeitar e compreender a minha ausência nesses últimos meses. Seu companheirismo, afeto, cumplicidade, além das observações na minha escrita foram essenciais para que eu galgasse mais um degrau no longo percurso de meus estudos.

Aos meus tios, tias, primos, primas, sobrinhos, sobrinhas, afilhados e

afilhadas, que, mesmo ausentes fisicamente, estão sempre em meus pensamentos. Obrigada por contribuírem com mais esse degrau que, com esforço e dedicação, tenho superado.

A minha amiga Solange Hiller Herthz Santos, pelo incentivo, apoio, aventuras e amizade sincera.

À minha amiga Cleide Alves, uma amiga-irmã que Deus colocou em minha vida e de minha irmã (Denice) em um momento essencial nas nossas vidas. Seu carinho, acolhida e torcida foram fundamentais para que superássemos cada desafio ao longo da caminhada.

Aos amigos e amigas de Minter, que, cada um a seu modo, conseguiram me cativar e fazer-se presente em todas as etapas deste mestrado. Mesmo na solidão da pesquisa, entre medos e incertezas, dúvidas e questionamentos, sempre que solicitados estavam prontos a contribuir: uma palavra de incentivo, de apoio, de confiança ou simplesmente a confissão de que estavam também com os mesmos sentimentos. Muitas gargalhadas ainda ecoam em meus ouvidos e muita energia positiva sinto serem emanadas de cada um para com todos. Infinitamente grata a Deus pelo privilégio de conhecer e conviver com todos e todas.

Agradeço aos meus colegas de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus Oeiras, especialmente aqueles que sempre acreditaram na minha capacidade e que colaboraram diretamente para que todas as etapas do Minter fossem alcançadas. Em especial, agradeço a Samylla Moura e Francilene Rodrigues e José Francisco que sempre colaboram quando necessitei.

Aos professores do Mestrado Interinstitucional da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), pela acolhida, confiança e compartilhamento de suas experiências e conhecimentos no decorrer das disciplinas ministradas e outros momentos de contato e convívio.

À professora Ana Maria Baptista Haddad, que aceitou o desafio de me orientar e que foi essencial no desenvolvimento e concretização da pesquisa. MUITÍSSIMO obrigada por acreditar que eu seria capaz de realizar esse desafio e principalmente pelas palavras de incentivo, de confiança e pelo direcionamento quando pensei que não estava no caminho certo.

Ao IFPI e à UNINOVE, pela realização do convênio que disponibilizou para os servidores do IFPI a possibilidade de concorrer a uma vaga na seleção do Mestrado em Educação.

Um público comprometido com a leitura é crítico, rebelde, inquieto, pouco manipulável e não crê em lemas que alguns fazem passar por ideias.

Mario Vargas Llosa

RESUMO

Ações públicas deveriam ser atos pensados e planejados para dirimir e/ou sanar problemas sociais ligados a uma ou mais áreas. Tais ações geralmente são desenvolvidas e implantadas pelo poder público federal, estadual, municipal e/ou em parcerias. No Brasil, tais ações são planejadas e desenvolvidas, em sua maioria, para atender uma demanda socioeconômica geralmente instigada pela sociedade e debatida por pesquisadores e estudiosos. No que tange às áreas educacional e cultural brasileiras, há inúmeras lacunas decorrentes de séculos de poucos investimentos nas áreas supracitadas. Assim, a presente pesquisa objetivou estudar como as ações públicas federais de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas estão sendo implantadas e executadas no estado do Piauí. Para tal, fez-se um recorte cronológico compreendido entre 1990 e 2016, período em que houve um aumento significativo de investimentos em programas, projetos e planos voltados para o incentivo à leitura, uso e acesso aos livros e bibliotecas. Inicialmente, buscou-se apresentar uma retrospectiva histórica sobre leitura, livros e bibliotecas, desde os primeiros vestígios aos dias atuais. Para elaboração do arcabouço teórico, recorreu-se a obras de estudiosos e pesquisadores sobre a temática, a exemplo de Higounet (2003), Ficher (2006), Battles (2003), Milanese (1998), Campbel (2015), Belo (2008), Chartier (1999), Martins (2002) e outros. Para maior imersão na temática, fez-se breves conceituações sobre cultura, política cultural e ações culturais, bem como um apanhado histórico sobre leitura, livros e bibliotecas no Brasil e as principais ações (programas, projetos e políticas etc.) desenvolvidas pelo governo federal brasileiro para ensino e incentivo à leitura, uso e acesso aos livros e bibliotecas. O estudo parte inicialmente de uma pesquisa bibliográfica e documental e para o aprofundamento faz-se necessário a realização de uma pesquisa de campo, tendo em vista que, segundo Severino (2007), neste tipo de pesquisa o objeto é analisado em seu ambiente natural e a coleta de dados e informações ocorrem de forma natural no local onde acontecem e sem intervenção do pesquisador. O estudo dar-se-á sobre a implantação e gestão das ações públicas federais no estado do Piauí, tendo como *lócus* principal da pesquisa a capital Teresina, pois os dados serão majoritariamente coletados na Secretaria de Educação do Piauí (SEDUC/PI) e Secretaria de Cultura do Piauí (SECULT/PI), pois estes órgãos são responsáveis pela implantação e execução das ações em âmbito estadual. A partir da leitura e análise das referências bibliográficas e documentais, da coleta e análise dos dados, chegou-se às seguintes considerações: as bibliotecas e salas de leitura das escolas de ensino fundamental não possuem condições de uso e acesso aos livros; nas escolas estaduais há o acesso e uso, mas não possuem atividades de fomento à leitura. Quanto às bibliotecas públicas (BPs), os dados constantes no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) não condizem com a realidade apresentada pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP) do Piauí. Diante do exposto, conclui-se que existem inúmeros fatores que corroboram para que as ações públicas federais em prol do fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas não sejam efetivadas de forma satisfatória.

Palavras-chave: Políticas públicas. Leitura. Ações culturais. Livro. Bibliotecas.

ABSTRACT

Public actions should be acts designed and planned to resolve and / or remedy social problems related to one or more areas. Such actions are usually developed and implemented by federal, state, municipal and / or partnerships. In Brazil, such actions are planned and developed, mostly, to meet a socioeconomic demand generally instigated by society and debated by researchers and scholars. With regard to the Brazilian educational and cultural areas, there are numerous gaps arising from centuries of meager investments in the above-mentioned areas. Thus, the present research aimed to study how federal public actions to promote reading, books and libraries are being implemented and implemented in the state of Piauí. To that end, a chronological cut was made between 1990 and 2016, when there was a significant increase in investments in programs, projects and plans aimed at encouraging reading, use and access to books and libraries. Initially, we tried to present a historical retrospective on reading, books and libraries, from the earliest vestiges to the present day. In order to elaborate the theoretical framework, we used the works of scholars and researchers on the subject, like Higounet (2003); Ficher (2006); Battles (2003); Milanese (1998); Campbell (2015); Belo (2008); Chartier (1999); Martins (2002) and others. For further immersion in the subject, there were brief conceptualizations on culture, cultural policy and cultural actions, as well as a historical overview of reading, books and libraries in Brazil and the main actions (programs, projects and policies, etc.) developed by the federal government teaching and incentive to read, use and access books and libraries. The study starts from a bibliographical and documentary research and for the apro-grounding it is necessary to carry out a field research, considering that, according to Severino (2007), in this type of research the object is analyzed in its am natural environment and the collection of data and information occur naturally in the place where they occur and without the intervention of the researcher. The study will focus on the implementation and management of federal public actions in the state of Piauí, with the main focus of the study. research the Teresina capital, since the data will be collected mostly in SEDUC/PI and SECULT/PI, since these bodies are responsible for the implementation and execution of actions at the state level. From the reading and analysis of bibliographical and documentary references, data collection and analysis, the following considerations were reached: libraries and reading rooms of elementary schools do not have conditions for use and access to books; in state schools there is access and use, but they do not have activities to promote reading. Regarding the BPs the data in the SNBP do not correspond to the reality presented by the SEBP of Piauí. In view of the above, it is concluded that there are numerous factors that corroborate so that the federal public actions in favor of the promotion of reading, books and libraries are not carried out in a satisfactory way.

Key words: Public policies. Reading. Cultural actions. Book. Libraries.

RESUMEN

Las acciones públicas deberían ser actos pensados y planificados para dirigir y / o remediar problemas sociales vinculados a una o más áreas. Tales acciones generalmente son desarrolladas e implantadas por el poder público federal, estatal, municipal y / o en alianzas. En Brasil, tales acciones se planifican y desarrollan, en su mayoría, para atender una demanda socioeconómica generalmente instigada por la sociedad y debatida por pescadores y estudiosos. En lo que se refiere a las áreas educativa y cultural brasileñas, hay innumerables lagunas derivadas de siglos de escasas inversiones en las áreas arriba citadas. Así, la presente investigación objetivó estudiar cómo las acciones públicas federales de fomento a la lectura, a los libros ya las bibliotecas están siendo implantadas y ejecutadas en el estado de Piauí. Para el, se hizo un recorte cronológico comprendido entre 1990 y 2016, período en que hubo un aumento significativo de inversiones en programas, proyectos y planes orientados al incentivo a la lectura, uso y acceso a los libros y bibliotecas. Inicialmente, se buscó presentar una retrospectiva histórica sobre lectura, libros y bibliotecas, desde los primeros vestigios a los días actuales. Para la elaboración del arcabouço teórico se recurrió a obras de estudiosos e investigadores sobre la temática, a ejemplo de Higounet (2003); Ficher (2006); Battles (2003); Milanese (1998); Campbel (2015); (2008); Chartier (1999); Martins (2002) y otros. Para mayor inmersión en la temática, se hicieron breves conceptualizaciones sobre cultura, política cultural y acciones culturales, así como un recuento histórico sobre lectura, libros y bibliotecas en Brasil y las principales acciones (programas, proyectos y políticas, etc.) gobierno federal brasileño para enseñanza e incentivo a la lectura, uso y acceso a los libros y bibliotecas. El estudio de la bibliografía y documental y para el profundización se hace necesario para la realización de una investigación de campo, teniendo en vista que, según Severino (2007), en este tipo de investigación el objeto es analizado en este tipo de investigación su ambiente natural y la recolección de datos e informaciones ocurren de forma natural en el lugar donde ocurren y sin intervención del investigador. Así, la investigación de las acciones públicas federales de fomento a la lectura, a los libros y las bibliotecas de 1990 a 2016. El estudio se dará sobre la implantación y gestión de las acciones públicas federales en el estado de Piauí, teniendo como locus el principal de la investigación a la capital Teresina, pues los datos serán mayoritariamente recogidos en la SEDUC/PI y SECULT/PI, pues estos órganos son responsables por la implantación y ejecución de las acciones a nivel estatal. A partir de la lectura y análisis de las referencias bibliográficas y documentales, de la recolección y análisis de los datos, se llegó a las siguientes consideraciones: las bibliotecas y salas de lectura de las escuelas de enseñanza fundamental no poseen condiciones de uso y acceso a los libros; en las escuelas estatales hay el acceso y uso, pero no poseen actividades de fomento a la lectura. En cuanto a las BPs los datos constantes en el SNBP no concuerdan con la realidad presentada por el SEBP de Piauí. Ante lo expuesto, se concluye que existen innumerables factores que corroboran para que las acciones públicas federales en favor del fomento a la lectura, a los libros y las bibliotecas no se efectúen de forma satisfactoria.

Palabras clave: Políticas públicas. La lectura. Acciones culturales. Libro. Bibliotecas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Evolução dos suportes da escrita impressa	37
Figura 2 – Evolução dos suportes para escrita eletrônica	42
Figura 3 – Acervo e objetos quebrados.....	101
Figura 4 – Acervo e equipamentos da escola	101
Figura 5 – Entrada da biblioteca.....	103
Figura 6 – Acervo e espaço para leitura.....	103
Figura 7 – PNBE 2002	104
Figura 8 – PNBE 2014	104
Figura 9 – PNBE 2013	104
Figura 10 – Acervo da biblioteca da Escola Liceu Piauiense	106
Figura 11 – Literatura para Todos	107
Figura 12 – Biblioteca da escola	107
Figura 13 – PNBE 2009	107
Figura 14 – PNBE Professor	107
Quadro 1 – Respostas dos questionários SEDUC/PI e SECULT/PI	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comitês do PROLER no Brasil.....	92
Tabela 2 – Itens distribuídos e recursos financeiros investidos no PNBE de 1998 a 2014	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCINE	Agência Nacional do Cinema
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
EBAM	Encontro Latino Americano de Bibliotecário Arquivista e Museólogo
ENEBD	Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação
EREBD	Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEBE	Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar
GRE	Gerência Regional de Educação
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IPL	Instituto Pró-Livro
ISEAF	Instituto Superior de Educação Antonino Freire
MINC	Ministério da Cultura
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SALIPI	Salão do Livro do Piauí
SEB	Sistema Educacional Brasileiro
SECULT/PI	Secretaria de Cultura do Piauí
SEDUC/PI	Secretaria de Educação do Piauí
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNINOVE	Universidade Nove de Julho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA LEITURA, DO LIVRO E DA BIBLIOTECA	22
1.1 Escrita e leitura: um breve retrospecto	22
1.2 Suportes para escrita e evolução do livro	31
1.2.1 Placas de argila	34
1.2.2 Papiro	34
1.2.3 Pergaminho	35
1.2.4 Papel	36
1.2.5 Suportes eletrônicos	40
1.3 Bibliotecas: da argila ao ciberespaço	42
1.3.1 Primeiras bibliotecas: breve histórico	45
1.3.2 Bibliotecas na era eletrônica/virtual	50
2 CAPÍTULO II – AÇÕES PÚBLICAS CULTURAIS PARA LEITURA, LIVROS E BIBLIOTECA NO BRASIL	53
2.1 Cultura: noções introdutórias	53
2.2 Política cultural e políticas públicas	58
2.3 Ação cultural: o que é? Para que serve?	61
2.4 Leitura, livros e biblioteca no Brasil: algumas considerações	63
2.4.1 Legislação sobre leitura, livros e biblioteca no Brasil	68
2.4.2 Leitura: do ensino à prática	73
2.4.3 Livros e bibliotecas: acesso e uso	77
2.5 Políticas públicas culturais de fomento à leitura, ao livro e à biblioteca no Brasil: planos, projetos, programas	80
3 CAPÍTULO III – DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM BUSCA DE RESPOSTAS ...	86
3.1 Delineamento metodológico e caracterização dos objetos da pesquisa	86
3.2 Objetos da pesquisa: noções introdutórias	88
3.2.1 Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER)	90
3.2.2 Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)	94
3.2.3 Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)	96
3.3 Coleta, tratamento e análise das informações	99

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICE A – Questionário A.....	126
APÊNDICE B – Questionário B.....	127
APÊNDICE C – Termo de autorização de registro fotográfico de local/ objetos	130

INTRODUÇÃO

Com as transformações ocorridas no cotidiano da sociedade ao longo dos anos e a urgente necessidade de acesso a bens e serviços nas mais diversas áreas, os gestores públicos buscam elaborar ações que contemplem os diversos segmentos sociais. Dentre este universo de necessidades humanas, o acesso aos bens educacionais e culturais são essenciais para que a sociedade se desenvolva de forma plena.

No que tange a esta temática, o Brasil vem passando por grandes modificações na forma de elaboração, implantação e implementação de ações públicas voltadas para a democratização e acesso aos bens e serviços culturais. Tal mudança dá-se, em sua grande maioria, por pressões de categorias profissionais e pela sociedade de modo geral, que têm exigido espaços e recursos adequados em que possam usufruir das mais variadas formas de representação cultural e educacional, especialmente em relação à leitura, aos livros e às bibliotecas.

Diante do exposto, esta pesquisa objetiva analisar e discutir as ações públicas federais que visam ao fomento à leitura, ao acesso e uso dos livros, à implantação, ampliação e modernização de bibliotecas públicas, especialmente no estado do Piauí. Para tal, tomar-se-á como objeto de estudo os planos, programas e projetos do governo federal, que promovem a distribuição de livros, o incentivo à formação de leitores, a implantação e modernização de bibliotecas.

A necessidade de aprofundar os estudos deste tema deu-se a partir da análise literária de algumas pesquisas acerca do assunto, as quais demonstram que houve nos últimos anos, especialmente nas duas últimas décadas, uma maior preocupação por parte de pesquisadores em mostrar como as ações voltadas para as áreas educacional e cultural estão sendo elaboradas, implantadas e geridas, fato esse que instigou o desejo de buscar mais informações e conhecimentos, tendo em vista que há lacunas de informações imprescindíveis para uma compreensão global acerca da efetividade das ações e políticas públicas federais para o fomento à leitura, livros e bibliotecas.

Assim, o estudo do objeto acima citado dar-se-á especificamente sobre as ações implantadas entre os anos de 1990 e 2016, tendo em vista que foi a partir da década de 1990 que se intensificaram as ações voltadas para o incentivo à leitura, ao acesso e uso dos livros e das bibliotecas.

Diante do objeto de pesquisa delimitado, tem-se a seguinte questão norteadora: as ações públicas federais desenvolvidas para o incentivo à leitura, fomento ao acesso e uso dos livros e bibliotecas de fato estão atingindo os objetivos para os quais foram criadas? A partir da investigação e análise desta problemática, busca-se verificar se tais ações estão contribuindo de maneira efetiva com o processo cultural e educacional do país, considerando-se o investimento de recursos materiais e financeiros nestas ações, os quais são repassados para que os Estados e Municípios façam a implantação, execução e gerenciamento das atividades e recursos destinados ao fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas.

O estudo sobre leitura, livros e biblioteca faz-se necessário para compreender como vem ocorrendo o processo de democratização cultural e educacional no país. Inicialmente, faz-se mister conhecer o conceito de cada um destes termos para, posteriormente, mostrar a importância de cada um destes elementos para a evolução socioeconômica e cultural de uma nação.

A pesquisa justifica-se ainda por buscar identificar quais resultados as ações públicas de fomento à leitura, ao livro e à biblioteca têm obtido, uma vez que há um grande investimento de verbas oriundas do governo federal nestas ações. Outro fator considerado importante é poder fazer um estudo de como tais ações são percebidas pelos responsáveis diretos e/ou indiretos pela efetivação destas ações no estado do Piauí.

Ao analisar a problemática da pesquisa, elaborou-se as seguintes hipóteses: as ações de fomento aos livros, à leitura e à biblioteca não possuem uma fiscalização e avaliação dos recursos aplicados, portanto tais políticas públicas não cumprem de fato o papel para o qual são planejadas; as ações voltadas para a área do livro, leitura e biblioteca têm como meta viabilizar o acesso e democratização do livro e de práticas de leitura nas diversas regiões do país, porém a sua efetivação não ocorre de forma satisfatória, pois não há profissionais preparados para gerir as ações propostas por tais programas, projetos e planos, especificamente no Piauí. Ao planejar a execução de uma pesquisa, exige-se, inicialmente, o conhecimento prévio daquilo que se pretende pesquisar. Para tal, recorreu-se ao levantamento de referenciais para o embasamento teórico acerca da temática, bem como para a elaboração do percurso metodológico, o qual permitirá delinear os caminhos que devem ser percorridos ao longo da pesquisa. Estas etapas fazem-se imprescindíveis,

pois sem elas a construção do arcabouço teórico-metodológico é inviável e, conseqüentemente, a pesquisa não alcançará os objetivos pretendidos.

Destarte, para a elaboração da presente pesquisa, primeiramente fez-se o levantamento bibliográfico e documental sobre as ações públicas culturais federais de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas no Brasil, para, a partir da leitura dos referenciais encontrados, fazer as delimitações e recortes (temporal e geográfico) necessários para se chegar às ações a serem estudadas com maior profundidade.

Tais delimitações foram necessárias em virtude das inúmeras possibilidades de análise que a temática demanda, tendo em vista a complexidade do estudo acerca das ações públicas culturais promovidas pelo governo federal em âmbito nacional para fomento da leitura, dos livros e das bibliotecas.

Diante do exposto, e em consonância com a literatura lida, optou-se por analisar as ações públicas culturais federais desenvolvidas e/ou implantadas a partir do ano de 1990 ao ano de 2016, não excluindo, é claro, o estudo de ações desenvolvidas em anos anteriores, pois estas ajudarão a compreender o período em análise. Como recorte geográfico, elegeu-se o estado do Piauí, por inúmeros fatores, dentre os quais citam-se: a inexistência de bibliotecas públicas em 10 municípios piauienses; a precariedade das instalações das bibliotecas nos municípios que as possuem; o baixo índice de leitores apresentados em rankings nacionais sobre leitura; a inexistência de bibliotecas escolares em nível estadual e de profissionais com formação e qualificação adequada no quadro de servidores ativos das instituições educacionais e culturais que são responsáveis pela implantação, execução e acompanhamento das ações federais em âmbito estadual e local, dentre outros.

A partir das delimitações geográfica e cronológica, selecionou-se as ações para estudo, tendo como critério a dimensão e o impacto que estas têm alcançado ao longo das últimas décadas. Assim, tem-se como objeto de estudo o PROLER, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Defende-se a necessidade de estudo acerca das ações acima descritas para entender como funcionam, quais as metas pretendidas, quais os recursos investidos ao longo dos anos e analisar se os resultados obtidos são condizentes com os investimentos, ou seja, os caminhos e descaminhos de tais ações.

Com o intuito de buscar mais detalhes e informações para a pesquisa, recorreu-se à utilização de instrumentos de coleta de dados (questionários com perguntas abertas e fechadas), que foram aplicados para gestores e profissionais responsáveis pela implantação e gestão dos recursos e ações públicas federais de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas em nível de Piauí.

Após a coleta e tabulação, os dados serão analisados e confrontados com as informações presentes em relatórios e documentos disponíveis em *sites* e páginas oficiais do governo.

Para melhor entendimento acerca do tema em estudo, buscou-se na literatura teóricos e estudiosos que abordam sobre leitura, livros e bibliotecas, bem como pesquisas que tratam sobre ações e políticas públicas de incentivo à leitura e à democratização do acesso e uso de livros e bibliotecas.

Ao se pensar na democratização do acesso aos livros, imediatamente vem a ideia de compreensão das informações presentes nas páginas destas obras, independentemente do conteúdo que tratam, ou seja, a sua leitura, a qual, na concepção de Silva (2006), está associada ao aprendizado e por meio dela é possível adquirir conhecimentos, sendo, portanto, uma forma de o indivíduo estar em contato com o mundo e ter acesso a outros tipos de leitura de mundo.

Freire (2011) ressalta que a leitura de mundo precede sempre a leitura da palavra, sendo que a primeira implica a continuidade da segunda, portanto a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas é uma forma de transformá-la através da consciência. Para Cagliari (1995) e Bamberger (1977), a leitura pode ser concebida como uma atividade de assimilação de conhecimentos, de reflexão e um processo de descoberta que muito contribui para o desenvolvimento do intelecto.

Já para Fischer (2006), inicialmente, a leitura era compreendida como uma capacidade de extrair informações visuais baseando-se em sistemas codificados, os quais eram dados significados pelos leitores.

Higounet (2003) apresenta, de forma detalhada, o processo de desenvolvimento da escrita e sua importância para a evolução da própria humanidade, pois, de acordo com seu pensamento, a escrita “[...] dá acesso direto ao mundo das ideias, reproduz bem a linguagem articulada, permite ainda apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e o tempo” (HIGOUNET, 2003, p. 10).

Battles (2003), Milanese (1998), Campbell (2015), Belo (2008), Chartier (1999), Martins (2002), Flower (2010), Caldas e Geiger (2011), dentre outros, são essenciais para a compreensão acerca da origem e evolução dos suportes utilizados para a escrita e das bibliotecas, desde os tempos remotos aos dias atuais.

Para compreender sobre as ações públicas culturais de fomento à leitura, aos livros e bibliotecas no Brasil, buscou-se inicialmente compreender termos básicos, mas que são de extrema relevância para o aprofundamento nos estudos. Santos (2006, p. 43-44) nos ajuda, por exemplo, a compreender que “[...] Cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. [...]. Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social”. Recorreu-se também à designação postulada por Ullmann (1991, p. 83, grifo do autor), segundo o qual “[...] cultura designa o *modus vivendi*, que os homens no decurso dos tempos desenvolveram e desenvolvem, reunidos em sociedade”.

Eagleton (2011), Laraia (1986), Coelho (1997), Rodrigues (2011), Barbalho (2013), Canclini (2001), dentre outros autores, foram essenciais para a construção do arcabouço teórico acerca de cultura, políticas culturais, aculturação, patrimônio cultural, ações públicas culturais e demais informações consideradas relevantes para a compreensão acerca do capítulo que trata das ações públicas culturais de fomento à leitura, aos livros e bibliotecas no Brasil.

Para discorrer sobre o histórico da leitura, dos livros e das bibliotecas no Brasil, tem-se Cunha Filho (2004), o qual apresenta dados relevantes de como essas questões foram desenvolvidas no país desde o período da colonização, através da catequese realizada pelos padres jesuítas.

El Far (2006), em sua obra *O livro e a leitura no Brasil*, auxilia-nos a compreender um pouco sobre a formação dos amplos acervos no período colonial, apesar do rigor da censura portuguesa em relação à entrada de obras no Brasil e à sua disseminação.

Recorreu-se, também, a documentos oficiais de órgãos internacionais como, por exemplo, a Unesco, que trazem conceitos e definições importantes para o nosso estudo. Segundo ela,

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos,

sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social (UNESCO, 1994, [p. 1], grifo nosso).

Já para retratar a evolução das leis, decretos-lei, decretos, resoluções e emendas constitucionais que discorrem sobre a leitura, os livros e as bibliotecas no Brasil, fez-se um breve levantamento de acordo com a ordem em que tais instrumentos legais foram aprovados, em *sítes* do Diário Oficial da União e publicações oficiais do governo.

Baptista (2012), Perroti (1997) e Pereira (2006) mostram a importância social da leitura e o seu processo de ensino e incentivo.

De acordo com Baptista (2012, p. 67), em sua obra *Educação, ensino e literatura: propostas para reflexão*, a simples “[...] disponibilidade de livros a leitores não é, de longe, o determinante de um futuro leitor ideal”. Tal reflexão leva-nos a compreender que, para que a leitura seja ensinada de forma efetiva, é imprescindível que haja os recursos mínimos para a sua execução, tendo em vista que apenas o contato/convívio do indivíduo com obras não significa necessariamente que este se tornará um exímio leitor.

Maria Luiza Batista Bretas (2009), em sua tese de doutoramento, intitulada *Políticas de fomento à leitura: perspectivas e desafios em diferentes contextos*, defende que, para haver melhores resultados das políticas de fomento à leitura, são necessários cursos de formação dos profissionais responsáveis por iniciar o ensino da leitura e que também é urgente o planejamento, a elaboração e construção de políticas públicas que promovam o ensino e prática de leitura e de acesso aos bens culturais presentes nos livros.

No tocante ao acesso a informações sobre os objetos de estudo da pesquisa, planos, projetos e programas de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas, buscou-se coletar tais dados por meio de documentos oficiais disponibilizados pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Instituto Pró-Livro (IPL), Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL).

Assim, a pesquisa foi dividida em seções, em que cada uma trata de uma parte específica do trabalho, conforme segue.

O capítulo I tem como objetivo apresentar uma retrospectiva histórica sobre leitura, livro e biblioteca desde os primeiros vestígios aos dias atuais. Para a elaboração do arcabouço teórico da pesquisa foi necessário recorrer a obras de

estudiosos e pesquisadores que discorrem sobre a temática (leitura, livro e biblioteca).

Já no capítulo II, reuniu-se um apanhado histórico das principais ações (programas, projetos e políticas) desenvolvidas pelo governo federal para promoção e acesso à leitura, aos livros e à biblioteca no Brasil.

No capítulo III, tem-se o percurso metodológico da pesquisa. Inicialmente, apresenta-se de forma minuciosa as ações públicas federais utilizadas como objeto da pesquisa; para fins de esclarecimentos e melhor investigação, fez-se um recorte cronológico e territorial. Apresenta-se o recorte temporal (1990 a 2016) e territorial (estado do Piauí, tendo como *lócus* principal a capital Teresina); os métodos e os percursos utilizados para coleta, tabulação e análise dos dados. Em seguida, apresenta-se considerações finais, referências e elementos pós-textuais.

1 CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA LEITURA, DO LIVRO E DA BIBLIOTECA

A escrita é mais que um instrumento. Mesmo emudecendo a palavra, ela não apenas a guarda, ela realiza o pensamento que até então permanece em estado de possibilidade. Os mais simples traços desenhados pelo homem em pedra ou papel não são apenas um meio, eles também encerram e ressuscitam a todo momento o pensamento humano. (HIGOUNET, 2003, p. 9-10).

1.1 Escrita e leitura: um breve retrospecto

A compreensão do termo leitura é bastante ampla e apresenta várias definições, devido à complexidade do **ato de ler** em si, o qual acompanha a evolução da própria humanidade. Para Fischer (2006), inicialmente, a leitura era compreendida como uma capacidade de extrair informações visuais baseando-se em sistemas codificados e dar-lhes significados.

No princípio da humanidade, as informações eram passadas através da oralidade e dos gestos, mas, com o passar dos anos, percebeu-se a necessidade do registro das informações, pois sem esse registro elas poderiam ser perdidas, tendo em vista que as pessoas que as detinham faleciam e levavam consigo tais conhecimentos.

Diante de tal necessidade, o homem começou a fazer o registro de determinadas informações que fossem relevantes para seu grupo, daí surgiram os primeiros registros da escrita, que eram **lidos/interpretados** pelos membros daquela comunidade/grupo.

Os métodos de registro primitivo continham códigos conhecidos apenas por um seleto grupo. Na maioria das vezes, a literatura antiga expressava somente o que podia ser decorado. **Leitura e escrita não existiam como domínios autônomos de atividade.** Eram meros complementos ao discurso oral. **A ambiguidade era abundante.** (FISCHER, 2006, p. 13-14, grifo nosso).

Os primeiros leitores da história remetem ao homem de Neandertal e os primeiros *homo sapiens* que faziam a decodificação dos entalhes em ossos, desenhos rupestres nas cavernas, cascas de árvores e outros lugares possíveis de registrar informações que fossem representativas para aquele grupo (leitura primitiva).

Tais representações, através de gravuras, entalhes, nós e cordas, eram dotadas de códigos predeterminados que transmitiam uma mensagem carregada de significados para quem as interpretasse (ação, valor numérico, nome, figura, etc.), ou seja, eram lidas e compreendidas. Deste modo, ainda que de forma rudimentar, esses foram os primeiros registros do que hoje conhecemos como **escrita** e que colaboraram com a divulgação e propagação do conhecimento.

Mesmo não havendo uma escrita estruturada como hoje a conhecemos, ou seja, uma escrita completa, era possível fazer a leitura dessa escrita pois, segundo Fischer (2006, p. 16), “A leitura envolvia a união lógica de fragmentos de informação, sem a reconstituição do discurso articulado. Embora as leituras mais antigas fossem de escrita incompleta, eram, todavia, leituras completas”. Pois a leitura é, sobretudo, visual e conceitual.

Tal pensamento é corroborado por Freire (2011, p. 13) quando diz que “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente”.

A leitura mais completa surgiu quando os sumérios passaram a utilizar o aspecto fonográfico na pictografia, propiciando a passagem da escrita incompleta para a escrita completa. A partir de então foi que começou a etapa da evolução da leitura mais próxima do que conhecemos hoje, pois os homens passaram a interpretar o sinal pelo seu valor sonoro, de forma isolada e padronizada de sinais limitados.

Por meio dessa nova fase da evolução da escrita (transcrição de textos completos em vez de palavras isoladas), a leitura deixou de ser mera transferência de objeto para palavra e tornou-se uma sequência lógica de sons que reproduziam uma linguagem mais humana (passou-se da leitura de imagem para uma leitura de linguagem).

Com a representação da fala por meio da escrita, registrada em diversos suportes (paredes das cavernas, pedra, madeira, couro de animais, papel, etc.), houve um avanço significativo na produção e propagação do conhecimento humano, fazendo com que muitas informações, antes perdidas em virtude de sua transmissão limitada à oralidade, agora possuíssem uma forma de fixá-las por meio de registro físico, fazendo com que fossem preservadas para consultas posteriores.

O desenvolvimento da história da leitura é contado através da história de dois povos antigos, os mesopotâmicos e os egípcios. Na antiga Mesopotâmia, há aproximadamente 2700 anos a.C., a transmissão do conhecimento ocorria quase que exclusivamente por meio da oralidade. Os escribas declamadores faziam a leitura em voz alta das informações registradas nos diversos suportes como, por exemplo, as tabuletas de argila que continham informações de diversas áreas do saber (astronomia, culinária, religião, história, matemática, medicina, textos épicos, poemas, literatura, agricultura, etc.), além de informações de cunho administrativo, econômico e contábil, sendo estes últimos os que possuíam um maior volume de documentos.

As obras registradas em tabuletas de argila foram encontradas na Mesopotâmia, em castelos, templos e porões de algumas construções antigas pertencentes a reis, que guardavam esses acervos em arquivos/bibliotecas para serem preservadas e, sempre que necessário, consultadas, pois eram essenciais para a administração das cidades já existentes e das que emergiam ao longo da Mesopotâmia. É importante ressaltar que o acondicionamento e guarda de forma adequada dessas obras era essencial para sua preservação, tendo em vista que as placas de argila poderiam quebrar-se caso fossem armazenadas de forma inadequada e em qualquer lugar.

Os escribas foram importantes personagens para a propagação da leitura e da escrita ao longo da história da humanidade. Para o exercício da profissão de escriba era necessário frequentar uma escola específica para tal, onde a maioria dos alunos eram meninos (raramente encontrava-se uma menina dentre os estudantes). Nessas escolas, o curso de formação de escribas durava cerca de 12 anos (geralmente iniciavam aos 6 anos de idade e estudavam até os 18).

No decorrer da formação, além de adquirir as habilidades básicas de leitura e escrita, tinham aulas sobre outras áreas do conhecimento como religião, história, matemática e contratos – esta última era uma das mais praticadas pelos escribas.

Ao final do período de estudos, os alunos eram capazes de ler, escrever, reescrever/reproduzir outras obras e transcrever discursos e contratos para as tabuletas de argila e outros suportes utilizados na época.

As habilidades de leitura e escrita eram consideradas de grande valor, assim como a composição de grandes coleções com obras que tratavam dos mais variados temas. Geralmente quem possuía tais coleções eram pessoas com alto poder

aquisitivo e os membros das famílias reais, como por exemplo o rei Assurbanipal, na capital Níve, que tinha um suntuoso acervo para a época, formado por cerca de 25 mil placas de argila, as quais foram adquiridas nas diversas regiões da Mesopotâmia.

Além de verdadeira devoção pela escrita, Assurbanipal também era letrado e fazia questão de vangloriar-se dessa sua capacidade de ler e escrever (algo não muito comum para um rei naquela época). Para a composição de seu acervo, ele designava secretários para irem em busca de novas obras no entorno da cidade e até mesmo em outras regiões da Assíria (FISCHER, 2006).

No Egito, assim como na Mesopotâmia, a leitura era um ato oral, no sentido de declamar (por muito tempo a leitura era feita sempre em voz alta). De acordo com Fischer (2006), é atribuída aos egípcios a utilização de apenas um sinal para representar a consoante inicial da palavra – **acrofonia**¹. Assim, os leitores egípcios tinham de acrescentar as vogais apropriadas ao contexto para fazer a leitura da escrita em hieróglifos, que apresentavam apenas o “esqueleto” da palavra.

Outra escrita no antigo Egito bastante utilizada e difundida foi a escrita **cursiva**² ou **hierática**³, por ser mais prática de ser realizada que a hieroglífica.

Ainda segundo Fischer (2006), a escrita hierática era a mais lida no antigo Egito, principalmente com a descoberta de um novo suporte para o registro da escrita, o **papiro**,⁴ um suporte de fácil manuseio para a escrita e leitura, pois este era mais leve, flexível e de fácil acondicionamento. A descoberta deste novo suporte corroborou também para o aumento da quantidade de obras produzidas e reproduzidas na época e, conseqüentemente, difundiu o acesso a mais leitores.

No Egito, a leitura era executada em várias direções (direita para esquerda; esquerda para direita; cima para baixo) até que houve a padronização de apenas uma direção, da direita para esquerda, assim, a escrita hierática e suas leituras ficaram por mais de 2 mil anos sem sofrer modificações.

Apesar de toda essa expansão da produção escrita e das escolas para escribas, poucos egípcios na antiguidade sabiam ler e escrever. Tais habilidades

¹ Uso de um sinal para representar apenas a consoante inicial de uma palavra. (FISCHER, 2006).

² Escrita desenvolvida como uma ferramenta prática para registrar documentos cotidianos, como cartas, contas, listas de decisões de julgamentos e mais tarde textos literários. (FISCHER, 2006).

³ A escrita hierática é a simplificação da escrita hieroglífica, empregava o mesmo sistema, era quase que exclusivamente lida em papiro. (FISCHER, 2006).

⁴ Papiro é uma erva ciperácea de caule longo e rijo. Uma espécie de junco, retirado das margens do Rio Nilo, utilizada para confecção de suporte que servia para registro da escrita. Após macerada, a planta libera um líquido que une e fixa as fibras, formando um suporte propício para a escrita. (FISCHER, 2006).

eram majoritariamente adquiridas/desenvolvidas quase que exclusivamente por membros da elite que, quando não possuíam tais habilidades, utilizavam-se de escribas pertencentes às classes subalternas como seus escravos, para executar tais tarefas.

Considera-se importante destacar que os gregos e romanos da elite pouco faziam leituras das obras; geralmente, essa tarefa era designada aos escravos alfabetizados que tinham a missão de ler para seus senhores. Assim, as habilidades de ler e escrever eram utilizadas mais como *status* do que como função dentre os membros da elite.

Segundo Fischer (2006), os homens mais ricos e poderosos do império egípcio eram escribas pertencentes à elite, e os demais escribas eram subordinados do reino e executavam atividades formais para seus superiores.

É importante frisar que, no Egito, os letrados de destaque e reconhecidos pertenciam à elite ou, quando pertencentes a uma classe social inferior, eram utilizados como escribas escravos da classe dominante. Já na Mesopotâmia, o ensino da escrita não era limitado à elite e os escribas eram profissionais de grande reconhecimento, independentemente da classe social da qual estes vinham ou a qual pertenciam.

No Egito, a escrita era destinada a dois propósitos básicos: à administração e à exibição de monumentos, fato este que pode ser confirmado através do pouquíssimo registro da literatura escrita no primeiro milênio egípcio. Os poucos registros remanescentes foram encontrados em templos, tumbas, manuscritos e estátuas que possuíam inscrições quase nunca lidas, a não ser pelos próprios entalhadores.

O que os egípcios de fato liam rotineiramente eram documentos administrativos que, com o passar do tempo, perdiam seu valor e/ou se perdiam em consequência da fragilidade do suporte em que eram registrados (papiro). As escrituras egípcias que permaneceram para posteridade eram entalhadas em sarcófagos, paredes de túmulos e estátuas onde eram registradas mensagens sobre os mortos, narrativas contando sobre a vida daquela múmia, mensagens para os deuses e divindades, bem como palavras de magia que, segundo crença egípcia, ao serem lidas em voz alta faziam com que houvesse uma comunicação entre os mundos e despertariam os espíritos dos mortos.

Além disso, as inscrições em túmulos e sarcófagos faziam homenagens à vida futura, apresentavam feitiços contra o mal e rituais para os mortos

[...] a ser lida apenas pelos deuses, aos quais o morto pretendia se juntar. Abrangendo o “passaporte” para a eternidade de um faraó ou aristocrata, elas se dirigiam a um destinatário e não permitiam nenhum outro leitor. (FISCHER, 2006, p. 31).

Havia também uma publicação denominada livro dos mortos, na qual os egípcios acreditavam que, ao colocar o tal documento dentro dos sarcófagos, o morto levaria consigo para a outra dimensão, como uma espécie de biografia acerca do falecido.

Percebe-se, então, que desde o início da história, a elite detinha o poder social sobre a escrita e a leitura e, conseqüentemente, sobre o conhecimento e o saber. No que tange à produção literária egípcia, poucas obras resistiram ao longo de milênios de anos, pois a maior parte da escrita no antigo Egito era feita sob a superfície de papiros, que por sua fragilidade e facilidade de degradação foram facilmente perdidos/deteriorados em consequência das ações do tempo e do homem (desgaste provocado pelo manuseio inadequado, queimados em incêndios criminosos, etc.).

A passagem para o Novo Império possibilitou a expansão das produções e a introdução de um novo gênero literário mais voltado para o contexto popular (poemas de amor e folclore). Houve, também, o aumento de textos de cunho religioso que descreviam ritos devocionais e eventos sobrenaturais. As áreas já citadas traziam novas descobertas e o desdobramento de algumas áreas já consagradas como a medicina, a matemática e a história.

Acrescentando às áreas já tradicionais, passou a ser comum encontrar obras de cunho didático que traziam instruções sobre a vida, sabedoria universal, homenagens, ficção, textos poéticos, cartas. Esta última possui grande destaque na história da escrita e leitura, tanto nas civilizações mesopotâmicas quanto nas egípcias. Os reis e autoridades utilizavam-se das cartas para fazer comunicados, convites, cobranças, dar notícias, dentre outras.

Apesar de toda a evolução da palavra escrita no Egito, a sua difusão foi pouco eficiente e o índice de leitores em seu território era relativamente pequeno se comparado à sua produção literária. Acredita-se que essa ineficiência pode ser atribuída ao fato de que o ensino da leitura e da escrita era restrito a uma pequena

parcela – a elite – da população egípcia. “Os egípcios permaneceram em uma posição intermediária comum, com sua sociedade sendo ‘auxiliada pela capacidade de ler e escrever, mas não transformada por ela’” (FISCHER, 2006, p. 35).

A difusão da escrita, especificamente a mesopotâmica, para o Oriente, possibilitou o aumento do número de pessoas que adquiriam o domínio da leitura e da escrita, propiciando a expansão da produção de documentos sobre assuntos diversos, inscrição em construções arquitetônicas, bem como o desenvolvimento de uma nova escrita, a **aramaica**⁵, que, aos poucos, substituiu as escritas cuneiforme e assíria.

A expansão da escrita e da leitura pelo mundo ia, aos poucos, substituindo o talento oral (discurso/conhecimento memorizado) pelo talento visual, por meio do ato de ler o texto escrito. Nesse momento da história da leitura, a religião ganhou ainda mais destaque, pois a igreja passou a intensificar a ação de alfabetizar e formar futuros padres para exercerem a função de padres-escribas, que, além da doutrinação religiosa através da leitura em voz alta das escrituras sagradas para os fiéis, também faziam a reprodução de textos religiosos, bem como ensinavam outras pessoas a ler e escrever (percebe-se, desde o princípio da história da escrita, a importância da religião no processo de alfabetização dos fiéis).

Além dos escribas-padres, considerados os primeiros leitores da antiguidade clássica, haviam os eruditos da elite, celebrantes seculares que aprimoraram e expandiram a escrita e a leitura até o momento em que tais ensinamentos se tornassem conceito de educação, de forma geral.

A possibilidade de preservar, transformar e difundir uma informação/conhecimento fez com que a literatura religiosa fosse a mais difundida e lida por longos anos, passando então a literatura religiosa a ser predominante.

A transmissão dos ensinamentos religiosos através dos discursos e celebrações dos padres escribas era cada vez mais comum. Aliado a isso, havia a veneração aos ensinamentos repassados por meio da oralidade e aos poucos as escritas religiosas começaram a ganhar seguidores/veneradores, motivo pelo qual tem-se nas escrituras de cunho religioso a denominação de escrituras sagradas. “[...] a leitura e a escrita da literatura religiosa passaram a assumir um papel cada vez

⁵ A escrita aramaica foi desenvolvida pelos fenícios em meados do século X a. C., tornando-se o principal idioma e escrita do Oriente Próximo. (FISCHER, 2006, p. 37)

mais destacado na sociedade. Na Europa ocidental, a literatura religiosa chegou a dominar a leitura durante mais de mil anos” (FISCHER, 2006, p. 38).

Ainda segundo Fischer (2006), após três milênios de elaboração completa da escrita na Mesopotâmia, a escrita contava com inúmeros suportes para seu registro (couro, metais, pedra, tábuas e cera), sendo esta última a mais utilizada para leituras cotidianas, em função da facilidade de apagar e reescrever no mesmo suporte. Dentre todos os suportes utilizados, o destaque é dado ao papiro, importado do Egito, que mesmo custando um preço elevado tornou-se bastante procurado, propiciando assim o aumento da quantidade de obras e de leitores ao longo do litoral mediterrâneo.

A proliferação da matéria-prima fez com que se aumentasse a necessidade da produção de novas obras, empregando, assim, vários escribas e ilustradores para confecção de livros. Apesar de toda essa mudança de suporte e aumento da quantidade de obras e pessoas interessadas pela leitura, a aquisição de livros era um privilégio para poucos, em virtude do alto custo das obras, portanto só os senhores que possuíam alto poder aquisitivo adquiriam as obras e montavam coleções particulares.

A flexibilidade do papiro propiciou um novo formato para acondicionar as obras e ler. Em vez de colocar as placas de argila na palma da mão ou em cima de uma superfície, os papiros eram enrolados; no ato de ler, a obra era desenrolada e ao fim da leitura era enrolada novamente ou, dependendo da extensão do rolo de papiro, ao passo que se lia uma parte da obra, esta já ia sendo enrolada e depois era acondicionada.

Esse aumento da quantidade de obras e de leitores começou a despertar nos reis e na elite da época certa preocupação com os conteúdos que eram publicados e quem tinha acesso a tais obras, uma vez que o acesso poderia provocar mudança de mentalidade e indagações por parte da população, principalmente daqueles pertencentes à classe dominada que sabiam ler e escrever, pois a aprendizagem da leitura é definitiva e não se pode desaprendê-la.

Diante do exposto, durante toda a antiguidade, os governantes tirânicos que não conseguiam evitar que se aprendesse a escrever e ler atacavam aquilo que os opositores ou supostos inimigos estavam lendo: os próprios livros.

Desde os tempos mais remotos da história da leitura na Europa, assim como na Mesopotâmia e no Egito, as obras literárias escritas ou

subversivas, mas também as introspectivas ou meramente filosóficas avivavam as chamas do medo. (FISCHER, 2006, p. 45).

Esse receio do acesso a determinadas obras fez com que muitas produções desaparecessem, principalmente porque as obras eram queimadas, como, por exemplo, as do filósofo e matemático grego Pitágoras (c. 580 a.C a 500 a.C.) pelos atenienses em 411 a.C., e as de cunho religioso cristão foram queimadas pelo imperador Jornadar Diocleciano (245-313 d.C.).

Os gregos leem há muito tempo (cerca de 200 a.C.), porém, a prática de leitura por eles adotada por um longo período era uma prática voltada para a oralidade. Só mil anos após o surgimento da ideia da escrita silábica é que criaram um alfabeto consonântico com o emprego de consoantes e vogais como hoje a utilizamos.

No período em questão, a compreensão da leitura era no sentido de uma comunicação falada, oral e retórica, sendo sua importância maior que da palavra escrita propriamente dita. A leitura era restrita a pouquíssimos gregos até meados de 600 a.C. Somente no século VI a.C. é que a escrita foi mais generalizada para atividades públicas e semipúblicas, especialmente no registro de leis, decretos e demais atos administrativos.

Já no século seguinte (século V a.C.), a leitura aos poucos deixava de ser monopólio de uma minoria elitizada e começava a fazer parte do cotidiano da classe popular que passa a ter acesso à informação. Para Fischer (2006), essa mudança representa uma quebra de paradigma no que tange ao poder inato da leitura, que passava a ser reconhecido. “Por meio de leitura, uma pessoa poderia visualmente ‘se tornar’ um texto e, com mais leitura, até uma ‘biblioteca ambulante’ de diversas obras” (FISCHER, 2006, p. 47).

Algumas figuras ilustres da história questionaram a leitura, enquanto interpretação da palavra escrita. Dentre elas está Sócrates, o qual defendia que os livros prejudicavam a leitura correta, uma vez que era necessário fazer a interpretação do que estava escrito, bem como saber usar a entonação da voz de forma adequada no decorrer da leitura em voz alta.

Tal pensamento de Sócrates era defendido também por seu discípulo Platão, que chegou a rejeitar as obras filosóficas escritas e até querer que fosse usada a legislação civil para controlar/normatizar a poesia oral. Toda essa polêmica em torno

da escrita e da oralidade por parte de Platão levam a compreender que ele estava, na verdade, fazendo um apelo para que a escrita fosse utilizada de forma adequada.

No período de Sócrates e Platão, havia poucos textos escritos em Atenas, fato este que pode ter corroborado para que tivessem tal pensamento.

Segundo Fischer (2006), a transição da tradição oral para a escrita, ocorrida entre os séculos V e IV a.C., marcou uma nova forma da sociedade compreender a necessidade e a importância da escrita e da leitura para o registro, difusão e preservação das informações, as quais eram produzidas e reproduzidas em larga escala.

E com o avançar dos séculos, escrita e leitura faziam-se ainda mais presentes no cotidiano da sociedade, alcançando novos horizontes e possibilitando que o conhecimento chegasse a povos e lugares antes inimaginados, assim como afirma Fischer (2006, p. 51, grifo nosso): “A escrita alcançava uma grande difusão e assegurava a autoridade. **A leitura não era mais um simples recurso de memória, mas um canal autônomo para transmissão de informação, interpretação e criação**”.

A partir de então, a escrita e a prática da leitura ganhavam novos adeptos em civilizações diversas, fazendo com que a propagação e difusão do conhecimento estimulassem a produção de novas ideias a partir do que era lido e compreendido, pois cada vez mais a sociedade sentia necessidade de externar seus conhecimentos, pensamentos e sentimentos, surgindo assim obras que versavam sobre as mais variadas temáticas, pois cada civilização queria mostrar sua cultura e conhecimento, como uma forma de autoafirmação de poder.

Assim, cada civilização conferia uma importância específica para a escrita e a leitura, como, por exemplo, os gregos e os judeus do oriente médio foram os primeiros a valorizar a leitura cultural; os babilônicos e os assírios tinham predileções pelos textos mágicos, pois estes continham instruções que ajudavam a compreender o sobrenatural e, segundo suas crenças, permitiam-lhes obter saúde, riqueza e poder; enquanto que os judeus levantinos deram um aspecto de santificação à palavra escrita e à leitura.

1.2 Suportes para escrita e evolução do livro

A evolução da humanidade, conseqüentemente, colaborou com a necessidade do registro das informações, fazendo com que desenvolvessem, ao

longo dos anos, vários suportes para a escrita, iniciando pelos mais rudimentares e chegando aos mais modernos.

Tal aprimoramento deu-se não só dos suportes utilizados para fixar as informações, mas também da própria escrita, a qual passou a trazer novos detalhes os quais eram mais fáceis de registrar e interpretar.

Segundo Fischer (2006), de forma geral, a escrita pode ser compreendida como uma “[...] sequência de símbolos padronizados (caracteres, sinais ou caracteres de sinais) com finalidade de reproduzir graficamente a fala e o pensamento humano, entre outras coisas no todo ou em parte”.

O autor acrescenta ainda que, pelo fato de a definição ser limitada para o termo escrita, faz-se necessário deixá-lo ainda mais completo e utilizar o termo “escrita completa”, a qual deve possuir três critérios básicos como: objetivar a comunicação; os sinais gráficos devem estar registrados em superfície durável ou eletrônica; adotar sinais que relacionem ao discurso articulado ou programação eletrônica, de forma a realizar a comunicação.

A escrita, como hoje a conhecemos, demorou milhares de anos para ser desenvolvida, e, provavelmente, continuará a se desenvolver considerando que a humanidade está em constante evolução.

As civilizações antigas utilizavam-se de símbolos e objetos para representação de suas ideias e informações. No antigo Oriente Médio, há cerca de 8 mil anos, as mercadorias e os tipos de produtos eram representados por fichas ou moedas de argila em diversas formas geométricas, com entalhe de figuras e linhas que representavam cada tipo específico de mercadoria ou produtos, possibilitando, assim, a compreensão do que cada uma das moedas ou fichas valiam.

Segundo Higounet (2003), a criação e desenvolvimento da escrita foi essencial para a evolução da própria humanidade, pois, para o autor,

[...] a escrita não é apenas um procedimento destinado a fixar a palavra, um meio de expressão permanente, mas também dá acesso direto ao mundo das ideias, reproduz bem a linguagem articulada, permite ainda apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e o tempo. (HIGOUNET, 2003, p. 10).

Como pode ser observado, a evolução da humanidade e o aprimoramento de seu intelecto possibilita que haja uma constante melhoria das ações anteriormente realizadas e a descoberta de outras ações.

A escrita, mesmo em sua forma mais rudimentar, teve como objetivo a representação da linguagem, seja ela simbólica ou oral, mas que transmitem uma mensagem. De acordo com Higounet (2003), a representação das informações, através de gravuras/desenhos, não traz em si uma palavra ou frase inteira ou parte dela, sendo, portanto, esse tipo de escrita denominado de “escrita sintética” ou “escrita de ideias”.

A passagem da escrita sintética ou ideográfica para a escrita analítica ou escrita das palavras foi um tanto complexa, tendo em vista a dificuldade para fazer a decomposição/separação da palavra na frase, pois a representação era feita através de desenhos que, juntos ou separados, possuíam significados interpretáveis de diversas formas.

Seguindo o processo evolutivo, houve um novo avanço, a partir do qual a notação das palavras passou também a fazer a notação dos sons (de sinais ou palavras), evoluindo então para um novo momento da escrita, passando da escrita da palavra para a escrita fonética (silábica ou alfabética).

Para Higounet (2003, p. 14-15),

[...] o silabismo existia entre as populações sírias e mediterrâneas desde o segundo milênio antes de nossa era. A distinção entre consoantes e vogais dentro das sílabas e a notação de cada consoante por um sinal distinto levaram, depois de muitas tentativas ao alfabeto consonantal fenício de meados do segundo milênio, ancestral de todos os alfabetos verdadeiros, especificamente do nosso, por meio do alfabeto grego.

Toda essa compreensão do processo evolutivo da escrita só foi possível, dentre outros fatores, pela existência de vestígios materiais desses registros, ou seja, pela existência de um suporte (pedra, osso, madeira, argila, cerâmica, mármore, ferro, bronze, papiro, pergaminho, papel) o qual fora utilizado para escrever/registrar e um objeto para gravar as informações nesse suporte.

[...] a escrita era reconhecida como uma ferramenta inestimável para o acúmulo e armazenamento de informações: facilitava a contabilidade, a guarda de materiais e o transporte, bem como conservava nomes, datas, lugares e com mais eficiência que a memória humana. (FISCHER, 2006, p. 15).

Para que as informações fossem acessadas posteriormente, era necessário todo um cuidado, com o material utilizado para escrita, o acondicionamento e o manuseio que eram determinantes para sua preservação.

Dentre os principais suportes utilizados para o registro das informações ao longo da história da humanidade, destacam-se as placas de argila, o papiro, o pergaminho, o papel e os suportes eletrônicos.

1.2.1 Placas de argila

Um dos primeiros suportes utilizados para registro das informações foram as placas de argila. A partir da argila, eram confeccionados grandes blocos para o registro das informações e, com a matéria-prima ainda úmida, eram registrados os caracteres. O registro era feito com o auxílio de uma ferramenta confeccionada com osso ou metal; em seguida, as placas eram colocadas para secar e, assim que enrijeciam, eram armazenadas de forma organizada e em sequência, visando facilitar o processo de leitura.

1.2.2 Papiro

Aos poucos, a argila foi sendo substituída por outro suporte, o papiro, que, por haver abundância da matéria-prima utilizada na sua confecção, o fez ser por séculos uma das formas mais utilizadas para o registro das informações. Segundo Battles (2003 p. 34), “Comparado à argila, o papiro é frágil e difícil de preservar. Em compensação era abundante e podia ser transformado num suporte no qual a escrita era ágil e fácil”.

De acordo com Milanesi (1998), os egípcios começaram a utilizar o papiro por volta do terceiro milênio a.C. A descoberta desse novo suporte aumentou significativamente o registro das produções intelectuais, fator este que contribuiu para a criação de novas obras, novas bibliotecas e o enriquecimento de acervos de bibliotecas já existentes.

Faziam-se rolos com o papiro, que após serem escritos eram identificados com uma etiqueta com informações básicas sobre a obra e, em seguida, esta etiqueta era afixada na base dos rolos e organizados para que facilitasse serem posteriormente localizados.

Para fazer a leitura do rolo de papiro era necessário utilizar as duas mãos pois, ao passo que ia lendo o que havia sido desenrolado, era necessário enrolar

novamente para facilitar o manuseio da obra e, conseqüentemente, evitar algum dano ao material, tendo em vista sua fragilidade.

O tamanho dos rolos de papiro dependia muito da finalidade para os quais estes eram utilizados. Havia rolos com dimensões bem grandes, geralmente guardados nas bibliotecas e outros com tamanho menor, os quais eram portáteis, de fácil transporte e manuseio.

1.2.3 Pergaminho⁶

Produto de origem animal e de difícil confecção, o pergaminho possuía uma grande durabilidade; o registro da escrita era mais fácil, bem como seu armazenamento, pois este suporte poderia ser enrolado assim como o papiro ou recortado e sobreposto uns sobre os outros. Devido às várias vantagens apresentadas, o pergaminho foi, durante milênios, o suporte mais utilizado para o registro da escrita.

A argila e o papiro foram aos poucos dando lugar ao pergaminho, que, apesar de possuir valor elevado, tinha uma durabilidade maior, além de propiciar uma nova forma de manuseio e guarda. De acordo com Fischer (2006), foi no século I a.C. que Júlio César criou uma nova forma de utilizar, manusear e guardar o pergaminho (inicialmente da mesma forma que o papiro – em forma de rolo), dobrando-o em pequenas ‘folhas’ e colocando-as sobrepostas uma a outra de forma sequencial.

A nova forma de uso começou a ser expandida e ficou conhecida como *códice* – o texto era escrito em ambos os lados e colocados de forma sequencial, o que, além de ocupar menos espaço para guarda e acondicionamento, também facilitou o transporte e principalmente a leitura e o manuseio de modo geral.

Com o tempo, os códices de pergaminhos encadernados tornaram-se cada vez mais populares, revelando-se uma fonte de ganhos comerciais consideráveis. O pergaminho não tardou a concorrer com o rolo de papiro por oferecer custo relativamente baixo, facilidade de produção, maior retorno sobre o investimento, concisão e facilidade da leitura. O pergaminho começou a ameaçar seriamente o papiro durante o século I d.C. e, por volta do século IV, já o havia substituído quase por completo. (FISCHER, 2006, p. 77-78).

⁶ Pergaminho – material confeccionado geralmente de pele de cabra, carneiro, cordeiro ou ovelha. Foi desenvolvido na cidade de Pérgamo, na Grécia. Foi um dos principais suportes da escrita, utilizado na antiguidade ocidental, no decorrer da Idade Média, até a descoberta e difusão do papel no século I d.C.

O formato do livro como hoje o conhecemos originou-se a partir do momento em que se dobrou as folhas de pergaminho, escreveu-se em ambos os lados e colocou-as sobrepostas de forma ordenada. Assim, os códices a cada dia ganhavam mais espaço e predileção por parte dos autores e dos leitores em face das inúmeras vantagens já elencadas.

Apesar das vantagens do pergaminho em relação aos demais suportes existentes, este ainda não era um material considerado perfeito para escrita. E foi justamente pela necessidade de encontrar algo que facilitasse o processo da escrita, acondicionamento e manuseio que o homem buscava desenvolver novos suportes.

Aliado a estes fatores, também havia entre as civilizações a necessidade de fazer registros de cunho administrativo, o anseio por parte dos autores em produzir novas obras e o desejo dos colecionadores de aumentar o volume de obras de seus acervos. Nesse contexto, a experimentação de novos suportes para registro da escrita era uma constante entre os povos.

Entre as civilizações que contribuíram para a evolução da produção escrita destaca-se a chinesa, que pintava os caracteres de seu idioma em diversos suportes como bambu, madeira, cascas de árvore e entalhavam em osso, pedra e até cascos de tartaruga. Foi nessa busca incessante por novos suportes para escrita que passaram a utilizar a seda, produto de boa qualidade e facilidade para a escrita, porém com um valor relativamente alto, tanto quanto o pergaminho.

1.2.4 Papel

Com o aumento da demanda por mais materiais para registro das informações e principalmente pelo elevado custo do pergaminho, desenvolviam-se outros suportes que tivessem a mesma finalidade, porém com um custo menor. Foi nessa perspectiva que foi desenvolvido na China no século I d.C. um material produzido à base de polpa de seda, farrapos e fibras naturais que eram colocados sobre moldes e, após a secagem, tornava-se um excelente material para o registro de informações – o papel.

Segundo Campbell (2015), a invenção do papel não se deu exclusivamente para a escrita; outras inúmeras finalidades foram dadas a ele, como, por exemplo, para confecção de móveis, roupas, leques e demais objetos. No entanto, por suas

características (estrutura lisa, alta durabilidade, barato, fácil de produzir e abundante matéria-prima) tornou-se o principal suporte para a escrita.

As características do papel facilitaram a elaboração de livros com quantidade de páginas maior que os confeccionados com o pergaminho, por exemplo, pois, comparado a este, o papel é mais flexível, fino e de fácil manuseio.

Figura 1 – Evolução dos suportes da escrita impressa



PLACA DE ARGILA

PAPIRO

PERGAMINHO

PAPEL

Fonte: imagens da internet adaptadas pela pesquisadora, 2017

Com a criação do papel e, posteriormente, a invenção dos tipos móveis de impressão por Johannes Gensfleisch Zur Laden Zum Gutenberg no século XV, o processo de elaboração da escrita teve um avanço significativo, possibilitando o aumento da produção e reprodução de obras que eram difundidas para uma maior quantidade de pessoas.

Essa nova forma de produção das obras escritas provocou também uma mudança na forma como os livros eram vistos pela sociedade. De acordo com Fischer (2006, p. 188),

Como a palavra impressa em papel era “barata”, pelo menos se comparada com a escrita à mão no pergaminho, o livro impresso produzido em massa logo deixou de ser único, tornando-se substituível. O livro exclusivo que, como objeto, havia representado anteriormente a riqueza de classes figurava agora como propriedade intelectual, algo a ser “possuído” e compartilhado por seus donos, de pensamentos equivalentes.

Assim, o advento da impressão propiciou a rápida expansão da palavra escrita e, conseqüentemente, a quantidade de pessoas que tinha acesso aos livros e à leitura.

A facilidade de acesso às obras contribuiu para o aumento de uma comunidade de novos intelectuais, tendo em vista que, tradicionalmente, os intelectuais eram monges, membros das classes abastadas das cidades, e, com raras exceções, pessoas oriundas de classes subalternas que ganham notoriedade por desenvolver algum trabalho intelectual para reis ou membros do alto clero.

É válido ressaltar que, em um primeiro momento, as obras reproduzidas através do sistema de impressão eram textos curtos, almanaques e outras obras de cunho e conteúdo efêmeros, onde a quantidade de impressões dos exemplares era determinada pela procura das obras, a qual crescia a passos largos.

Outra mudança considerável em relação à produção dos livros através da impressão foi em relação ao tamanho/formato das folhas em que eram impressas. De acordo com Fischer (2006), os principais formatos utilizados pelos editores no século XV eram *in-fólio* (dobrada uma vez), *in-quarto* (dobrada duas vezes formando quatro quadrados) e *in-oitavo* (dobrada três vezes, formando oito quadrados). Tais formatos visavam a economia no processo de impressão, pois imprimia-se mais informações na mesma folha de papel, o que barateava os custos e, conseqüentemente, o preço final da obra.

O processo de impressão, antes realizado por pequenos comerciantes sem grandes investimentos, foi dando lugar a um processo mais elaborado através de gráficas e editoras que passavam a confeccionar e comercializar as obras em grande escala.

A importância da imprensa para a evolução intelectual da humanidade pode ser constatada por meio de Fischer (2006), quando este afirma que a invenção da imprensa foi tão importante quanto o domínio do fogo e da roda para o desenvolvimento da humanidade.

A imprensa, uma parte integrante da história geral da civilização, modificou a sociedade de forma fundamental. Oferecendo ao público cópias quase infinitas de textos idênticos, por meios mecânicos, ela transformou uma sociedade cujo acesso ao conhecimento era limitado em outra cujo acesso era quase ilimitado. A prensa, na verdade, tornou viável a sociedade moderna. Não seria exagero afirmarmos que o advento da imprensa foi tão importante para a humanidade quanto o domínio do fogo e da roda. (FISCHER, 2006, p. 196).

Foi graças à invenção dos tipos móveis de impressão que a propagação de cópias de textos e impressão de novas obras expandiu-se para todas as camadas sociais, que, mesmo não tendo o hábito da leitura, começavam a despertar o desejo por tal prática.

O acesso a obras dos mais variados conteúdos, pela população, propiciou o questionamento por parte da sociedade em relação a determinadas questões de ordem religiosa e de Estado, que, ao perceberem que o acesso a obras de forma livre estava provocando na sociedade o despertar de certos questionamentos, passou a fazer o controle das informações que eram produzidas e disseminadas para o público.

Nasce, nesse contexto, a censura, forma de repressão de publicação, impressão e difusão de obras em que seu conteúdo de alguma forma fosse contrário aos interesses dos governantes e da ordem religiosa instalada no país.

[...] **os governantes**, que com mais frequência eram árbitros em vez de partes nas disputas, descobriram que **precisavam exercer um papel ativo na organização dos circuitos de distribuição de livros se quisessem manter a paz pública e a prosperidade econômica** (MARTIN, 1994⁷ apud FISCHER, 2006, p. 202, grifo nosso).

Seguindo essa linha de pensamento, o papa Sisto IV, a pedido de doutores da Universidade de Colônia na Espanha, ordenou que os impressores, livreiros, compradores e leitores de livros considerados heréticos, deveriam ser penalizados e castigados, e que os vendedores deveriam pedir permissão às autoridades religiosas locais para poder lançar e comercializar as obras. (FISCHER, 2006).

Felizmente, as severas ações de repressão à impressão e comercialização de obras não impediu a produção, propagação, acesso e leitura de obras dos mais variados assuntos. Tornando-se cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, o livro e a leitura vêm, ao longo da história da humanidade, construindo, contando e possibilitando a (re)construção diária da própria história.

A necessidade de evolução da humanidade tem levado ao aprimoramento constante das atividades e dos objetos utilizados no cotidiano. Com a produção, reprodução e disseminação de informações não é diferente, fato este que pode ser verificado por meio dos diversos suportes e formatos que o homem tem criado para o registro de suas ações, ideias e pensamentos.

⁷ MARTIN, Henri-Jean. *The history and power of writing*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

1.2.5 Suportes eletrônicos

A tecnologia tem sido a grande mola propulsora para alavancar a evolução humana e, com a ascensão da era eletrônica e digital, tem-se a sensação de que essa evolução tem ocorrido em uma velocidade consideravelmente maior.

Seguindo essa tendência tecnológica, as informações passaram a ser registradas em suportes eletrônicos, os quais propiciaram maior alcance geográfico e maior volume de informações em um espaço consideravelmente menor que o físico.

O avanço da tecnologia e a criação do primeiro computador em 1946, por um grupo de cientistas norte-americanos, provocou mudanças radicais na forma de registro de determinadas atividades; estas, que eram desenvolvidas de forma quase artesanal, passaram a ser realizadas de forma mecanizadas. No que tange aos suportes para escrita e à forma de registro de informações, estes também evoluíram na mesma velocidade do avanço tecnológico em que a sociedade vive, e em intervalos de tempo cada vez mais curtos.

Sobre essa mudança na feitura do livro, Belo (2008, p. 17-18) diz que,

Ao escreverem o texto diretamente em computador, os autores estão fazendo eletronicamente aquilo que os compositores do século XVII faziam alinhando manualmente letras de metal em galés. Nas restantes fases da feitura de um livro, da paginação até à encadernação, ocorre também uma sucessão de processos eletrônicos, fotográficos e mecânicos envolvendo grandes meios técnicos e materiais que muitas vezes se distribuem por vários locais distantes entre si. Para além da tecnologia, a economia, a velocidade, a organização do trabalho, o número de pessoas envolvidas, os espaços físicos em que a produção do livro decorre mudaram radicalmente.

Os primeiros suportes eletrônicos para registro de informações de uso doméstico (computador pessoal) foram os *desktops* (computadores de mesa) que, ao longo das últimas décadas, evoluíram bastante em relação ao tamanho, peso e funções.

Seguindo essa proposta de equipamento eletrônico de uso pessoal, para registro e acesso a informações, o *desktop* tem passado por um processo de evolução constante. No entanto, para atender à necessidade do homem em registrar e acessar informações além da casa ou do local de trabalho, criou-se o *notebook* (caderno de notas, livro de notas) que, por ser menor, mais leve e não necessitar

estar ligado diretamente em uma tomada, permite que seja utilizado nos mais diversos lugares.

Outro importante suporte eletrônico para registro e acesso às informações, que ganha cada vez mais adeptos, é o *tablet*. Uma espécie de computador portátil, com tamanho bem reduzido e leve, que possui tela sensível ao toque (*touchscreen*) a qual é acionada com a ponta dos dedos ou uma caneta especial destinada a esta finalidade.

Inicialmente, estes equipamentos possuíam maior uso para entretenimento, como jogos, fotos e vídeos, hoje em dia já existem no mercado tabletes com funções idênticas a de muitos computadores, sendo, portanto, utilizados tanto para entretenimento como para trabalho. Todo esse processo evolutivo dos suportes para escrita utilizados pelo homem desde períodos remotos, como as paredes das cavernas, as tábuas de argila, o papiro, o pergaminho e o papel, que deram origem ao livro, como hoje o conhecemos, e posteriormente os suportes eletrônicos, têm como finalidade o registro, a preservação e o posterior acesso às informações. No que tange a esse desenvolvimento do suporte para escrita e o modo de ler as informações, Chartier (1999) fala acerca da evolução do processo de elaboração do livro e da própria leitura.

A inscrição do texto na tela cria uma distribuição, uma organização, uma estruturação do texto que não é de modo algum a mesma com a qual se defrontava o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso, onde o texto é organizado a partir de sua estrutura em cadernos, folhas e páginas. O fluxo sequencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis, como no livro que encerra, no interior de sua encadernação ou de sua capa, o texto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler. (CHARTIER, 1999, p. 12-13).

Assim, os computadores (e os demais suportes eletrônicos decorrentes da evolução do computador) corroboraram para uma nova revolução em relação ao suporte utilizado para a escrita, a forma de armazenamento, organização e a própria leitura. Outro fator considerado importante em relação aos suportes eletrônicos é a rapidez com que estes evoluem em relação ao tamanho, modelo e funções, pois tendem a acompanhar os avanços tecnológicos.

Figura 2 – Evolução dos suportes para escrita eletrônica



Fonte: imagens da internet adaptadas pela pesquisadora, 2017.

1.3 Bibliotecas: da argila ao ciberespaço

A invenção da escrita e o seu registro em materiais de diversos suportes gerou ao homem a necessidade de encontrar uma forma de armazenar esses materiais para que fossem preservados da deterioração provocada pela ação do próprio homem e da natureza, e, desta forma, possibilitar seu acesso posterior.

Tal necessidade tornou-se mais intensa quando do aumento da produção de obras escritas, pois, além da necessidade de armazenamento, surgiram novas demandas em relação à produção escrita, tais como os processos referentes à seleção e organização de toda a produção intelectual realizada.

Segundo Chartier (1999), umas das grandes preocupações do homem em relação à cultura escrita estava relacionada à perda das obras. Tal preocupação “[...] levou à busca dos textos ameaçados, à cópia dos livros mais preciosos, à impressão dos manuscritos, à **edificação das grandes bibliotecas**” (CHARTIER, 1999, p. 99, grifo nosso).

No que concerne à palavra **biblioteca**, ela vem do grego *biblion* (livro) e *teka* (caixa). A junção de ambos os termos e sua tradução para o português seria caixa de livro. Ao longo dos anos, não só a forma física dos livros ou a arquitetura dos espaços destinados à guarda e preservação das obras passou por modificações, como também o próprio significado da palavra biblioteca, que é, de forma simplificada, um local para guarda/armazenamento de livros.

De acordo com Caldas e Geiger (2011, p. 216-217), o termo biblioteca pode ter várias definições, como por exemplo:

1 – Coleção de livros, documentos e periódicos, pública (ger. aberta a consulta do público) ou particular. 2 – Edifício, sala ou conjunto de salas onde fica instalada e catalogada essa coleção, para consulta ou para empréstimo ao público. 3 – Aposento doméstico onde se guarda coleção de livros. 4 – Móvel ou estantes para livros.

Compreender o termo biblioteca em sua complexidade requer um resgate de sua história desde os tempos remotos aos dias atuais, tendo em vista que a palavra pode ser compreendida como uma coleção de obras informacionais nos mais variados suportes/formatos (placas de argila, rolos de papiro e pergaminho, livro impresso em papel e eletrônico) ou um local destinado à guarda destes itens, que pode ser um móvel, uma construção ou mesmo o ciberespaço.

As primeiras bibliotecas eram denominadas de bibliotecas minerais, pois possuíam seus acervos formados majoritariamente por plaquetas/blocos de argila que continham registros de informações sobre os mais variados assuntos e estavam presentes em espaços públicos e em casas de pessoas abastadas da época.

Segundo Fischer (2006, p. 23),

[...] todos os centros antigos na Mesopotâmia possuíam 'bibliotecas', ou seja, arquivos nada semelhantes às modernas bibliotecas que conhecemos hoje. Foi com o passar dos anos que houve uma preocupação de planejar um espaço mais adequado para abrigar as obras.

De acordo com Martins (2002), as bibliotecas da antiguidade até o final da Idade Média eram meros depósitos, os quais serviam para guardar e esconder os livros em vez de fazer com que fossem utilizados.

Apesar das peculiaridades de cada biblioteca, é importante salientar que, desde o princípio de sua história, houve a preocupação com a organização das obras que formavam os acervos, pois a cada novo item incorporado à coleção, fazia-se necessário uma organização mínima para que tais obras fossem agrupadas de acordo com suas semelhanças e diferenças, possibilitando deixá-las próximas das demais obras que tratavam do mesmo tema/assunto.

Segundo Thompson (1940⁸ apud FISCHER, 2006), havia pessoas responsáveis pela organização das obras no acervo e a estes profissionais dava-se a denominação de organizadores do universo. Tal denominação pode ser

⁸ THOMPSON, J. W. *Ancient libraries*. Hamden: CT, 1940

compreendida pelo fato de que, ao organizar as obras, que versavam sobre os mais variados temas, de fato tinha-se a dimensão de que estava sendo organizado o mundo, uma vez que as obras continham parte do conhecimento produzido universalmente.

Não só na Mesopotâmia, mas também no Egito, as bibliotecas possuíam grande destaque, estando presentes em espaços públicos, como templos, centros administrativos, bem como nos domicílios particulares de pessoas letradas e abastadas.

A origem do espaço que hoje conhecemos como biblioteca deu-se inicialmente em virtude da necessidade de guardar e preservar as obras dos desgastes provocados pela natureza e pelo homem; no entanto, com o passar dos anos e com a importância dada à informação e ao conhecimento, a este espaço foram sendo agregados novos valores. O que anteriormente seria apenas um arquivo para guardar obras, passou a ser um local que demonstra status e poder a quem o possui; assim, os modestos móveis, salas ou quartos destinados às bibliotecas deu lugar a grandiosos e imponentes prédios que impressionam pela estrutura e tamanho.

Em sua obra *A biblioteca: uma história mundial*, Campbell (2015) fez um apanhado histórico sobre o desenvolvimento das bibliotecas desde a antiga Mesopotâmia aos tempos atuais.

Bibliotecas podem ser muito mais do que simples espaços para guardar livros. Ao longo dos séculos, os projetos dos grandiosos prédios de bibliotecas celebraram o ato da leitura e a importância do saber. Tornaram-se emblemas de cultura, seja para um indivíduo, uma instituição, ou mesmo toda uma nação. [...]. Mostra que o desenvolvimento das bibliotecas ilustra a relação mutável da humanidade com o mundo escrito e que, em todo o planeta, estas nunca foram apenas depósitos empoeirados de documentos, mas ativos de cultura e civilização. (CAMPBELL, 2015, p. 19).

Com o passar dos anos, a importância dada ao espaço denominado biblioteca fica cada vez mais evidente, pois é a partir da coleção de obras que compõem o acervo que o seu detentor e/ou usuário tem acesso aos mais diversos assuntos, possibilitando-lhe apreender informações essenciais para sua evolução pessoal e intelectual.

1.3.1 Primeiras bibliotecas: breve histórico

Dentre as bibliotecas mais conhecidas da antiguidade tem-se a biblioteca de Níve na Assíria, pertencente ao rei Assurbanipal – um verdadeiro aficionado pela leitura e escrita –, e a de Alexandria, que começou a ser formada por volta de 323 a.C., durante o governo de Macedônio Ptolomeu I Sóter.

Por trás da biblioteca de Níve, tem-se uma das personalidades da história antiga que possui grande representatividade para a história da leitura, do livro e das bibliotecas, o rei Assurbanipal, um amante da leitura e do saber, que estava sempre em busca de novas obras para sua coleção considerada excepcionalmente grande para a época.

Assurbanipal montou uma biblioteca excepcionalmente grande para a época. Continha um percentual elevado, fora do comum de escritos cerimoniais, além de astrologia, presságios e palavras de feitiçaria – ou seja, recursos para compreender, apaziguar e coagir os deuses. (FISCHER, 2006, p. 24).

Ainda de acordo com Fischer (2006), a biblioteca de Assurbanipal possuía cerca de 25 mil tabuletas de argila e foi considerada a fonte mais rica de leituras sobre culturas antigas, como suméria, babilônica e assíria.

Complementando a pesquisa de Fischer (2006), Campbell (2015, p. 39) afirma que “A biblioteca de Assurbanipal era notável, pois representa a primeira tentativa de que se tem notícia de coletar todo o conhecimento de forma sistemática, antecedendo em trezentos anos a mais a conhecida biblioteca de Alexandria”.

A imponente biblioteca assíria foi desmembrada após a morte do rei Assurbanipal, e os poucos vestígios das obras que formavam o acervo foram encontrados por arqueólogos em diversas partes do palácio, o que, segundo pesquisadores, inviabiliza o local exato onde a biblioteca funcionava dentro do castelo.

Outra constatação da pesquisa de Campbell (2015) é de que o acondicionamento e a organização das tabuletas de argila das bibliotecas mesopotâmicas se davam em uma espécie de depósito. As obras do acervo eram arquivadas em salas com selo nas portas para identificar os conteúdos, bem como quando alguém tinha acesso a estes locais; ou seja, a importância maior era dada às obras que formavam a coleção/acervo e não exatamente à construção/local onde estas eram acondicionadas.

Os livros não eram exibidos, o que tornava os depósitos bastante acanhados. A existência de bibliotecas na Mesopotâmia Antiga é de significado cultural, mas as evidências encontradas até hoje mostram que eram desinteressantes do ponto de vista arquitetônico (CAMPBELL, 2015, p. 40).

O avançar dos anos e a evolução das civilizações contribuíram para uma nova fase em relação aos valores atribuídos à produção intelectual escrita e à forma como esta era vista pela sociedade. Os acervos, antes guardados em modestas e pequenas salas e/ou depósitos nas casas e palácios, começavam a ganhar destaque nas residências de pessoas abastadas, que em alguns casos utilizavam a coleção como objeto de decoração e ostentação, e nem sempre davam o devido valor ao conteúdo das obras, mas ao simples fato de ter uma determinada quantidade de itens no acervo.

Além de ganhar destaque no interior das residências, o espaço para guarda das obras ganhou imponentes prédios planejados exclusivamente para abrigar as coleções e possibilitar aos usuários apreciar o espaço arquitetônico e, de forma controlada, o acesso a determinadas obras, pois nem todas estavam disponíveis para o público.

A biblioteca de Alexandria é considerada a de maior representatividade para a história da palavra escrita, dos livros e das bibliotecas. Tamanha era a admiração de Ptolomeu Sóter I pelos livros, que seus sucessores Ptolomeu Sóter II e III deram continuidade ao projeto de aquisição de novas obras para a construção da grande biblioteca de Alexandria.

Apaixonado colecionador de livros, Ptolomeu II adquiriu todos os papiros e rolos que podia conseguir, até mesmo bibliotecas inteiras como a de Aristóteles, embora historiadores tenham discutido durante séculos se realmente a obteve inteira. Assim, ao final de seu reinado, de quase quarenta anos, os livros transbordavam da biblioteca para os escritórios e armazéns reais, por isso foi tomada a decisão de construir uma segunda biblioteca para abrigá-los todos. O projeto foi concretizado por seu filho Ptolomeu III Evergeta, e uma biblioteca filha foi incorporada ao vasto Serapeum [...]. (FLOWER, 2010, p. 14).

Ainda sobre a biblioteca de Alexandria, Martins (2002, p. 75) afirma que

A biblioteca de Alexandria era dividida em duas partes: quatrocentos mil volumes foram depositados num bairro da cidade chamado Bruchim; as novas aquisições, que subiram, como ficou dito, a trezentos outros mil volumes, formaram uma biblioteca suplementar, num outro bairro chamado Serápio.

O grandioso acervo que formava a biblioteca de Alexandria foi alvo de vários incêndios, os quais destruíram quase por completo boa parte das obras, as quais geralmente eram exemplares únicos.

Além das bibliotecas já citadas, tem-se também as bibliotecas de Pérgamo (que chegou a possuir cerca de duzentos mil volumes); as bibliotecas judaicas, que eram montadas nas Sinagogas; a de Gaza, que possuía obras com caracteres semelhantes aos egípcios, o que leva a crer que eram originárias da biblioteca de Alexandria (MARTINS, 2002).

Um fato que merece destaque em relação às bibliotecas da antiguidade é que estas forneciam as obras para serem copiadas; no entanto, havia uma seleção das obras que poderiam ser disseminadas. As obras consideradas profanas ou proibidas não eram disponibilizadas.

Sobre tal ocorrido, Battles (2003, p. 37), em sua obra *A conturbada história das bibliotecas*, diz que “O principal papel de uma biblioteca da antiguidade era fornecer exemplares para que leitores produzissem cópias para seu próprio uso, e é natural que apenas as principais obras fossem copiadas em grande escala”.

Já na Idade Média, a primeira biblioteca da Europa ocidental a possuir mais de dois mil volumes foi a biblioteca papal de Avignon (FISCHER, 2006).

Uma importante evolução das bibliotecas medievais está no fato de que estas passaram a ser classificadas em três categorias, de acordo com a entidade que as mantinha: bibliotecas monásticas/monacais; bibliotecas universitárias e bibliotecas particulares.

As bibliotecas monásticas estavam presentes nos mosteiros e conventos dos grandes centros e também nas zonas rurais, pois eram essenciais para que os monges tivessem à sua disposição obras que lhes permitissem passar várias horas por dia estudando.

De acordo com Campbell (2015), o local onde eram guardados os livros das bibliotecas monásticas não possuíam estruturas grandiosas e superplanejadas, como descrito nas literaturas de ficção que relatam fatos da Idade Média.

A sala de livros monástica não era uma biblioteca no sentido moderno: não possuía janelas, era pequena e lotada, sem instalações onde os livros pudessem ser examinados – de fato, a falta de iluminação devia dificultar a localização dos livros. No aspecto arquitetônico tinham todas as características e qualidades especiais de um depósito. Os monges podiam ler livros no claustro ou, em mosteiros posteriores, em suas celas. Com apenas

algumas centenas de livros, não havia salas de leitura. (CAMPBELL, 2015, p. 82).

Ainda sobre as bibliotecas dos mosteiros presentes nas zonas rurais, o espaço destinado aos livros ficava em segundo plano, pois o mesmo local destinado à guarda e acondicionamento dos livros também funcionava como um depósito agrícola o qual era utilizado apenas pelos membros daquela ordem religiosa. “As coleções dos monastérios rurais eram pequenas, e era pouco provável que fossem consultadas por alguém de fora” (CAMPBELL, 2015, p. 82).

A criação das universidades e das bibliotecas destas instituições representa um grande salto no processo de civilização e, por conseguinte, da promoção e acesso aos livros e à cultura escrita de modo geral.

Dentre as bibliotecas universitárias que merecem destaque está a da Universidade de Oxford, a qual foi fundada pelo bispo de Durham, Richard de Bury, que doou todo seu acervo particular, que posteriormente foi aumentado graças a outras doações feitas por Humphrey e Thomas Bodley, este último homenageado por meio da denominação do nome da biblioteca de Bodleiana (CAMPBELL, 2015).

Além da biblioteca da Universidade de Oxford, outras tantas bibliotecas de universidades tiveram suas origens a partir de doações feitas por membros de ordens religiosas que se espalharam por todo o continente.

Com o avançar dos anos, os espaços arquitetônicos destinados à guarda e preservação dos livros, os livros em si, quanto aos seus formatos e à importância dada à leitura destas obras, ganhavam mais notoriedade tanto em um contexto local como global.

Em tempos modernos, as bibliotecas tendem a acompanhar a evolução de pensamento da sociedade, deixando aos poucos de ser um espaço com acesso restrito e de livros com caráter sagrado ou profano, a depender da classificação dada pelas ordens religiosas. A tendência foi que estes espaços de guarda, preservação, e por vezes restrição, da palavra escrita passassem a ser locais de democratização do acesso às obras sobre os mais variados temas.

Assim como pouco a pouco foram desaparecendo as monarquias de direito divino e as universidades monásticas (que sob caráter diferente, reapareceram modernamente); assim como livro perde o seu caráter de objeto sagrado e secreto para se transformar num instrumento de trabalho posto ao alcance de todas as mãos; assim como toda vida social submete-se cada vez mais a ‘documentos’ e não a ‘dogmas’, a ‘contratos’ e não a ‘mandamentos’, à crítica e não

a revelações – assim também a biblioteca passa a gozar, nos tempos modernos, do estatuto de instituição leiga e civil, pública e aberta, tendo o seu fim em si mesma e respondendo a necessidades inteiramente novas [...]. (MARTINS, 2002, p. 323).

O acesso de forma mais democrática à biblioteca e aos livros a torna mais presente na vida da sociedade, e a denominação de pública, antes referindo-se apenas à sua instituição mantenedora, agrega novo significado, passando o termo **biblioteca pública** também a ser entendido como **biblioteca de livre acesso a todos** que por ela se interessarem.

Além da categorização das bibliotecas de acordo com a natureza administrativa, em particulares e públicas, há outras definições as quais levam em consideração diversos fatores.

Silva e Araújo (2014) classificam as bibliotecas levando em consideração alguns fatores específicos, a saber:

- a) segundo a finalidade: nacional, pública, universitária, especializada, escolar, infantil e especial;
- b) segundo a natureza da coleção: gerais e especializadas;
- c) segundo o nível da coleção: eruditas e populares;
- d) segundo a modalidade de consulta: na sede, circulante, ambulante e sem parede;
- e) segundo a clientela: idade, profissão ou atividade que exerce, condição;
- f) segundo a entidade mantenedora: públicas e privadas;
- g) segundo a organização das coleções: centralizadas e descentralizadas.

Como pode ser percebido, a classificação das bibliotecas era apenas em duas categorias: pública e privada, porém ao longo dos anos este importante espaço de democratização do acesso à informação vem ganhando inúmeras denominações as quais devem-se às especificidades dos itens que compõem o acervo, bem como do público que a utiliza.

Silva e Araújo (2014, p. 29) enfatizam que “Cada biblioteca é uma realidade distinta, pois está ligada a contextos diversos e é constituída a partir do interesse e das necessidades de seus usuários”.

Ainda sobre a necessidade informacional dos usuários, é notório que as bibliotecas vêm, ao longo dos anos, buscando adaptar-se às demandas e necessidades e informações de seus consulentes. Tais mudanças são imprescindíveis para que as unidades informacionais (bibliotecas) continuem a

promover o acesso democrático às informações de acordo com a demanda de cada usuário.

1.3.2 Bibliotecas na era eletrônica/virtual

A ascensão da tecnologia eletrônica proporcionou ao ambiente e à rotina das bibliotecas uma mudança significativa em relação ao formato em que as obras são produzidas e disponibilizadas, às formas de organização, de tratamento e acesso aos itens que compõem o acervo.

Inicialmente, tais ferramentas tecnológicas eletrônicas foram utilizadas para a realização de atividades gerenciais do acervo e das rotinas administrativas no ambiente interno da biblioteca. Porém a crescente demanda de necessidade de acesso à informação, aliada às ferramentas eletrônicas e digitais disponíveis no mercado, levou os profissionais da informação a adotar medidas e ações para aumentar as possibilidades de acesso e diminuir as fronteiras geográficas entre os usuários e as informações das quais estes necessitam.

Com a inserção de tais ferramentas no cotidiano das bibliotecas, os profissionais e estudiosos da área começaram a estudar essa transformação para melhor entender, explicar e aplicar de forma mais efetiva os recursos decorrentes desse avanço tecnológico.

Surgiram, então, alguns conceitos postulados por estudiosos que tentam explicar como as bibliotecas devem ser entendidas a partir da compreensão dos termos eletrônico e digital.

Dentre as inúmeras tentativas de conceituar essa nova tipologia de biblioteca, tem-se: biblioteca sem paredes, biblioteca lógica, biblioteca eletrônica, biblioteca no microcomputador, centro nervoso de informações, centro de gerenciamento de informações, biblioteca virtual, dentre outros termos já atribuídos (ROWLEY, 2002).

Das várias terminologias citadas, as que possuem maior aceitação pelos pares são biblioteca eletrônica e biblioteca virtual, as quais serão descritas de modo a fazer com o que o leitor possa compreender as diferenças e semelhanças conceituais apresentadas, apesar de que alguns autores já utilizaram estes termos como sinônimos.

A biblioteca eletrônica é definida por Oppenheim (1997⁹ apud ROWLEY, 2002, p. 4) como sendo “[...] uma coleção organizada e administrada de informações numa variedade de meios (textos, imagem fixa, imagem em movimento, som ou suas combinações, porém todos em formato digital”. Complementando a definição apresentada, o autor diz que, na biblioteca eletrônica,

A coleção é **organizada** e administrada para beneficiar uma população de usuários, reais ou potenciais, sendo especialmente estruturada **para que se tenha fácil acesso** a seu conteúdo. Normalmente essa biblioteca eletrônica incluirá vários recursos auxiliares de busca ou navegação que atuarão **tanto no interior dela quanto** permitirão o acesso a outras coleções de informações ligadas **em rede em todo o mundo**. (ROWLEY, 2002, p. 4, grifo nosso).

Ao analisar as definições apresentadas, verifica-se que a biblioteca eletrônica pode ser acessada eletronicamente em um espaço físico onde está instalada bem como em ambiente em rede (virtual).

Tal análise sobre biblioteca eletrônica está de acordo com o que Macedo e Modesto (1999, p. 63) discorrem, pois, segundo eles, “[...] no ambiente da biblioteca eletrônica, a informação impressa coexiste com a eletrônica e consideram a biblioteca eletrônica como a réplica eletrônica da biblioteca tradicional”.

Já a **biblioteca digital**, segundo Marcondes et al. (2005, p. 17, grifo nosso),

[...] **tem** como base informacional **conteúdos em texto completo em formatos digitais** – livros, periódicos, teses, imagens, vídeos e outros que estão **armazenados e disponíveis para acesso**, segundo processos padronizados, em servidores próprios ou distribuídos e acessados **via rede de computadores em outras bibliotecas ou redes de bibliotecas da mesma natureza**.

Rowley (2002, p. 21) explica as diferenças entre biblioteca eletrônica e virtual de forma simples e concisa:

Para mim, portanto, a biblioteca virtual independe de local, é acessada e fornecida pelas redes de comunicações enquanto que biblioteca eletrônica pode ser visitada fisicamente pelo usuário. A biblioteca virtual, é claro, pode ser oferecida pela biblioteca eletrônica, mas a recíproca não é verdadeira.

Marcondes et al. (2005, p. 149) também partilham da mesma linha de pensamento de Rowley (2002). Em sua obra *Bibliotecas digitais*, afirmam que “[...] o termo bibliotecas eletrônicas enfatiza o fato de os acervos encontrarem-se

⁹ OPPENHEIM, C. Editorial. *International journal of electronic library research*, v. 1, n. 1, p. 1-2, 1997.

registrados em meio eletrônico; bibliotecas digitais enfatizam o fato de a informação encontrar-se codificada em base digital”.

De forma simplificada, pode-se chegar ao consenso de que as bibliotecas eletrônicas são aquelas em que as informações são disponibilizadas para acesso de forma eletrônica em um determinado local físico ou através da rede mundial de computadores, enquanto que as bibliotecas virtuais são acessadas exclusivamente no meio virtual, não existindo, portanto, um local físico em que estas informações também estejam armazenadas e possam ser acessadas.

Apesar das divergências de interpretação e compreensão entre os termos que descrevem essa nova era pela qual as bibliotecas estão passando, é importante destacar que tudo isso faz parte do processo evolutivo da história da humanidade e das próprias bibliotecas. E o importante é que essa evolução tem como foco principal a democratização de acesso e uso da informação por parte dos usuários, independentemente do *locus* em que estes se encontram.

2 CAPÍTULO II – AÇÕES PÚBLICAS CULTURAIS PARA LEITURA, LIVROS E BIBLIOTECAS NO BRASIL

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e experiência acumulada pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o resultado da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda a comunidade. (LARAIA 1986, p. 45, grifo nosso).

2.1 Cultura: noções introdutórias

Para uma melhor compreensão acerca das ações públicas culturais de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas, faz-se mister um conhecimento mais aprofundado acerca do termo cultura e das inúmeras subdivisões que essa área do conhecimento representa.

Esse conhecimento prévio irá propiciar maior clareza e discernimento quando da análise dos planos, projetos, programas e demais ações públicas federais desenvolvidas e implantadas pelo governo federal para o incentivo à leitura, o acesso e uso dos livros e das bibliotecas.

Deste modo, busca-se conhecer o termo cultura que vem, ao longo dos anos, sendo debatido por diversos especialistas e estudiosos da área que, de acordo com suas concepções, visões de mundo e época em que viveram e/ou vivem, buscam apresentar suas teorias sobre a temática.

De acordo com Santos (2006), a cultura pode ser compreendida sob duas perspectivas. Uma está relacionada aos aspectos de uma realidade social e a outra ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo.

Cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções [...]. Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é 'algo natural', não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, **a cultura é um produto coletivo da vida humana.** Isso se aplica não apenas à percepção da cultura mas à sua relevância, à importância que passa a ter. (SANTOS, 2006, p. 43-44, grifo nosso).

Ullmann (1991, p. 83), de forma simplificada, diz que “[...] cultura designa o *modus vivendi*, que os homens no decurso dos tempos desenvolveram e desenvolvem, reunidos em sociedade”.

Já Terry Eagleton (2011, p. 51), em sua obra *The idea of culture* (A ideia de cultura), publicada originalmente em 2000 e traduzida para o português em 2003, apresenta-nos a seguinte análise:

É difícil escapar à conclusão de que a palavra “cultura” é ao mesmo tempo ampla demais e restrita demais para que seja de muita utilidade. Seu significado antropológico abrange tudo, desde estilos de penteado e hábitos de bebida até como dirigir a palavra ao primo em segundo grau de seu marido [...].

Nesse percurso de estudos sobre cultura e em busca de uma conceituação, houve correntes que defendiam duas óticas. Uma sob o determinismo biológico e outra a partir de um contexto geográfico.

Para aqueles que seguiam a linha do determinismo biológico, os fatores decisivos da cultura eram atribuídos a questões raciais e genéticas. No entanto, essa teoria foi refutada por um grupo de estudiosos de diversas áreas do conhecimento que se reuniram em uma convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em Paris, em 1950, culminando, ao final do evento, com a elaboração do documento *The Race Question*.

Dentre as constatações que o documento apresenta a respeito da temática, tem-se:

10. Os dados científicos de que dispomos atualmente não confirmam a teoria segundo a qual as diferenças genéticas hereditárias constituiriam um fator de importância primordial entre as causas das diferenças entre as culturas e as obras das civilizações dos diversos povos ou grupos étnicos. Eles nos informam, pelo contrário, ensinam eles que tais diferenças se explicam, antes de tudo, pela história cultural de cada grupo. (UNESCO, 1950 apud LARAIA, 1986, p. 18, grifo nosso).

Assim, fica evidente que a teoria que defendia que o fator biológico era determinante da cultura é refutada, tendo em vista que os indivíduos possuem, em sua maioria absoluta, as mesmas aptidões mentais, independentemente dos grupos étnico-raciais a que pertencem.

Segundo Laraia (1986), a teoria do determinismo geográfico para a questão cultural não é algo recente, existe desde a antiguidade; no entanto, ganhou maiores

repercussões e debates a partir do final do século XIX para início do século XX. Segundo essa linha de pensamento, o fator geográfico é condicionante da cultura dos agrupamentos humanos que residem na mesma região e em mesmas condições climáticas e geográficas.

Houve inúmeros estudos tentando comprovar essa teoria, como é o caso da obra de Huntington (1915), denominada de *Civilization and Climate*. No entanto, por volta de 1920, alguns antropólogos conseguiram provar que o determinismo geográfico não se aplica ao contexto cultural, assim tal teoria foi refutada.

Dentre esses estudiosos, tem-se Wissler, Kroeber e Boas, que, segundo Laraia (1986, p. 21), “[...] demonstraram que existe uma limitação na influência geográfica sobre os fatores culturais. E mais: que é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico”.

Tal explicação pode ser percebida facilmente se analisarmos o contexto cultural brasileiro, onde, em um mesmo espaço territorial, há uma diversidade cultural gigantesca, tendo em vista que os indivíduos que residem no mesmo local são provenientes de culturas diversas.

Dito isto, é possível inferir que a nação brasileira vive, em sua maioria, em constante processo de aculturação.

O termo aculturação surgiu no final do século XIX, através de antropólogos anglo-saxões. De acordo com Coelho (1997, p. 35), o termo aculturação serve para

[...] designar os fenômenos de contato direto e prolongado entre duas culturas diferentes que levam a transformações em qualquer delas ou em ambas. Na atualidade, o termo é usado, por vezes, para indicar a resultante de uma pluralidade de formas de intercâmbio entre os diversos modos culturais – cultura erudita, popular, cultura empresarial, etc. – que geram processos de adaptação, assimilação, empréstimo, sincretismo, interpretação, resistência (reação contra-aculturativa), ou rejeição de componentes de um sistema identitário por um outro sistema identitário.

Esse contato direto com outras culturas proporciona ao homem a possibilidade de imersão em universos desconhecidos, mas que pela sua capacidade de assimilação e apreensão pode facilmente adaptar-se a essa nova realidade. O certo é que a busca constante do homem por melhores condições de vida tem contribuído significativamente para que o fator migratório ocorra com maior intensidade, propiciando assim uma maior interação de indivíduos

provenientes de culturas diferentes e que passam a conviver e tentar se adaptar a novas realidades.

Aliado a isto, a era da tecnologia da informação e comunicação também tem colaborado para a diminuição de fronteiras geográficas e linguísticas entre os povos que, ao terem acesso a informações sobre culturas diversas, podem identificar-se com determinadas práticas culturais e, quando menos percebem, estão imersos em um universo cultural totalmente diferente daquele no qual foi socializado.

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e as experiências adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e invenções. (LARAIA, 1986, p. 45).

Nesse sentido, é importante ressaltar que o acesso ao conhecimento e às experiências acumuladas e registradas por gerações anteriores, seja por meio de registro físico (escrito) ou transmissão oral de determinadas práticas, conhecimentos e costumes, são interpretados de maneiras distintas por aqueles que recebem ou acessam tais informações e que posteriormente construirão novos conhecimentos.

Ainda de acordo com o autor, é por meio do acesso e manipulação dos elementos decorrentes do patrimônio cultural que ocorrem as invenções e inovações. Mas o que é patrimônio cultural? E quais os seus elementos?

A primeira definição a ser apresentada foi elaborada pela Unesco na Convenção do Patrimônio Mundial sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris, no ano de 1972. O relatório final apresenta o seguinte entendimento sobre Patrimônio cultural:

Os monumentos – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, [p. 2]).

Complementando a definição apresentada pela Unesco, Rodrigues (2011, p. 4) diz que patrimônio cultural

É o conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo. O patrimônio faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social. A memória social legitima a identidade de um grupo, recorrendo, para isso, do patrimônio.

Ao analisar os dois conceitos, infere-se de maneira simplificada que o patrimônio cultural é o resultado do modo de vida de um povo, que é transmitido de geração em geração. Os indivíduos que compõem esse grupo ou passam a compor apropriam-se dos conhecimentos, crenças e elementos culturais para dar continuidade e até desenvolver e agregar novos elementos.

No que tange a estes elementos culturais, Lemos (2004), em sua obra *O que é patrimônio histórico*, diz que estes elementos foram divididos pelo francês Hugues de Varine-Boham em três categorias: natureza e meio ambiente; conhecimento, técnica, saber e saber fazer; e a união dos elementos da natureza e meio ambiente recriados e modificados a partir do conhecimento.

Dessa forma, o homem se utiliza da sua capacidade intelectual, do conhecimento obtido e das técnicas apreendidas (através do acesso a informações registradas nos mais diversos suportes e/ou por meio da transmissão oral) para transformar os elementos da natureza e meio ambiente de acordo com suas necessidades, sejam elas de sobrevivência e/ou para ascensão pessoal, profissional e social.

O autor enfatiza que, dentre as categorias, a mais importante é a terceira, pois esta “[...] reúne os chamados **bens culturais** que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer” (LEMOS, 2004, p. 10, grifo nosso).

Como e onde reunir e acessar esses bens culturais tendo em vista que existe uma necessidade de preservar o que já foi produzido e, ao mesmo tempo, há uma crescente demanda de produção e reprodução de novos bens culturais?

Quais ações são necessárias para garantir que a geração atual e as gerações futuras tenham acesso a estes bens culturais?

2.2 Política cultural e políticas públicas

Para compreensão do que seja política cultural, parte-se inicialmente do entendimento do termo cultura, o qual vem ao longo dos anos passando por transformações de acordo com a evolução e desenvolvimento da própria sociedade. Nesse sentido, baseado na concepção de Ullmann (1991), cultura é a forma de viver que os homens desenvolvem em determinado grupo ou sociedade, ou seja, não é prudente falar sobre cultura no singular, tendo em vista a pluralidade e diversidade que é a sociedade.

Assim, as políticas voltadas para a área cultural devem ter por finalidade elaborar e implantar ações que possibilitem aos indivíduos ter acesso aos bens (materiais e imateriais) produzidos ao longo da história, assim como o que está sendo produzido na atualidade, possibilitando-lhes desenvolver, a partir desse acesso e consumo, novos bens, propiciando a preservação e difusão para que outros indivíduos possam usufruir futuramente.

Barbalho (2013, p. 8) diz que a finalidade de uma política cultural é

[...] desenvolver o setor cultural, ou seja: fortalecer a produção, a difusão e o consumo cultural, corrigir distorções, resolver os problemas detectados no diagnóstico (afinal um diagnóstico deveria sempre anteceder à definição de objetivos, uma vez que somente conhecendo os problemas e as necessidades existentes é possível definir metas). A cultura é, portanto, a finalidade última das políticas culturais.

Sendo os objetivos das políticas culturais desenvolver o setor cultural, faz-se necessário que as ações a serem definidas para tal desenvolvimento sejam previamente detectadas através de estudos e pesquisas junto à sociedade para identificar quais os principais problemas e os recursos necessários (materiais, físicos, financeiros e humanos) para resolvê-los.

O desenvolvimento do setor cultural, através de políticas públicas será efetivado se o planejamento for direcionado para todas as etapas da produção cultural, pois, de acordo com Coelho (1997, p. 180),

[..] as políticas culturais só atingem plenamente seus objetivos (configurando uma política cultural plena ou integrada) quando dirigidas ao mesmo tempo para todas as fases do sistema de produção cultural: a produção, a distribuição, a troca e o consumo.

Canclini (2001, p. 65, tradução nossa) define políticas culturais como

[...] conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados com a finalidade de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.¹⁰

Outra importante observação que o autor apresenta é em relação à expansão e difusão cultural que a globalização e a tecnologia propiciaram, ou seja, ao pensar em política cultural, deve-se analisá-la de forma globalizada, mesmo que as ações sejam voltadas para a cultura de uma determinada região geográfica ou grupo social.

Não pode haver políticas somente nacionais em um tempo onde os maiores investimentos em cultura e os fluxos de comunicações mais influentes, isto é, as indústrias culturais, atravessam fronteiras, nos agrupam e conectam de forma globalizada, ou pelo menos em regiões geoculturais ou linguísticas. Esta transnacionalização também cresce ano a ano, com as migrações internacionais que representam desafios inéditos para a gestão da interculturalidade além das fronteiras de cada país. (CANCLINI, 2001, p. 65, tradução nossa)¹¹.

A partir do exposto, é possível inferir que as políticas culturais, ao serem elaboradas, devem buscar solucionar os problemas locais de uma determinada região ou grupo social. No entanto, as ações devem ser pensadas e planejadas no sentido de propiciar aos indivíduos o acesso e consumo de bens culturais, para que estes possam usufruí-los de acordo com as peculiaridades que cada grupo e até mesmo cada indivíduo possui, ou seja, a função principal das políticas culturais não é necessariamente voltada para estabelecer uma identidade nacional, regional, local, étnica ou racial, mas, principalmente, oferecer os elementos necessários para que esses indivíduos possam usufruir e aproveitar a diversidade de bens culturais disponíveis e aprender a conviver com pessoas que partilham ou não dos mesmos bens e valores culturais.

A percepção real de que se vive em um mundo multicultural faz com que o planejamento e implantação de políticas culturais sejam ainda mais complexos,

¹⁰ [...] conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social. (CANCLINI, 2001, p. 65).

¹¹ No puede haber políticas sólo nacionales en un tiempo donde las mayores inversiones en cultura y los flujos comunicacionales más influyentes, o sea las industrias culturales, atraviesan fronteras, nos agrupan y conectan en forma globalizada, o al menos por regiones geoculturales o lingüísticas. Esta transnacionalización crece también, año tras año, con las migraciones internacionales que plantean desafíos inéditos a la gestión de la interculturalidad más allá de las fronteras de cada país. (CANCLINI, 2001, p. 65).

especialmente se analisarmos a situação do Brasil, que é um país com uma diversidade regional, étnica e, conseqüentemente, cultural imensa.

Elaborar uma política cultural pensada em um contexto nacional é complicado, e certamente não terão os mesmos resultados de forma igualitária, especialmente se estas políticas tiverem como foco principal o incentivo à leitura, o acesso e uso de livros e bibliotecas.

Tal afirmação pode ser facilmente observada através de pesquisas e relatórios que discorrem sobre essa temática, os quais apresentam diferenças enormes entre as regiões geográficas (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste) e até dentro da mesma região, quando comparadas as zonas urbana e rural, zonas nobre e periférica, etc.

Outra área essencial para compreensão desta temática refere-se ao entendimento acerca das **políticas públicas** e como estas podem contribuir para o desenvolvimento sociocultural de uma nação.

De forma simplificada, Rodrigues (2011, p. 13) nos apresenta a seguinte definição: “Política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que direcionam o conjunto dessa sociedade”.

Já Caldas (2008, p. 5, grifo nosso), em sua obra *Políticas públicas: conceitos e práticas*, propõe uma definição de política pública de forma mais completa:

As **políticas públicas** são a **totalidade de ações, metas e planos que os governos** (nacionais, estaduais ou municipais) **traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público**. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou tomadores de decisão) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é definido pelo governo e não pela sociedade.

Outra importante definição do termo políticas públicas é apresentada por Parada (2006), segundo o qual, para atingir esse estado de bem-estar social, além de planejar as ações a serem executadas, também é necessário alocar recursos para que tais ações possam ser implantadas de forma satisfatória. Segundo ele, políticas públicas

[...] é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos

recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (PARADA, 2006, p. 29).

Nesse sentido, é possível inferir que as políticas públicas têm por finalidade buscar meios para planejar, elaborar e implantar ações que visem ao interesse público e ao bem-estar da sociedade, que é determinado conforme os interesses do governo e não necessariamente da sociedade.

2.3 Ação cultural: o que é? Para que serve?

Para compreender o que é ação cultural, recorreu-se a Coelho (2002, p. 14, grifo nosso), que apresenta a seguinte conceituação: “[...] ação cultural resume-se na **criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas inventem** seus próprios fins **e se tornem** assim sujeitos – **sujeitos da cultura**, não seus objetos”.

Nesse sentido, ação cultural pode ser compreendida como o ato de propiciar as condições necessárias para que os sujeitos possam ter acesso aos bens culturais disponíveis, e que, a partir desse contato, criem outros bens culturais e assim deem continuidade ao processo de difusão cultural para outros povos que também os recriaram a partir do contato e acesso e da formação cultural que possuem.

Assim, é possível dizer que tais ações, ao propiciarem aos sujeitos o acesso a estes bens, estão criando possibilidades de continuidade do processo de fruição e criação cultural.

Coelho (1997), em sua obra *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*, diz que para a ação cultural ser efetivada faz-se necessário recorrer previamente a agentes culturais preparados para que façam a ligação entre as obras de cultura ou arte e um público determinado. Diante do exposto, verifica-se que, além de haver os bens culturais, é primordial que existam profissionais com formação/capacitação adequada para que tal processo ocorra de forma satisfatória.

Outra informação relevante que o autor apresenta é que o sistema de produção cultural acontece em quatro fases, níveis ou circuitos, a saber: **produção, distribuição, troca e uso/consumo** e que uma ação cultural pode ser direcionada para todas ou apenas uma das fases.

A ação **cultural de produção** tem por objetivo específico concretizar medidas que permitam a geração efetiva de obras de cultura ou arte. Seu público será tanto o profissional quanto o amador. A **ação cultural de distribuição** propõe-se criar as condições para que obras de cultura ou arte entrem num sistema de circulação que lhes possibilite o acesso a pontos públicos de exibição (cinemas, teatros, livrarias, galerias, museus, bibliotecas, etc.). A **ação cultural voltada para a troca** visa promover o acesso físico a uma obra de cultura ou arte por parte do público, de modo particular mediante o financiamento, no todo ou em parte, do preço da obra (preço de um livro, por exemplo) ou do ingresso que a ela dá acesso (ingresso para teatro, cinema, etc.). Finalmente, a **ação cultural voltada para o uso** procura promover o pleno desfrute de uma determinada obra, o que envolve o entendimento de seus aspectos formais, de conteúdo, sociais e outros; para tanto, recorre à elaboração de catálogos, programas de apresentação de um espetáculo ou filme, palestras, cursos, seminários, debates, etc. (COELHO, 1997, p. 31, grifo nosso).

Independentemente do tipo de ação a ser desenvolvida (produção, troca, distribuição, uso/consumo), é importante que se faça um estudo prévio do público-alvo, das condições e dos recursos disponíveis e necessários para que se obtenha êxito na execução das ações, pois sem esse planejamento há grandes probabilidades de que todo o esforço e recurso despendidos não alcançarão os objetivos pretendidos.

No que tange aos objetivos básicos, a ação cultural é dividida em duas: de serviços e de criação. A ação cultural de serviços consiste em animação cultural que se utiliza de recursos de publicidade e propaganda para venda de produtos (livros e outros) e/ou serviços (espetáculo, peça teatral, etc.) com o intuito de aproximar um público/clientela daquilo que está sendo ofertado. Já a ação cultural de criação objetiva ser o elo entre o público e as obras de cultura ou arte, para que, a partir desse contato, as pessoas possam absorver conhecimentos que lhes permitam a inserção no universo cultural e a interação com outras pessoas mediante objetivos comuns. (COELHO, 1997).

A análise feita da bibliografia estudada contribui para que se chegue ao consenso de que a ação cultural serve para: estimular a produção, distribuição, troca e uso/consumo dos bens culturais entre indivíduos e grupos diversos, através de profissionais capacitados que farão o planejamento de acordo com o objetivo da ação a ser executada e do público-alvo eleito, de forma a propiciar a integração do(s) indivíduo(s) e/ou grupo(s) com um ambiente cultural e artístico em suas diversas manifestações, para que, a partir desse contato e interação, estes sujeitos possam

não apenas fazer uso dos bens culturais, mas também serem produtores de novos bens culturais.

Para haver a produção, distribuição, troca e uso dos bens culturais, faz-se indispensável criar condições de planejamento e execução das ações, tendo em vista que apenas o planejar sem os recursos necessários (humanos, físicos, materiais, financeiros, etc.) não trará resultados concretos para o processo de democratização cultural.

Assegurar que tais ações sejam implantadas requer a elaboração de políticas culturais que visem garantir legalmente os recursos físicos, financeiros, materiais e humanos para execução e acompanhamento das ações.

2.4 Leitura, livros e biblioteca no Brasil: algumas considerações

Dissertar sobre ações públicas de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas no Brasil requer inicialmente um resgate histórico mesmo que sucinto dos caminhos e descaminhos percorridos pelo país ao longo de sua história, no que tange à educação (instrução, ensino-aprendizagem) e à cultura nas suas mais variadas formas de manifestação.

As questões culturais e educacionais em contexto nacional, ainda que de forma não tão definida como hoje a conhecemos, pode ser claramente observada desde o início do processo de colonização do país, por meio da catequese realizada pelos padres jesuítas, conforme afirma Cunha Filho (2004, p. 121):

[...] a tarefa de difundir as artes estava confiada aos Jesuítas, ministravam aos nativos o ensino da música, das letras e outras manifestações congêneres as quais substancialmente veiculavam valores cristãos e eram difundidas de forma catequética como era adequado à época.

Além do ensino catequético, tem-se também o processo de colonização/ocupação de territórios brasileiros por povos de diversos países (Pernambuco – holandeses; Maranhão – franceses; Minas Gerais – portugueses, etc.) os quais buscavam estabelecer os costumes e culturas de onde provinham.

É certo que o acesso aos livros e à prática de leitura no Brasil, por muitos séculos, foi restrito a uma pequena parcela da sociedade, especialmente aos homens pertencentes às elites, pessoas abastadas, religiosos e alguns intelectuais.

Inicialmente, a restrição deu-se em virtude da política colonial portuguesa que

limitava o acesso à educação e à instrução, proibia a reprodução de quaisquer obras impressas em território brasileiro, além de impor uma série de trâmites burocráticos e severa censura à importação de livros e demais obras impressas para o Brasil. (EL FAR, 2006).

Todas essas dificuldades e burocracia (altos preços das obras e do transporte, demora para chegada, censura, etc.) acabaram por tolher o acesso às obras impressas e à prática da leitura por parte da maioria daqueles que moravam no Brasil. Mas apesar de todas essas dificuldades, El Far (2006, p. 12), em sua obra *O livro e a leitura no Brasil*, diz que, “Embora a censura portuguesa tentasse ser rigorosa, acervos amplos, variados e subversivos foram compostos no período colonial”.

Ainda segundo a autora, a leitura de algumas obras que formavam os acervos das bibliotecas de intelectuais e religiosos da época pode ter dado aporte ideológico e revolucionário para algumas revoluções no Brasil, como é o caso da Inconfidência Mineira. Diante do exposto, fica claro que um dos motivos, se não o principal, era impedir que a população tivesse acesso a informações e conhecimentos políticos e ideológicos contrários aos que aqui eram propagados.

Outro marco para a história educacional e cultural do país, especialmente no que se refere à entrada de obras impressas no país, ocorreu com a fuga da Família Real portuguesa para o Brasil (1807) que trouxe também as obras que formavam o acervo da Biblioteca Real.

De acordo com Gomes (2007), na pressa da fuga, obras que formavam o acervo da Biblioteca foram encaixotadas para transporte, mas boa parte dos caixotes com as obras foram esquecidos no cais de Belém em Lisboa juntamente com outros pertences; só em 1811 os últimos caixotes chegaram ao Brasil. (GOMES, 2007).

A vinda da Família Real também contribuiu para a criação da Imprensa Régia, por Dom João VI, em 13 de maio de 1808, e de faculdades. Foi criada

[...] a Imprensa Régia, a princípio com o único objetivo de divulgar ‘toda a Legislação e Papéis Diplomáticos’ do serviço real. Poucos meses depois, até mesmo pela falta de outras tipografias no país e pela demanda de feitos ligados à arte, cultura e oratória, o governo português deu à Imprensa Régia, que ao longo do tempo receberia diferentes nomes, um uso mais difuso, permitindo em seus prelos a passagem de textos literários e de conhecimentos gerais. (EL FAR, 2006, p. 16).

É oportuno salientar que as obras impressas naquela época passavam por um controle rigoroso de censura pelos funcionários da Mesa do Desembargo do Paço e só após a aprovação é que recebiam um selo com autorização para livre circulação.

Com o estabelecimento da Impressão Régia, aos poucos, o texto impresso e os livros, ainda que de forma tímida, passaram a fazer parte do cotidiano de alguns lares brasileiros. O crescente interesse da população pelos impressos fez com que um novo cenário se estabelecesse, atraindo livreiros estrangeiros para o país, bem como instigando a abertura de novas tipografias.

Além da criação da Impressão Régia, por D. João VI, tem-se outro importante fato que merece ser enfatizado quando se trata da história da leitura, dos livros e das bibliotecas no Brasil, que é transferência da Biblioteca Real portuguesa para o Brasil, pois foi graças às obras vindas com a Família Real que se iniciou o acervo da hoje conhecida Fundação Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro.

Segundo El Far (2006), D. João VI esforçou-se para trazer a Biblioteca Real para o Brasil por inúmeros motivos, dentre os quais destaca-se o fato de que a imponência da coleção das bibliotecas representava, e ainda hoje representa, status de poder e refinamento intelectual e cultural para quem a possui.

O acervo trazido pela Família Real ganhou instalações no Rio de Janeiro, o qual foi aumentado com a chegada dos últimos exemplares esquecidos em caixotes no porto de Belém, em Lisboa, e com o recebimento de doação de novos títulos por parte de intelectuais e personagens ilustres da época.

Tamanha importância deu-se às obras e à Biblioteca, que D. João VI, quando retornou à Portugal, foi impedido de levar de volta as obras, pois representavam “[...] um bem simbólico inestimável para uma nação rumo à civilização”. (EL FAR, 2006, p. 18).

Várias livrarias e editoras se estabeleceram ao longo da história. Algumas obtiveram sucesso e foram responsáveis pela propagação das obras de diversos autores consagrados da literatura, especialmente de autores portugueses, brasileiros e franceses; outras, com o tempo, decretaram falência. O certo é que todas contribuíram para a inserção da cultura impressa e do livro no cotidiano do brasileiro.

Com a impressão, a palavra escrita tomou cada vez mais lugar e preferência nos círculos letrados, deixando que o universo da

oralidade predominasse em meio aos camponeses, artesãos e trabalhadores analfabetos e de pouca renda. Essa forte tendência, entretanto, não criou uma barreira capaz de separar os mundos da escrita e da palavra falada. (EL FAR, 2006, p. 27)

Mesmo entre os camponeses e pessoas de pouca renda, o livro e a leitura estavam presentes, em menor quantidade e qualidade, é claro, pois estes adquiriam obras produzidas a preços populares. Como a maioria das pessoas não sabia ler, as obras eram lidas e relidas em voz alta (geralmente por alguém do meio que possuía domínio da leitura) para uma plateia de analfabetos ou semianalfabetos. Assim, é possível concluir que a leitura silenciosa e a declamada eram praticadas desde os tempos de Brasil colônia e ainda hoje resistem, com novas formas e vieses, acompanhando a evolução social.

No que tange à história das bibliotecas em território brasileiro, esta possui inúmeras lacunas. Dentre as pesquisas que discorrem sobre estes importantes locais de guarda, preservação e disseminação de informação, uma das mais completas foi elaborada por Rubens Borba de Moraes (1979), sob o título *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, na qual este revela que nos primeiros três séculos da história do Brasil as poucas bibliotecas que aqui existiam pertenciam a instituições religiosas (conventos e mosteiros); a religiosos e intelectuais pertencentes a famílias abastadas da sociedade, ou seja, apenas um público restrito e seletivo tinha livre acesso às bibliotecas.

No que concerne às bibliotecas públicas no Brasil, estas só vieram a fazer parte do cotidiano da sociedade em 1811. De acordo com Suaiden (1980), a primeira biblioteca pública fundada no Brasil deu-se através de iniciativa da sociedade e foi inaugurada em 04 agosto de 1811 no estado da Bahia.

O autor defende que a Biblioteca do Rio de Janeiro, apesar de ter sido inaugurada quase três meses antes da Biblioteca baiana, não pode ser considerada a primeira biblioteca fundada no Brasil, pois foi transferida de Lisboa para o Brasil.

Outro fato que corrobora com o pensamento de Suaiden (1980), em relação à primeira biblioteca pública ter sido a da Bahia, é que, além de não ter sido fundada no Brasil, a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, ao ser inaugurada em 13 de maio de 1811, teve seu acesso restrito e os pesquisadores que tivessem interesse em estudar e pesquisar em suas dependências, deveriam previamente solicitar autorização. A abertura ao público ocorreu somente em 1814 (MORAES, 1979).

Com o decorrer dos anos, novas bibliotecas públicas foram fundadas em todo o território nacional. A cronologia da implantação das bibliotecas públicas nos estados brasileiros, segundo Emir Suaiden (1980), segue a seguinte ordem: 1829, Maranhão; 1848, Sergipe; 1852, Pernambuco; 1855, Santa Catarina e Espírito Santo; 1857, Paraíba e Paraná; 1865, Alagoas; 1867, Ceará; 1870, Amazonas; 1871, Rio Grande do Sul e Paraná; 1873, Rio de Janeiro; 1883, Piauí; 1912, Mato Grosso; 1926, São Paulo; 1945, Amapá; 1948, Acre; 1954, Minas Gerais; 1963, Rio Grande do Norte; 1967, Goiás; 1969, Rondônia.

Apesar da fundação de bibliotecas públicas nos estados, o acesso a estes locais e às obras, bem como a prática de leitura ainda é um dos grandes desafios da atual sociedade brasileira que aparece, quase sempre, com baixos índices de leitores e de indivíduos que utilizam as bibliotecas.

Para compreender a importância das bibliotecas públicas para a democratização da cultura, especialmente da cultura escrita, e da promoção do acesso e uso dos livros, bem como da formação de leitores, recorre-se ao Manifesto elaborado pela Unesco, que trata especificamente das bibliotecas públicas.

A biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. [...]. A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, **sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social** (UNESCO, 1994, [p. 1], grifo nosso).

Além de fornecer as condições básicas e os meios necessários para que os indivíduos passem a ter acesso às obras de forma indistinta, a Unesco (1994) ainda apresenta doze (12) missões-chave que este importante equipamento cultural deve propiciar à sociedade, no que tange à informação, à educação, à cultura e à alfabetização, além de outros tópicos que discorrem sobre: financiamento, legislação e redes; funcionamento e gestão; e implementação do Manifesto.

As doze (12) missões-chave da biblioteca pública apresentada pela Unesco (1994) são importantes; no entanto, de acordo com os objetivos da pesquisa, merecem destaque as seguintes missões:

1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância; [...]. 5. Promover o conhecimento sobre a herança

cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas; 6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo; [...] 9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade [...] (UNESCO, 1994, p. 2).

No que se refere às questões culturais e educacionais, especialmente no tocante à leitura, aos livros e à biblioteca no Brasil, pelo menos em tese, é uma preocupação que há muitos anos está presente em debates e documentos legais que criam e regulamentam o funcionamento de órgãos, planos, projetos, programas e ações que versam sobre a temática em tela.

2.4.1 Legislação sobre leitura, livros e biblioteca no Brasil

Para acompanhar a evolução das leis, decretos-lei, decretos, resoluções e emendas constitucionais que discorrem sobre a leitura, os livros e as bibliotecas no Brasil, fez-se um breve levantamento de acordo com a ordem em que tais instrumentos legais foram aprovados. Essa ordenação cronológica facilitará compreender como os gestores públicos, ao longo dos anos, vêm tratando tal temática.

Para embasamento das informações abaixo elencadas, utilizou-se a obra *Legislação sobre livro e leitura*, editada pela Câmara dos Deputados, assim como informações constantes na base de dados da legislação federal do Brasil.

Apresenta-se como marco inicial de legislações voltadas especificamente para estes segmentos, o Decreto-Lei n.º 93, de 21 de dezembro de 1937 (BRASIL, 1937a), que criava o Instituto Nacional do Livro (INL)¹². Apesar de sua importância para o desenvolvimento cultural do país, o INL foi extinto por meio da Lei n.º 7.624, de 05 de novembro de 1987 (BRASIL, 1987).

A Lei n.º 5.191, de 13 de dezembro de 1966, institui o Dia Nacional do Livro, com data de comemoração a ser realizada anualmente no dia 29 de outubro, obrigatoriamente em todas as escolas públicas e particulares de ensino primário e médio (BRASIL, 1966).

¹² O Instituto Nacional do Livro (INL), fundado em 1937, tinha como missão a edição de obras literárias consideradas de interesse para a formação cultural para a sociedade; a elaboração de enciclopédia e dicionário nacionais, bem como a expansão das bibliotecas pelo território nacional. Em 1990, foi extinto, passando-se à Fundação Biblioteca Nacional a responsabilidade de assumir as atribuições ao INL incumbidas.

No dia 09 de julho de 1968, foi sancionada a Lei n.º 5.471, que dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros, e traz em seu artigo 1º a proibição expressa de exportar de bibliotecas brasileiras quaisquer documentos ou obras produzidas no Brasil ou sobre o Brasil no decorrer dos séculos XVI a XIX (BRASIL, 1968) e, em 1969, mais precisamente no dia 13 de outubro, foi sancionado o Decreto n.º 65.347, que regulamenta a referida lei (BRASIL, 1969).

Já a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca e o Dia do Bibliotecário foram instituídos por meio do Decreto n.º 84.631, de 09 de abril de 1980. O evento é comemorado em todo o país, no período de 23 a 29 do mês de outubro (BRASIL, 1980).

Em 05 de novembro de 1987 foi sancionada a Lei n.º 7.624, a qual autorizava a criação da Fundação Nacional Pró-Leitura¹³, da Fundação Nacional de Artes Cênicas e da Fundação do Cinema (BRASIL, 1987). Em menos de três anos, esta lei foi revogada, em 07 de maio de 1990, por meio do Decreto n.º 99.240. (BRASIL, 1990a).

Um importante instrumento para a organização, fiscalização e organização das bibliotecas públicas no país foi criado por meio do Decreto n.º 520, de 13 de maio de 1992 (BRASIL, 1992b), o qual instituiu o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP¹⁴. Sendo que este órgão sofreu alterações em seu texto através do Decreto n.º 8.297, de 15 de agosto de 2014, o qual coloca que a competência sobre o SNBP passa a ser da Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (BRASIL, 2014a).

A criação do Prêmio Viva Leitura ocorreu por meio da Portaria Interministerial Minc/MEC n.º 214, de 23 de novembro de 2005, que além de dispor sobre o referido prêmio regulamentava outras providências concernentes à temática (BRASIL, 2005).

¹³ Fundação Nacional Pró-Leitura – de acordo com o artigo 2º da Lei n.º 7.624, de 05 de novembro de 1987, as finalidades da Fundação são: I – promover o desenvolvimento da produção e difusão do livro; II – estimular a publicação de obras de interesse cultural, a criação literária e a instituição de bibliotecas; III - difundir e estimular o hábito da leitura; IV – manter e incentivar cursos de biblioteconomia, de técnicas de encadernações, e proteção dos livros e demais tecnologias de reprodução e arquivamento de sons e imagens; V – receber o Depósito Legal [...]; VI – promover a captação, a preservação e a difusão bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas. (BRASIL, 1987).

¹⁴ SNPB – Instituído junto à Fundação Biblioteca Nacional – FBN, o SNPB objetiva proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, propiciando-lhes o desenvolvimento do hábito pela leitura e estimulando a sociedade a acompanhar a evolução socioeconômica do país. (BRASIL, 2013, p. 132).

Tal portaria foi tacitamente revogada em 22 de outubro de 2014 através da Portaria Interministerial MinC/MEC n.º 4 (BRASIL, 2014c).

O Plano Nacional de Livro de Leitura – PNLL¹⁵ foi estabelecido através da Portaria Interministerial MEC/MinC n.º 1.442, no dia 10 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006). Esta mesma portaria foi revogada por meio do Decreto n.º 7.599, de 05 de setembro de 2011 (BRASIL, 2011).

Em 1º de dezembro de 2010, por meio da Portaria MinC n.º 117, estabeleciam-se as condições para liberação dos recursos financeiros do MinC aos entes federados (BRASIL, 2010b). A liberação dos recursos era condicionada à existência de bibliotecas públicas em condições mínimas adequadas para atendimento à população. A Portaria MinC n.º 117 foi revogada em 17 de abril de 2014 por meio da Portaria MinC n.º 33 (BRASIL, 2014d), a qual estabelece novas regras e critérios para formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio à realização de atividades culturais e de projetos de infraestrutura, no âmbito do Ministério da Cultura.

Em meio a debates e discussões, em 24 de maio de 2010, foi aprovada a Lei n.º 12.244, a qual discorre sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país (BRASIL, 2010a). De acordo com o parágrafo único do artigo 2º da referida lei, “Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo [...]” (BRASIL, 2010a, [p. 1]). Sete anos se passaram desde a aprovação da lei e poucas ações foram realizadas para o cumprimento da mesma.

Há um embate entre as instituições de ensino, seja das redes públicas ou privadas e os conselhos da categoria, pois a maior parte das escolas não possuem profissionais com a devida formação (bibliotecários), local com condições e recursos adequados para o tratamento, acondicionamento e organização das obras, tampouco a realização de atividades de fomento à leitura.

O Decreto n.º 7.559, de 1º de setembro de 2011, dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e dá outras providências (BRASIL, 2011).

¹⁵ PNLL – O Plano Nacional do Livro e Leitura consiste em estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no país. (BRASIL, 2013, p. 134)

Já a Portaria MinC/FBN/ANCINE n.º 1, de 10 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012a) organiza um grupo de trabalho que visa apoiar a organização da participação do Brasil na Feira Internacional do Livro em Frankfurt em 2013 e a Portaria Interministerial MinC/MRE n.º 2 do mesmo ano (BRASIL, 2012b) cria o comitê organizador encarregado de coordenar a participação do Brasil na feira.

Em 22 de outubro de 2014, o Prêmio Viva Leitura volta a ser objeto de debate por meio da Portaria Interministerial MinC/MEC n.º 4 (BRASIL, 2014c), que dispõe sobre as regras de funcionamento do prêmio.

Em 2015, mais especificamente no dia 03 de maio, sob a Lei n.º 13.131, foi instituído o Dia Nacional da Poesia, a ser comemorado anualmente em 31 de outubro (BRASIL, 2015a). Ainda em 2015, foi aprovada a Portaria IBRAM n.º 520, em 22 de dezembro, que discorre sobre a criação do conselho editorial no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) (BRASIL, 2015b).

Verifica-se, por meio dessa breve pesquisa acerca da legislação que trata sobre a leitura, os livros e as bibliotecas no Brasil, que tais assuntos não são inquietações recentes e que, apesar dos avanços e retrocessos decorrentes das formas de gerir dos governantes que dirigiram o país, ainda há muito que evoluir para que possamos um dia ter uma sociedade que, de fato, dê a devida importância e valor aos bens e valores educacionais e culturais presentes nas mais diversas formas de representação do conhecimento.

Tais questionamentos fazem parte do cotidiano de estudiosos, pesquisadores e entusiastas que defendem o ensino e incentivo da leitura como forma de acesso ao conhecimento educacional e cultural presente nos mais diversos formatos de registro de informações, especialmente nos livros.

São inquietações como estas que unem pessoas dos mais variados segmentos sociais para lutarem em prol do estabelecimento de ações públicas que visem à regulamentação e valorização de uma determinada área. No que tange à leitura, aos livros e às bibliotecas, também há inúmeras pessoas que lutam para a formação de sociedade leitora no país.

Para tal, buscam, por meio de reuniões, estudos, debates, pesquisas e relatórios, apresentar aos gestores públicos a importância desses elementos para a evolução socioeconômica e cultural da sociedade. Como resultado de todo o esforço empreendido, tem-se, ainda que de forma tímida, uma pequena evolução nas

políticas públicas de fomento e valorização da leitura, dos livros e das bibliotecas no Brasil.

No entanto, essa evolução carece andar a passos mais largos e ritmo mais acelerado, pois o país possui inúmeros fatores favoráveis para que haja uma melhoria significativa nos índices de leitura dos brasileiros, quando estes são avaliados por organizações internacionais as quais mensuram dados relacionados com a quantidade e qualidade de leitura, acesso e uso dos livros e da biblioteca, especialmente em espaços públicos.

O índice de leitura do brasileiro sempre aparece nas pesquisas internacionais como um dos mais baixos entre países com as mesmas características socioeconômicas, fato este que também é constatado e debatido por órgãos e pesquisadores brasileiros que buscam mostrar tal problemática e instigar a elaboração de ações para que tal problema seja dirimido ou sanado.

De acordo com informações presentes no *site* da Unesco (representação no Brasil), o baixo índice de leitura dos brasileiros é decorrente de vários fatores, dentre eles: a falta de prática de leitura; o alto preço dos livros quando comparado à renda média per capita e poucas bibliotecas públicas que poderiam oferecer acesso gratuito aos livros e, conseqüentemente, promover a prática de leitura.

Livros e Bibliotecas: o brasileiro praticamente não tem o hábito de **leitura**. A maioria dos **livros** estão concentrados nas mãos de muito poucos. O preço médio do livro de leitura é muito elevado quando se compara com a renda do brasileiro nas classes C/D/E. Muitos municípios brasileiros não têm **biblioteca**, a maioria destes se localiza no Nordeste, e apenas dois no Sudeste (UNESCO, [2015], grifo nosso).

Além do baixo índice de leitura no Brasil em relação a outros países com o mesmo nível de desenvolvimento socioeconômico, dentro do próprio país há diferenças consideráveis quando analisamos tais índices de acordo com cada região geográfica que compõe o território brasileiro. As regiões Norte e Nordeste, por exemplo, figuram sempre entre as que possuem os menores índices de ações e instituições de fomento à cultura, de leitores e de acesso aos livros.

Mas o que de fato revelam estes dados e quais os critérios para mensurar tais índices relacionados à leitura, pois a compreensão de **LEITURA** apresentada nos relatórios, geralmente não contempla todas as acepções que tal termo pode representar?

Uma breve análise dos relatórios e documentos destas pesquisas possibilita-nos, de forma simplificada, dizer que buscam representar/apresentar de forma geral informações básicas como: índice de leitores (geral e por regiões); gêneros textuais lidos; quantidade de livros lidos/ano; autores lidos; locais utilizados para leitura; modalidades de aquisição e acesso às obras; quem incentiva à prática de leitura; idade dos leitores; níveis de escolaridade e socioeconômico; dentre outros dados considerados relevantes.

2.4.2 Leitura: do ensino à prática

Para que a leitura seja ensinada de forma efetiva, é imprescindível que haja os recursos mínimos para a sua execução, tendo em vista que apenas o contato/convívio do indivíduo com obras não significa necessariamente que este se tornará um exímio leitor. Segundo Perroti (1997, p. 234), “[...] além da tríade autor-texto-leitor e do complexo editorial para se afirmar e desenvolver, como fato cultural, a leitura depende especialmente de instituições como escolas, bibliotecas, livrarias, entre outras”.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Baptista (2012, p. 67), em sua obra *Educação, ensino e literatura: propostas para reflexão*, diz que a simples “[...] disponibilidade de livros a leitores não é, de longe, o determinante de um futuro leitor ideal”.

Ao analisar o que os autores discorrem em suas obras, percebe-se que estes nos revelam o quão necessário e complexo é o planejamento de ações e estratégias para que haja o ensino da leitura, de forma que esta possa tornar-se uma prática constante no cotidiano dos indivíduos.

Leitura e literatura não são hábitos, tal enquadramento reduz o papel da literatura. Leitura e literatura são processos de construção sempre em andamento e se transformando. Um bom leitor é “construído” a partir do momento em que ele, de alguma forma, encontre sentido, significado, valores, naquilo que lê. (BAPTISTA, 2012, p. 65).

A leitura aqui analisada não se refere ao ato de decodificação de palavras de um texto escrito, mas em seu sentido mais amplo e completo que o termo pode representar. Assim, o seu ensino e difusão também devem ser pautados levando-se em consideração todas as peculiaridades inerentes à leitura em si e ao indivíduo que será iniciado nesse processo de construção de um futuro leitor.

Considera-se o aprendizado da leitura como um processo constante em construção, por acreditar que o indivíduo, ao ler uma nova obra ou reler uma já conhecida, terá seu aprendizado constantemente renovado, tendo em vista que terá novas percepções e análises do conteúdo lido, pois a compreensão global de sua leitura dar-se-á a partir das informações apreendidas ao longo da vida. Assim, a cada nova leitura ou releitura de uma obra acumulará conhecimentos que lhe permitirão nova análise e compreensão.

A leitura da obra não se dá apenas do texto escrito, mas sua interpretação e compreensão será baseada no que Paulo Freire, em 1981, definiu como leitura de mundo. E que, atualmente, é colocado por alguns autores como letramento. Termo este definido por Pereira (2006, p. 76, grifo nosso) como: “[...] **uso social da leitura e da escrita**, estado ou condição que assume o indivíduo alfabetizado [...]”.

Essa compreensão global do termo de leitura é apresentada por Baptista (2015, p. 15) quando esta diz que o processo de leitura ocorre quando

Lemos ao nosso redor. Buscamos compreender, pelos sentidos, aquilo que nos rodeia. Conforme crescemos lemos o mundo que nos chega. Em certo momento vamos para a escola e as primeiras letras nos são ensinadas. A partir disso fazemos ligações e relações com nossa leitura de mundo [...].

A partir do exposto, verifica-se que o processo de leitura da palavra escrita é precedido da leitura de mundo. Ambas se complementam, apesar de que a segunda pode existir sem a primeira, mas o contrário não.

Quando se trata do ensino da leitura, em geral, leva-se em consideração apenas a leitura da palavra escrita, seja por meio do ensino formal ou informal. Ao iniciar o ensino da leitura, em um primeiro momento, busca-se fazer com que os indivíduos aprendam as letras, depois a formar sílabas, palavras, frases, parágrafos, etc.

Tal processo faz-se necessário para que o indivíduo reconheça as palavras e assim as decodifique. Porém o ensino da leitura não pode nem deve ser baseado apenas em fazer com que a pessoa aprenda a decodificar palavras, ler frases, parágrafos, textos e livros inteiros se aquilo que está lendo não condiz com a sua leitura de mundo, pois, como já citado por Baptista (2012, p. 65), “Um bom leitor é ‘construído’ a partir do momento em que ele, de alguma forma, encontre sentido, significado, valores, naquilo que lê”.

Ousa-se complementar a citação e dizer que é necessário também que o indivíduo encontre sentido naquilo que vê, pois, se analisarmos a realidade dos sujeitos responsáveis pelo ensino da leitura, constatar-se-á que estes, em sua maioria, não a praticam. Como incentivar alguém a fazer algo que diz ser bom e necessário, se estes que incentivam não o fazem?

Nesse processo de ensino da leitura, vários são os sujeitos – pais, mães, professores(as), bibliotecários(as), pedagogos(as), agentes culturais, dinamizadores de leitura e tantos outros – que buscam, cada um à sua maneira ou de acordo com as técnicas apreendidas (em cursos, oficinas, palestras, leituras) e ao longo da prática profissional e/ou pessoal, fazer com que novos indivíduos adentrem ao universo da leitura.

Para a formação do leitor, vários são os recursos físicos e materiais que devem ser utilizados, desde simples textos em salas de aula ou cantinhos de leitura a uma infinidade de livros distribuídos em inúmeras estantes de uma biblioteca ou até mesmo dramatizações de trechos de livros, declamações de poemas, e outros, em rodas de leitura ou centros culturais.

A leitura se faz necessária não apenas para o processo de ensino-aprendizagem de conteúdos obrigatórios presentes nas grades curriculares, nos planos de ensino, nos projetos dos cursos. Não deve ser um simples ato de decorar/memorizar o conteúdo, o assunto ou o capítulo de um livro para responder a uma prova em que não se pode expressar o que entendeu (a partir da leitura da palavra escrita com sua leitura de mundo), mas sim o que o autor disse, independentemente se compreendeu ou não o que está escrito.

Situação ainda mais delicada ao referir-se ao ensino de literatura, pois o ensino da leitura literária, quase sempre, detém-se a fazer com que o indivíduo memorize os nomes dos personagens, o estilo literário, a época em que se dá o enredo e tantos outros elementos, que parecem não fazer muito sentido, pois a obrigatoriedade da “tarefa” provavelmente não despertará no sujeito o desejo e gosto pela leitura. Tudo isso corrobora para que o leitor se atenha a detalhes tão pequenos que o impedem de desfrutar da grandiosidade que a leitura da obra lhe proporcionaria, caso não fosse algo obrigatório.

Ainda sobre a literatura e sua leitura, é oportuno fazer uma pequena ressalva. Dentre os conteúdos que são ensinados, a literatura fica sempre em segundo plano, é rotulada como fácil ou chata, a depender dos indivíduos. Nas provas, geralmente,

as notas são boas, apesar da pouca importância dada a esta disciplina. Os autores apresentados são os clássicos, que ultimamente são editados em versões resumidas/condensadas e até adaptadas de acordo com o público, com a justificativa de ajustar-se à realidade e linguagem dos indivíduos.

Muitos educadores de outras áreas até chegam a questionar qual a finalidade desse tipo de leitura e para que serve a literatura. Para tentar elucidar tais questionamentos, recorreu-se à Baptista (2012, p. 35-36) que diz:

A Literatura possibilita, infinitamente, a revelação de singularidades e diferenças. O estilo que obviamente cada escritor possui, depende, fundamentalmente, do ser revelado, materializado por um sólido repertório daquele que se arrisca a colocar para todos o mais íntimo de seu ser. De sua forma de ver o mundo. De sua forma de desvelamento.

E ainda,

A literatura por si só provoca e potencializa atitudes, que, talvez, nenhuma outra linguagem consiga. [...] solicita, por sua própria especificidade, uma conduta diferente, como por exemplo, a de uma grande introspecção que leva a estratos mais profundos de um eu que dificilmente seria alcançado por outras formas de linguagens. (BAPTISTA, 2012, p. 39-40, grifo nosso).

Sabido da necessidade e importância da leitura e seu ensino para o indivíduo, seja para formação acadêmica, profissional e/ou pessoal, é imprescindível que haja as condições mínimas para que os educadores e os demais agentes culturais possam desenvolver o processo de ensino da leitura e possibilitar aos sujeitos o acesso à educação e cultura por meio da leitura de obras que versam sobre as mais diversas temáticas.

A execução de ações de fomento à leitura deve ser propiciada não só no ambiente escolar/educacional (professores) e doméstico (familiares), que geralmente promovem o ensino, a leitura em seu sentido restrito, mas sobretudo em locais como centros de cultura que devem propiciar a seus usuários uma leitura além da decodificação da palavra escrita.

Sabe-se, porém, que equipamentos culturais como estes são, em sua maioria, restritos a um público relativamente pequeno, se comparado à totalidade da população, especialmente se for analisada a realidade de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

Mas, afinal, o que é equipamento cultural e qual sua função no processo de incentivo à leitura, acesso e uso das bibliotecas e dos livros?

Coelho (1997, p. 164, grifo nosso) traz em seu livro *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário* uma definição do que seja um equipamento cultural:

[...] por equipamento cultural entende-se tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc.). Numa dimensão mais restrita, **equipamentos culturais são todos os aparelhos ou objetos que tornam operacional um espaço cultural (refletores, projetores, molduras, livros, pinturas, filmes, etc.).**

Como pode ser percebido, estes equipamentos culturais possuem grande relevância para a promoção e valorização da leitura, ou leituras, visto que assim como cultura, devem ser compreendidas na sua pluralidade de significados e não se ater apenas a um único sentido.

O planejamento, implantação, implementação e gestão são, via de regra, de responsabilidade do poder público, que deve elaborar ações direcionadas para atender ao público e propiciar recursos materiais, físicos e humanos que lhe possibilitem o acesso a informações e conhecimentos em seus diversos formatos e suportes, bem como sobre as mais variadas áreas do conhecimento.

2.4.3 Livros e bibliotecas: acesso e uso

A informação e o conhecimento, independentemente do suporte nos quais estão registrados, desde o começo da história da escrita possui como finalidade principal registrar o *modus vivendi* (hábitos, práticas, crenças, etc.) de um pequeno grupo ou de até mesmo de uma nação. Tais registros serviam e servem até os dias atuais para a preservação e difusão da produção intelectual elaborada e registrada por um indivíduo ou grupo de indivíduos.

O acesso à informação faz com que outros indivíduos tenham conhecimento do que já foi produzido, bem como propicia, a partir do contato e leitura, a elaboração de novos conhecimentos que poderão ser registrados e disponibilizados para que outras pessoas também possam acessá-los. Dito isto, é possível dizer que a produção de informações e conhecimentos é um processo cíclico e infinito, pois a

cada nova leitura ou releitura de uma mesma obra poderão ser gerados novos conhecimentos.

Dentre os principais suportes utilizados para o registro de informações, desde a invenção da escrita, o papel, em seus vários formatos, tem sido o mais utilizado, especialmente quando esse conhecimento está registrado em formato de livro, independentemente do conteúdo que este aborde.

Apesar de ser um dos principais produtos utilizados para o registro do conhecimento, o livro, desde tempos remotos, foi objeto de uso para poucos, especialmente aqueles abastados que podem arcar com as despesas para aquisição de um bem tão importante para o desenvolvimento intelectual e cultural dos sujeitos, seja individualmente ou no coletivo.

No Brasil, assim como na maior parte dos demais países, a população com maior poder aquisitivo é a que possui maior acesso aos livros, especialmente os literários e de temas variados. À grande massa social, especialmente a que está em idade escolar, são disponibilizados os livros didáticos e paradidáticos que são escolhidos a cada três anos pelos professores.

Segundo Lindoso (2004), os livros didáticos eram vendidos pelas editoras aos pais dos alunos, mas a partir de 1964 a realidade dos livros didáticos começou a mudar, especialmente após a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). No primeiro ano de efetivação do programa, as ações de escolha dos livros “[...] envolviam uma consulta aos professores dos livros disponíveis, seguida de uma seleção por especialistas e da aquisição das quantidades definidas de exemplares diretamente das editoras para distribuição nas escolas”. (LINDOSO, 2004, p. 93).

Sobre bibliotecas públicas (BP) no Brasil, tem-se uma citação de Sales (1977) quando na época dirigia o Instituto Nacional do Livro (INL), que retrata de forma bastante incisiva esse importante setor para preservação, difusão e acesso aos bens e produtos informacionais.

A carência de bibliotecas públicas municipais é um fato reconhecido, apesar dos esforços que o Instituto Nacional do Livro vem envidando, desde sua fundação, no sentido de apoiar e acelerar a implantação de bibliotecas em todo o País. Muitos fatores têm dificultado corrigir-se tal situação, e um dos mais sérios é a falta de pessoal que tenha condições de assumir o encargo de manter em funcionamento a biblioteca pública em lugares afastados dos grandes centros e de poucos recursos econômicos. (SALES, 1977, p. 6).

Se não fosse citada a data em que o texto em tela foi escrito, a probabilidade de imaginar que é uma obra editada em 2017 é muito grande. Quarenta anos se passaram desde a publicação desse livro e pouco mudou em relação à realidade das BPs em todo o país.

No tocante às bibliotecas públicas, Lindoso (2004), em sua obra *O Brasil pode ser um país de leitores: política para cultura, política para o livro*, diz que

A biblioteca é um local essencial para a formação cidadã, para o acesso ao conhecimento, à informação e ao lazer. [...]. No entanto, **essa visão de biblioteca**, infelizmente, **não foi assimilada, na íntegra e na prática nem pelas autoridades, nem pelo conjunto da sociedade brasileira** [...]. (LINDOSO, 2004, p. 132-133, grifo nosso).

A análise da citação do autor nos leva à constatação de que a falta de investimento e interesse do poder público pelas bibliotecas tem contribuído para a precarização dos serviços e dos acervos ofertados à população, que não veem as BPs como opções viáveis para acesso aos livros e demais itens informacionais, seja pelas condições precárias que as bibliotecas apresentam ou até mesmo pela pouca prática de leitura dos brasileiros.

Na pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (FAILLA, 2016), revelou-se que 66% dos entrevistados responderam que não frequentam bibliotecas. Dos 5.012 entrevistados, apenas 5% informaram que sempre utilizam a biblioteca, 14% às vezes e 15 % raramente.

Desse total de frequentadores, assíduos ou não, a maioria absoluta é de estudantes que buscam nas bibliotecas públicas o que inexistente na escola em que estudam: uma biblioteca escolar.

Dados como estes mostram ainda, de forma simplificada, a pouca importância dada pela população e pelas autoridades tanto ao espaço da biblioteca quanto aos serviços e produtos (itens informacionais) que esta pode e deve oferecer à sociedade.

Como forma de buscar amenizar esse grande problema social brasileiro, criou-se o SNBP que é responsável por gerir o Sistema de Bibliotecas em nível de Brasil e tem como meta zerar o número de municípios sem bibliotecas. O Sistema faz-se relevante para a área, no entanto, a efetividade da implantação de suas ações é motivo de indagações e questionamentos de vários estudiosos, como por exemplo Machado (2015), que traz a seguinte informação e reflexão:

O Ministério da Cultura, no período de 2004 a 2010, investiu R\$ 88.909.331,22 na implantação de 1.859 novas bibliotecas públicas, com o intuito de zerar o número de municípios sem bibliotecas públicas, mas vale perguntar: com qual concepção essas bibliotecas foram e vem sendo criadas pelos gestores locais? (MACHADO, 2015, p. 111).

Ao analisar o montante do investimento financeiro, é um valor considerável, no entanto a forma como estes recursos são geridos, na maioria das vezes, não atinge o objetivo esperado. Simples entraves que impedem a eficácia do investimento dos recursos poderiam ser evitados se os profissionais que são responsáveis pela gestão das bibliotecas e demais unidades informacionais e culturais possuísem a formação e qualificação adequada.

Administrar uma biblioteca pública requer formação e capacitação que lhes permita ter uma dimensão global da importância deste espaço para a sociedade, mas no Brasil é algo raro ver profissionais bibliotecários ou com formação compatível para gerir tal espaço.

As bibliotecas são organismos vivos e de potencial latentes para o desenvolvimento social. Órgãos estratégicos de inclusão e promoção da sociedade local no uso da informação e do conhecimento para lazer, estudo, aprendizagem, autodesenvolvimento e liberdade de expressão. As bibliotecas públicas são parte e ponte para o acesso à cidadania, em todo significado que o termo possa representar. (SILVA, 2015, p. 47-48).

Geralmente, os gestores destas bibliotecas são profissionais com indicação política e sem a devida compreensão do quão necessário e fundamental é uma BP. Tal realidade corrobora para que haja o desperdício de recursos materiais e a inexistência de atividades essenciais para o tratamento adequado do acervo e desenvolvimento de atividades educacionais e culturais.

2.5 Políticas públicas culturais de fomento à leitura, ao livro e à biblioteca no Brasil: planos, projetos, programas

A leitura, atualmente, não é mais compreendida como atividade passiva, reflexo no leitor de imagens definidas pelo autor. É ato criativo e criador. Nenhum programa de leitura, no sentido estrito do termo ou no sentido ampliado a ele atribuído com a voga dos estudos semiológicos (quando passaram a se aplicar às experiências de apreensão de uma obra cinematográfica, teatral, musical, etc.), será completo se não se abrir para essa espécie de pedagogia da razão interior. [...]. Esse círculo na aparência vicioso – e que pode informar

programas não apenas de leitura mas também de criação literária – não pode ser propriamente rompido num ato abrupto. (COELHO, 1997, p. 236).

Para o planejamento de qualquer ação, no sentido de diminuir e/ou resolver determinado problema social, os gestores públicos baseiam-se em relatórios de organizações internacionais, nacionais, estaduais e municipais, e, geralmente, encomendam uma pesquisa para verificar com maiores detalhes a real situação do problema.

Após a elaboração de um relatório, faz-se o seu estudo para, posteriormente, planejar ações no sentido de fazer com que o problema, ora detectado, seja solucionado de acordo com os critérios preestabelecidos e as metas elencadas.

Em relação à área da cultura, este ainda se encontra quase que em estágio embrionário, se compararmos à evolução de outros países do nosso continente.

Sobre a área cultural, por ser bem abrangente, não será possível pesquisá-la na sua totalidade, tampouco todos os seus equipamentos ou recursos. A presente pesquisa deter-se-á nas bibliotecas (pública estadual e municipal; escolares de instituições da rede pública de ensino dos níveis fundamental e médio) e nos livros, com foco na leitura.

A tipologia de biblioteca a ser estudada é a que pertence à esfera pública, por ser esta, na sua essência, universal e de acesso livre a todos os cidadãos de forma indistinta. Essa compreensão de biblioteca pública e universal dar-se-á pelo fato de que esta deve ser aberta a todos e conter o máximo de registro sobre os mais variados assuntos já descritos pela humanidade, especialmente as obras que versam sobre artes e ciências. De acordo com Naudé (1990¹⁶ apud COELHO, 1997, p. 77-78):

A idéia atual de biblioteca é a de um centro cultural ou, de todo modo, **de um espaço que não privilegia mais o livro como objeto de uma coleção** e dele faz apenas um instrumento de cultura a mais, ao lado do disco, do CD-ROM, do vídeo, da obra de arte, etc. Se a biblioteca moderna e a pré-moderna eram o lugar da coleção, a biblioteca pós-moderna se apresenta (ou quer ser) como o lugar da informação, da discussão e da criação, rompendo vastamente com seus modelos passados. Este novo formato de biblioteca é, sem dúvida, o da biblioteca pública generalista e não o da biblioteca de pesquisa, figura de todo modo rara em países subdesenvolvidos e que, larga e necessariamente, ainda é um espaço de reflexão e nada

¹⁶ NAUDÉ, Gabriel. *Advis pour dresser une bibliothèque*. Paris: Amateurs du livre, 1990.

além disso deve ser se pretende preservar e estimular a idéia da investigação.

Essa deve ser a concepção que os gestores públicos devem ter sobre as bibliotecas, de um lugar que oferta, além de livros, informação nos seus mais variados formatos, para que seus usuários possam pesquisar, ler, reproduzir, escrever e produzir novas informações. Um local que propicie, além da pesquisa (que geralmente é limitada a transcrição/cópia), que os usuários sejam consumidores de informações e conhecimentos, mas que sobretudo possam tornar-se produtores de conhecimento.

Tornar as bibliotecas e demais espaços públicos com finalidades educacionais e culturais em ambientes que sejam condizentes com as necessidades dos indivíduos tem sido um dos grandes desafios para profissionais e pessoas que acreditam e defendem a importância desses elementos para a promoção e valorização da educação e cultura de uma nação.

No Brasil, tais problemas vêm se arrastando ao longo da sua história. Inúmeras são as pesquisas, as indagações, questionamentos e cobranças feitas junto ao Estado para que sejam planejadas e elaboradas ações e estratégias e políticas que visem à valorização educacional e cultural no país.

Não é algo novo ou desconhecido dos governantes os déficits educacional e cultural que o país possui quando comparado a outras nações com características econômicas parecidas. Evoluiu-se consideravelmente, se compararmos com a realidade de algumas décadas atrás, no entanto, ainda há muito que ser feito em relação à oferta de recursos que possibilitem aos indivíduos melhorar educacional, social, econômica e culturalmente.

Para a implantação de ações que visem à melhoria da oferta de espaços culturais como bibliotecas, museus, teatros e outros, do acesso e uso de livros, do ensino e incentivo à leitura, faz-se mister que tais ações sejam acompanhadas e avaliadas constantemente para verificar se estão atendendo aos objetivos a que se propõem.

Esse acompanhamento e avaliação permitirão detectar as possíveis falhas e indicar melhorias, visando sempre alcançar os melhores resultados e, conseqüentemente, maior participação dos indivíduos no acesso e uso dos bens culturais públicos e maior desempenho socioeconômico dos indivíduos por meio do uso dos recursos que a educação e a cultura proporcionam.

A definição das ações deve ser pautada em políticas públicas elaboradas com a finalidade de dirimir ou solucionar determinado problema, o qual foi previamente detectado e debatido, geralmente pela sociedade e representantes políticos.

Uma política pública geralmente é direcionada para solucionar algum problema relacionado a uma determinada área (saúde, segurança, educação, cultura, etc.) ou para extrato social (homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, pessoas com deficiência, dentre tantas outras subdivisões).

No que se refere à elaboração e implantação de políticas públicas efetivas e eficazes, o Brasil tem buscado, ao longo das últimas décadas, implantar ações para corrigir problemas que são oriundos desde os tempos da colonização. Um exemplo desses desafios que o país tem a enfrentar está relacionado às áreas de educação e cultura, que, de certo modo, acabam por interferir em todas as outras áreas.

A necessidade que o país tem de proporcionar à população acesso à educação e cultura pode ser observado na Constituição Federal de 1988, no artigo 23, inciso V (“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”) e artigo 24, inciso IX (“Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre: [...] IX – educação, cultura, ensino e desporto”). Ressaltamos que, em 2015, os incisos acima citados foram modificados através da Emenda Constitucional n.º 85, de 26 de fevereiro, que acrescentou os termos “[...] à tecnologia, à pesquisa e à inovação” ao inciso V e “[...], tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação” ao inciso IX. (BRASIL, 1998, p. 29).

O anseio pelo acesso à educação e à cultura tem estado cada vez mais presente nos debates políticos, provocados especialmente pela sociedade civil, por meio de pesquisadores e estudiosos, que apesar de ainda não ser o ideal, estão caminhando na direção do processo de democratização do acesso aos ambientes educacionais e culturais. É importante frisar que, em relação aos locais e bens culturais, esse acesso caminha a passos ainda mais lentos que ao contexto educacional.

Sobre o contexto cultural, o acesso a espaços como bibliotecas, centros culturais, museus e outros ainda é uma realidade distante de boa parte da população brasileira, que também possui pouco contato com livros e apresenta pouco índice de leitura. Diante do exposto, estudiosos defendem a necessidade de elaboração e implantação de políticas públicas que objetivam promover o ensino e a prática da

leitura, bem como o gosto pela leitura e acesso e uso de livros e bibliotecas de instituições públicas.

Bretas (2009), ao discorrer sobre políticas de fomento à leitura, diz que é necessário melhorar os cursos de formação dos profissionais responsáveis por iniciar o ensino da leitura, mas também é urgente o planejamento, elaboração e construção de políticas públicas que promovam o ensino e prática de leitura e de acesso aos bens culturais presentes nos livros. A autora ainda enfatiza que os estudos e debates sobre o assunto são importantes pois contribuem para que as ações possam atender aos anseios da sociedade e aos objetivos e metas apresentados no planejamento estratégico.

Pesquisar a história e os dados dessas práticas deve ser tarefa não só do pesquisador e do historiador como também das instituições públicas responsáveis por elaborar e implementar as políticas de desenvolvimento do cidadão leitor que, acima de tudo, tem direito de acesso a todas as formas de bens culturais disponíveis atualmente na sociedade globalizada, sobretudo no que se refere ao legado patrimonial transmitido pelo livro. (BRETAS, 2009, p. 42).

Para que os sujeitos possam ter acesso ao legado patrimonial do qual a autora fala, é necessário que estes tenham acesso aos livros e, principalmente, que saibam utilizá-los da forma adequada (ler, analisar, interpretar, refletir, etc.) para absorver o conhecimento presente nas obras e construir novos conhecimentos a partir dessa interação (autor-texto-leitor), pois o simples acesso sem usufruto não trará nenhuma benesse.

Assim, faz-se cada vez mais necessária a elaboração de ações e práticas de ensino e incentivo à leitura, de acesso e uso dos livros e das bibliotecas especialmente em espaços públicos.

Acredita-se que, visando atender a essa carência da sociedade, o Brasil vem elaborando, especialmente nas últimas décadas, algumas ações que têm como objetivo principal a democratização do acesso e uso dos bens culturais e patrimoniais.

É claro que tais ações resultam não apenas de uma pressão social nacional, mas também de uma pressão de organizações internacionais que mensuram o desenvolvimento socioeconômico dos países.

Das diversas ações promovidas pelo país em relação ao contexto cultural e também educacional, algumas possuem destaque específico para a leitura, os livros e as bibliotecas, áreas essas que são objeto de estudo da presente pesquisa. Após

estudo e análise das ações, algumas foram eleitas para estudo mais aprofundado, como será mostrado a seguir.

3 CAPÍTULO III – DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM BUSCA DE RESPOSTAS

[...] o que importa não é que os alvos ideais sejam ou não atingíveis concretamente na sua sonhada integridade. O essencial é que nos disponhamos a agir como se pudéssemos alcançá-los, porque isso pode impedir ou ao menos atenuar o afloramento do que há de pior em nós e em nossa sociedade.

(Antonio Candido de Mello e Souza)

3.1 Delineamento metodológico e caracterização dos objetos da pesquisa

A investigação abordada configura-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, com vistas a analisar como ocorre o processo de implantação e gestão das ações públicas culturais federais de fomento à leitura, ao livro e à biblioteca no estado do Piauí. Segundo Triviños (2017), na investigação qualitativa, as informações e dados são coletados, analisados qualitativamente, ou seja, de forma descritiva. O pesquisador pode utilizar-se do instrumento de coleta de dados da pesquisa quantitativa; no entanto, deve-se dar “[...] atenção especial ao **informante**, ao mesmo **observador**, e às **anotações de campo**” (TRIVIÑOS, 2017, p. 138, grifo do autor).

O delineamento metodológico tem como intuito elucidar a questão norteadora da pesquisa, a saber: como as ações públicas federais de fomento à leitura, ao livro e à biblioteca estão sendo implantadas e executadas no estado do Piauí?

Assim, a pesquisa desenvolve-se a partir de leitura e análise bibliográfica e documental sobre a temática (livros, artigos, dissertações, teses, documentos e relatórios oficiais disponíveis em *sites* oficiais do governo federal, órgãos e instituições que trabalham e/ou pesquisam sobre a temática). Para coleta de dados e informações relevantes (observação e registro de informações quando da visita na SECULT, SEDUC, bibliotecas e escolas), fez-se uso de instrumentos de coleta de dados: questionários com perguntas abertas e fechadas destinados aos gestores dos órgãos responsáveis pela implantação e gestão dos recursos decorrentes das ações estudadas, com o gestor da Biblioteca Pública Estadual Desembargador Cromwell de Carvalho, instituição responsável pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), em nível estadual, bem como visitas *in loco* para observação e registro fotográfico em bibliotecas de escolas que receberam recursos provenientes de programas de incentivo à leitura e fomento ao livro e à biblioteca.

Com base nas concepções de Gil (2010, p. 50-51), é possível dizer que a presente investigação partirá de uma pesquisa bibliográfica e documental, pois

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Na pesquisa bibliográfica fez-se o estudo de autores que tratam sobre a temática para ampliar o conceito de leitura, livro e biblioteca, enquanto elementos indispensáveis na formação educacional e cultural de uma nação. Também foi realizada a pesquisa documental em teses, dissertações, relatórios e publicações oficiais sobre as ações públicas culturais federais voltadas para a leitura, os livros e as bibliotecas no Brasil, especificamente as que foram realizadas da década de 1990 aos dias atuais.

Para conhecer de forma mais aprofundada o objeto de pesquisa, realizou-se visitas e observação na Secretaria de Educação do Estado do Piauí (SEDUC/PI) e na Secretaria de Cultura do Estado do Piauí (SECULT/PI). No caso da visita à última, as demandas informacionais solicitadas foram direcionadas para a Biblioteca Pública Estadual Desembargador Cromwell de Carvalho. Além dos locais citados, fez-se visitas a algumas bibliotecas e locais de fruição dos bens culturais e educacionais que foram contemplados com alguma(s) ação(ões) estudada(s). Tais visitas tiveram como propósito confrontar as informações recebidas dos setores responsáveis pela implantação e/ou implementação de tais ações em âmbito estadual.

Para a coleta de dados, elaborou-se questionários com perguntas abertas e fechadas, entregues pessoalmente a gestores da SECULT/PI, SEDUC/PI e outros órgãos e entidades responsáveis pela implantação e gestão das ações públicas culturais no estado do Piauí.

Além dos métodos elencados, utilizou-se de anotações dos fatos e informações relevantes ao estudo, filmagem e fotografia de alguns locais (quando autorizados pelos responsáveis do(s) setor(es)).

3.2 Objetos da pesquisa: noções introdutórias

O Brasil, ao longo de sua história, vem enfrentando dificuldades para estabelecer ações eficazes e eficientes que possibilitem à sociedade ter acesso e fazer uso adequado dos livros e demais itens informacionais. Estas dificuldades decorrem de vários fatores como, por exemplo, o tardio processo de escolarização da população aliado a condições precárias das instituições educacionais e culturais, além das disparidades de realidades socioeconômicas entre as regiões geográficas que compõem o país.

Em busca de dirimir estes problemas, são elaboradas e implantadas ações públicas governamentais direcionadas aos problemas enfrentados pela sociedade nas mais diversas áreas, entre elas a cultural e educacional.

A área cultural encontra-se em atraso ainda maior que a educacional, fato este que pode ser justificado pelo modelo de gestão pública adotado pelo país, o qual manteve por longo período a política cultural subordinada à educacional.

No que tange a essa questão, um pequeno avanço só ocorreu no Governo Vargas (1930-1945), quando Gustavo Capanema Filho assumiu o Ministério da Educação e Saúde e, dentre as ações realizadas no decorrer de sua gestão, criou dois importantes órgãos no campo cultural, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹⁷ e o Instituto Nacional do Livro (INL)¹⁸.

Dentre estes dois órgãos, no que tange à promoção da leitura, do livro e das bibliotecas, o INL destaca-se em virtude da missão a ele atribuído: criar uma enciclopédia e dicionários nacionais, visando mostrar a identidade e a cultura do país; editar obras literárias que fossem relevantes para a formação cultural da nação; e expandir o número de bibliotecas públicas pelo país, as quais deveriam servir como centros culturais de livre acesso para os cidadãos.

¹⁷ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – Criado por meio da Lei n.º 378 de 13 de janeiro de 1937, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. (BRASIL, 1937b).

¹⁸ Instituto Nacional do Livro (INL) – Criado em 21 de dezembro de 1937, por meio do Decreto-Lei n.º 93. Dentre as quatro competências atribuídas ao INL, tem-se: a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições; b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional; c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros; d) **incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.** (BRASIL, 1937a, grifo nosso).

Observa-se que, das missões atribuídas ao INL, a que obteve maior êxito foi a expansão das bibliotecas públicas, as quais foram implantadas em vários estados, além da aquisição de obras para a composição dos acervos e da capacitação de alguns profissionais para atuar nessas bibliotecas.

No decorrer das mudanças de governo, o INL, antes pertencente ao Ministério da Educação (MEC), passou a ser subordinado ao Ministério da Cultura (MinC). Em 05 de novembro de 1987, por meio da Lei n.º 7.624, o INL foi incorporado à Fundação Nacional Pró-Leitura (BRASIL, 1987).

Três anos após a sua subordinação à Fundação Nacional Pró-Leitura, o INL foi extinto por meio da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 (BRASIL, 1990b) e as atribuições, competências, atribuições e acervo do Instituto foram repassadas para a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), no Departamento Nacional do Livro. (GALUCIO, 2011).

No que tange à área cultural, especificamente em relação à prática de leitura e de acesso e uso dos livros e das bibliotecas, o Brasil ainda tem muito que evoluir. De acordo com dados divulgados por meio de pesquisas de órgãos e instituições que buscam mensurar informações concernentes a estes itens, verifica-se que, apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas, ainda há grandes lacunas a serem preenchidas para se chegar ao patamar desejado.

Um dos principais órgãos que avaliam o índice de desenvolvimento educacional em nível mundial é o *Programme for International Student Assessment* (PISA) – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)¹⁹ –, pertencente à Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), traduzida para o português como Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE)²⁰.

Os dados apresentados por meio dos relatórios anuais do PISA servem como base para gestores públicos e estudiosos tentarem elaborar ações no intuito de

¹⁹ PISA – O *Programme for International Student Assessment* é um programa pertencente à OCDE. A metodologia utilizada para avaliação começou a ser testada desde a década de 1990, porém só foi efetivada em 2000. O PISA é uma avaliação internacional que mensura a literacia dos alunos de 15 anos, considerando três áreas-chave: as ciências, a matemática e a leitura.

²⁰ OCDE – Criada inicialmente em 1947, sob a denominação Organização para a Cooperação Econômica (OCE), era formada somente por países europeus. Em 1960, outros países manifestaram interesse em participar da organização e em 1961 foi assinada uma nova convenção na qual foi criada a atual OCDE. Uma organização internacional, formada por 34 países, com sede em Paris na França que objetiva promover políticas que possibilitem o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de pessoas por todo o mundo.

melhorar os índices apresentados nas várias áreas avaliadas e comparadas com os países participantes da avaliação.

Para tal, constata-se, por meio da análise das ações públicas governamentais, que houve um maior investimento de recursos públicos para a formação de leitores, propiciando assim maior acesso e uso dos livros, bem como maior expansão no número de bibliotecas por meio de planos, programas e projetos, dentre os quais, alguns serão explicitados abaixo.

3.2.1 Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER)

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) foi instituído através do Decreto n.º 519, de 13 de maio de 1992 (BRASIL, 1992a). Quando da sua criação, o PROLER era subordinado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) até 15 de agosto de 2014, data em que foi aprovado o Decreto n.º 8.297, que transfere o PROLER da FBN para o MinC (BRASIL, 2014a).

Os objetivos do PROLER estão instituídos no artigo 2º e constituem-se de três incisos, conforme segue: “I – promover o interesse nacional pelo hábito da leitura; II – estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras; III – criar condições de acesso ao livro” (BRASIL, 1992a, [p. 1]).

Para alcançar os objetivos pretendidos pelo PROLER, foram estabelecidos alguns mecanismos básicos para orientar os gestores na execução das ações, tais como:

I – instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores por meio de familiarização com o livro e a biblioteca; II – dinamização de salas de leitura, mediante supervisão de atividades e distribuição de materiais com sugestões de promoções; III – consolidação da liderança das bibliotecas públicas, visando à integração de ações que incentivem o gosto pela leitura; IV – provisão de espaços de leitura, abertos regularmente ao público; V – promoção e divulgação de medidas incentivadoras do hábito da leitura; VI – utilização dos meios de comunicação de massa, para incentivo à leitura (BRASIL, 1992a, [p. 1]).

Todas as ações inicialmente apresentadas convergem para que, de fato, os objetivos do PROLER sejam alcançados tendo em vista que, além da previsão da distribuição de obras e a abertura de espaços (bibliotecas e salas) para o incentivo às práticas da leitura, também haverá a oferta de cursos de capacitação para profissionais educadores dinamizarem e incentivarem a leitura. Tal afirmação pode ser confirmada na pesquisa de Coelho (2009, p. 11-12), que diz:

[..] o PROLER foi pensado para ser um programa de estímulo à leitura que não se limitasse à criação de bibliotecas e à distribuição de livros. Implantou uma nova visão sobre a leitura e voltou suas ações para a capacitação de recursos humanos, formando uma rede nacional de mediadores de leitura.

Um dos grandes desafios do programa deve-se ao fato de que o Brasil ainda possui um número elevado de pessoas analfabetas, fato este que corrobora para que as ações culturais de formação de leitores necessitem estar diretamente ligadas às ações educacionais, pois, para que se estabeleça uma sociedade leitora, faz-se mister a parceria de instituições educacionais e culturais que trabalhem com a mesma finalidade.

Nesse sentido, as ações iniciais do PROLER deram-se em um momento de séria e conturbada crise política nacional, decorrente do governo de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992)²¹, no qual, além da crise política, também havia uma crise financeira. Só quando a FBN assumiu, passou a ser reconhecida como fundação, sendo repassados os recursos financeiros e, conseqüentemente, efetivadas as ações planejadas.

Segundo Coelho (2009), uma das primeiras ações foi contatar especialistas em leitura por meio de cartas; no entanto, o retorno não foi o esperado. Além da pouca quantidade de respostas obtidas, ainda sofreu críticas severas por parte dos especialistas que não acreditavam que as ações trariam algum resultado positivo.

Diante de tal resultado, mudaram a estratégia e passaram a contatar as secretarias estaduais e municipais de educação por meio do envio de documentos, apresentando o programa, bem como buscando coletar informações das secretarias no intuito de identificar se estas desenvolviam alguma atividade de fomento à leitura, e como eram desenvolvidas.

Do total de quase 4 mil municípios contatados, apenas 75 responderam. As respostas foram as mais variadas; muitos manifestaram descrédito quanto à eficácia de uma política nacional de leitura. A partir daí, novos contatos foram feitos com aqueles que responderam. Apenas 20 ratificaram o interesse em participar do Programa. (COELHO, 2009, p. 19).

Apesar de todo o esforço no envio do material para uma quantidade

²¹ Fernando Collor de Melo (presidente do Brasil de 1990 a 1992) – No decorrer da gestão, várias instituições educacionais e culturais foram extintas, a exemplo da Fundação Nacional de Artes (Funarte), Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen), da Fundação Nacional do Cinema Brasileiro (FCB), da Fundação Nacional Pró-memória e da Fundação Nacional Pró-leitura. (COELHO, 2009).

significativa de cidades para esclarecimentos sobre as ações a fim de se estabelecer uma política de formação de leitores, poucas cidades acreditaram na proposta. Sendo que, para poder efetivar os encontros com os municípios interessados, firmaram-se convênios e parcerias com universidades e estudiosos de algumas regiões.

Somente através dessa parceria com as universidades foi possível reunir os interessados no programa para discutir e debater sobre os próximos passos a serem dados no sentido de efetivar as ações. À medida que ganhava notoriedade, novos colaboradores aderiam ao programa, passando a constituir uma rede nacional com profissionais de diversas regiões do Brasil.

Apesar de poucos recursos para a realização das atividades de divulgação das ações e até da realização das reuniões e debates do programa, em 1996, o PROLER já estava presente em 18 estados brasileiros, em um total de 40 comitês interinstitucionais distribuídos pelo país.

Com o passar dos anos, novos Estados e municípios aderiram ao programa, contando atualmente com um total de 82 comitês espalhados em todo o país, conforme informações coletadas no *site* do PROLER (<<http://proler.culturadigital.br/conheca-os-comites-proler/>>).

Tabela 1 – Comitês do PROLER no Brasil

Região	Comitês por região	Estados com comitê	Quantidade de comitês por Estado
Norte	08	05	Acre (01), Amapá (01), Amazonas (03), Pará (01), Roraima (01), Rondônia (0) e Tocantins (0) .
Nordeste	26	08	Alagoas (03), Bahia (12), Ceará (01), Maranhão (03), Paraíba (02), Pernambuco (01), Piauí (0) , Rio Grande do Norte (03) e Sergipe (01).
Sudeste	25	04	Espírito Santo (01), Minas Gerais (13), São Paulo (03) e Rio de Janeiro (08).
Centro-Oeste	07	03	Goiás (02), Mato Grosso (01), Mato Grosso do Sul (04) e Distrito Federal (0)
Sul	16	03	Paraná (01), Rio Grande do Sul (04) e Santa Catarina (11).
Total	82	23	Obs.: 03 Estados e o Distrito Federal não constam na lista como contemplados com o PROLER.

Fonte: adaptação do PROLER pela pesquisadora, 2017.

Para alcançar os objetivos para os quais fora criado, o PROLER tem realizado convênios com diversos municípios, estados, universidades e outros órgãos e instituições que visem à promoção da leitura.

Além da parceria com órgãos e instituições, também houve a implantação de

novas ações e a adesão de outras ações de fomento à leitura, já em andamento. Dentre estes, tem-se o Leia Brasil, um projeto da Petrobrás que promove a formação de profissionais para atuar na mediação da leitura. De acordo com Coelho (2009, p. 25-26), esse projeto foi de fundamental importância.

O Leia Brasil se uniu ao Proler para que este desenvolvesse um trabalho de capacitação com os professores das escolas que receberiam os caminhões. O objetivo era preparar esses professores para que, quando das visitas das bibliotecas volantes, o projeto produzisse melhores resultados. Também eram realizadas atividades de estímulo à leitura, tais como contação de histórias, encontros com os autores, círculos de leitura, apresentação de teatro, música e exposições.

O Programa Leia Brasil foi criado em 1992, inicialmente para promover e incentivar a leitura entre os alunos de 1º e 2º graus por meio do acesso aos livros disponibilizados em bibliotecas itinerantes, as quais faziam visitas programadas às escolas e ofereciam aos estudantes o acesso aos livros. Com o decorrer das ações, perceberam que a simples disponibilização dos livros aos alunos não estava obtendo o objetivo esperado – estimular o gosto pela leitura.

Corroborando com a conclusão dos gestores do Programa Leia Brasil, Coelho (2009, p. 11) diz que,

Para se erradicar a ausência do hábito de ler, não basta colocar o sujeito diante do livro. Essa mudança se processa de maneira muito mais complexa. Caminha por questões relacionadas tanto ao campo afetivo quanto às questões de ordem política.

A partir de então, reformularam o projeto e este passou a ofertar capacitação na área de formação de leitores para profissionais da educação, bem como outras ações para despertar nas crianças o gosto pela leitura, tais como oficinas de artes plásticas, teatro, recreação, criação literária e outras atividades.

A contribuição do PROLER para a institucionalização de uma sociedade leitora no país ultrapassou os limites dos muros escolares, pois este promovia ações de fomento à leitura em outros ambientes como hospitais, presídios, zonas rurais, periféricas e grandes centros urbanos.

Segundo Coelho (2009), desde a implantação de suas atividades, o PROLER chegou a ser implantado em mais de 300 municípios e contava com cerca de 30 mil colaboradores, porém, no decorrer da gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ministro da Cultura reduziu os recursos destinados ao programa, praticamente anulando as atividades. O PROLER retomou, aos poucos, suas

atividades durante a gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva, e voltou a ganhar notoriedade, especialmente por buscar agregar à equipe do programa profissionais com uma nova visão sobre a leitura no Brasil, os quais desenvolviam pesquisas e atividades para elaboração de uma política nacional de leitura.

Essa nova equipe de profissionais que formava o PROLER elaborara inúmeras atividades, dentre as quais destacam-se:

- a) criação do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL);
- b) Prêmio Vivaleitura (iniciativa do MinC, MEC e da Organização dos Estados Ibero-americanos, com realização e patrocínio da Fundação Santillana).

Ações estas que contribuíram e contribuem rumo à efetivação de atividades que, de fato, colaboram para a construção de uma sociedade leitora, mesmo que a longínquas décadas.

3.2.2 Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi instituído em 28 de abril de 1997, por meio da Portaria n.º 584 do MEC (BRASIL, 1997), tendo como objetivo principal a democratização do acesso a obras literárias infanto-juvenis, brasileiras e estrangeiras, além de obras de pesquisa e referência para a comunidade escolar pública brasileira.

O programa é executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), que faz a seleção das obras e as encaminha para as escolas públicas de educação básica de todo o país, no intuito de compor o acervo das bibliotecas das escolas.

De acordo com a Portaria do MEC n.º 584 (BRASIL, 1997, [p. 1]), o PNBE tem como finalidades principais a aquisição de obras (literárias e de referência), a produção e difusão de materiais para apoio de projetos de capacitação de docentes, difusão e apoio de ações de fomento à leitura, bem como a produção e difusão de materiais educacionais e científicos, em audiovisual.

Para o processo de escolha das obras, são lançados editais e, a partir dos critérios estabelecidos, selecionam-se aquelas que atendem aos critérios do edital; posteriormente, são encaminhadas às escolas para que sejam utilizadas pela comunidade discente e docente, na realização de atividades de fomento à leitura e valorização do livro.

Segundo dados do FNDE (2017), o PNBE investiu, de 1998 até 2014, R\$ 1.352.671.184,24 em acervos, obras e coleções para atender discentes e docentes de todo o país. A distribuição das obras dá-se por programas que são categorizados da seguinte forma: PNBE acervos, PNBE coleções, PNBE acervos casa de leitura, PNBE acervos biblioteca escolar, PNBE obras para professores, PNBE acervos educação infantil, PNBE acervos educação fundamental e PNBE acervos ensino médio.

Tabela 2 – Itens distribuídos e recursos financeiros investidos no PNBE de 1998 a 2014

PROGRAMA – ANO	ANO DE DISTRIBUIÇÃO	QUANTIDADE (EXEMPLARES)	R\$
PNBE/1998 (Acervos)	1999	3.660.000	29.830.886,00
PNBE/1999 (Acervos)	2000	3.924.000	24.727.241,00
PNBE/2000 (Obras)*	2001	3.728.000	15.179.101,00
PNBE/2001 (Coleções)	2002	60.923.940	57.638.015,60
PNBE/2002 (Coleções)	2003	21.082.880	19.633.632,00
PNBE/2003 (Coleções casa de leitura, biblioteca escolar, para professores)	2003 e 2004	50.536.494	214.503.439,30
PNBE/2004²²			
PNBE/2005 (Acervos)	2005/2006	306.078	47.273.736,61
PNBE/2006 (Acervos)	2007	7.233.075	46.300.000,00
PNBE 2007*			
PNBE/2008(Educação infantil, fundamental e médio)	2008	8.601.932	65.283.759,02
PNBE/2009 (Educação fundamental e médio e Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa)		10.593.491	77.498.631,10
PNBE 2010 (Educação infantil, fundamental, Educação de jovens e adultos, periódico, professor e especial)	2010	2.916.713.635	146.716.019,04
PNBE 2011 (Educação fundamental, médio e periódicos)	2011	17.115.844	101.962.988,98
PNBE 2012 (Educação infantil, fundamental, EJA e periódicos)	2012	25.635.233	135.093.348,58
PNBE 2013 (Educação fundamental, médio, periódicos e do professor)	2013	34.418.960	248.055.011,74
PNBE 2014 (Educação fundamental, médio, periódicos e do professor)	2014	34.145.070	150.840.016,06
TOTAL		3.198.618.632	1.352.671.184,24

Fonte: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/legislacao/item/9698-dados-estatisticos>, 2017.

*A partir de 2007, mudou a forma de gerir o PNBE; assim, as obras adquiridas em 2007 referiam-se ao PNBE de 2008. Portanto, não houve um PNBE 2007.

²² Em 2004, não houve lançamento de edital para seleção de novas obras; deu-se, apenas, continuidade às ações do PNBE/2003.

A partir na tabela acima descrita, verifica-se que o investimento financeiro para aquisição e distribuição de obras oscila em virtude de especificidades do público-alvo para o qual as obras são direcionadas.

Analisando inicialmente o investimento financeiro com aquisição e distribuição de materiais de incentivo à leitura, por meio do PNBE, verifica-se que, desde a sua implantação, houve o investimento de um montante considerável. No entanto, a efetividade das ações de promoção de leitura, objetivo principal do programa, em uma primeira análise, não é geralmente apresentada de forma concisa nos relatórios de gestão elaborados pelo governo federal, carecendo, portanto, de uma análise mais detalhada acerca do acompanhamento das ações e do retorno desse investimento para a sociedade.

De acordo com levantamento realizado junto aos órgãos de gestão do governo federal, encontrou-se a publicação *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras*, que, segundo Brasil (2008, p. 8),

[...] teve a finalidade de investigar a realidade das práticas pedagógicas em torno das obras distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola, realizando um diagnóstico sobre: o que professoras e professores, diretores, coordenadores pedagógicos, responsáveis por biblioteca, estudantes e pais pensam sobre os livros de literatura que chegam às escolas; que uso vem sendo feito desses livros; quais são as práticas de leitura e de escrita realizadas nas salas de aula e pelas escolas; e que papel a biblioteca tem representado nas escolas públicas.

O diagnóstico foi realizado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, em parceria com a Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC), do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

3.2.3 Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) foi instituído por meio da Portaria Interministerial n.º 1.442, em 10 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006). A criação do PNLL teve como marco inicial a necessidade de dar continuidade às ações e iniciativas de mobilização de acesso aos livros e fomento à leitura que já estavam sendo desenvolvidas no país.

Das inúmeras ações que corroboraram para a elaboração do PNLL, têm-se o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)²³, Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PNLEM)²⁴, Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), Programa Fome de Livro²⁵, Programa Vivaleitura²⁶, dentre outros.

Com o PNLL, o país busca estabelecer uma política pública permanente voltada para os livros e a leitura, conforme determinações constantes no artigo 1 da sua portaria de criação.

Art. 1º - Fica instituído o **Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)**, de duração trienal, **tendo por finalidade básica assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura** e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional (BRASIL, 2006, p. 18, grifo nosso).

Para assegurar a democratização do acesso aos livros e a valorização da leitura em âmbito nacional, o PNLL é executado em parceria da União com os Estados e Municípios, além de sociedades empresariais e organizações civis que manifestem interesse em colaborar com as ações propostas anualmente por meio de reunião e planejamento dos gestores do MEC e MinC.

De acordo com informações constantes na publicação *Caderno do PNLL* (BRASIL, 2014b, p. 3), para melhor orientação acerca das ações a serem desenvolvidas, o plano foi dividido em quatro eixos principais, a saber:

²³ Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) – Instituído por meio do Decreto n.º 91.542, de 19 de agosto de 1985. O PNLD tem como finalidade distribuir livros escolares para estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau. Para escolha dos livros a serem adotados, os docentes que ministram aulas para alunos do 1º grau farão análises e escolha dos livros a serem adotados pelas escolas. (BRASIL, 1985).

²⁴ Plano Nacional do Livro do Ensino Médio (PNLEM) – Instituído através da Portaria n.º 2.922, de 17 de outubro de 2003, objetiva prover as escolas do ensino médio das redes públicas estaduais, municipais e do Distrito Federal de livros e outros materiais didáticos de qualidade, para uso dos alunos e professores, abrangendo os componentes curriculares do Ensino Médio. (BRASIL, 2003).

²⁵ Fome de Livro – “[...] é um programa nacional de biblioteca pública e leitura que forma, ao lado da Política do Livro, um dos vértices dessa visão de Políticas Públicas do Livro, da Leitura e de Biblioteca Pública para o Brasil”. Constitui-se em um conjunto de ações, projetos e programas divididos em três eixos: Democratização do Acesso ao Livro; Fomento à Leitura; Valorização do Livro. (AMORIM, 2004, p. 3).

²⁶ Programa Vivaleitura – Surgiu em 2005, ano em que foi comemorado por 21 países o Ano Ibero-Americano da Leitura. No Brasil, o Ano Ibero-americano da Leitura foi denominado ‘Vivaleitura’ e consiste em um programa de mobilização nacional para implementação de uma Política Nacional do Livro, da Leitura e de Bibliotecas. Para alcançar os objetivos apresentados pelo programa há a previsão de implantação de mini-bibliotecas (Projeto Arca das Letras), execução de projetos de leitura, premiação de projetos de leitura, feiras de livros, seminários, entre outras ações de fomento à leitura, como leitura em praças, parques e metrô, distribuição de livros gratuitamente e campanhas de incentivo à leitura em parceria com meios de comunicação. (BRASIL, 2014b).

1. Democratização do acesso ao livro; 2. Formação de mediadores para o incentivo à leitura; 3. Valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico; 4. Desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional.

A divisão do plano em eixos específicos serve para nortear as ações a serem planejadas e desenvolvidas para que possam de fato alcançar o objetivo principal do PNLL, que é estabelecer uma política de Estado voltada para a leitura e o livro em âmbito nacional, de modo a formar uma sociedade leitora e promover o acesso aos bens e serviços culturais para a inclusão social e econômica.

Inúmeras foram as motivações para elaboração do PNLL, as quais convergiam para o estabelecimento de uma política efetiva de formação de leitores, conforme cita Marques Neto (2010, p. 13-14) no prefácio da obra *PNLL: textos e história*:

Há muitos anos o Brasil esperava uma política que pudesse se pleitear duradoura e permanente, mais abrangente e inclusiva do que qualquer outra que já tivesse sido realizada no país, respeitando os avanços e sabedorias acumulados desde as primeiras lutas para que a leitura se tornasse parte do cotidiano dos brasileiros. Uma política que pudesse, finalmente, romper a barreira que considera o letramento uma questão apenas de alfabetização, sem considerar os inúmeros aspectos culturais que acompanham a aquisição do direito à leitura, conciliando a Educação e a Cultura como partes indispensáveis ao processo de construção de leitores.

Assim, o PNLL se apresenta como um plano que concilia educação e cultura além de firmar a parceria do Estado com a sociedade para que todos contribuam para o estabelecimento de uma sociedade leitora. Para tal, a orientação do PNLL é que Estados e Municípios elaborem seus planos estaduais e municipais, respectivamente, alinhados com o plano nacional.

A proposta apresentada pelo PNLL como um plano para efetivação de uma política nacional de leitura despertou o interesse de países ibero-americanos que passaram a estudá-lo em diversos eventos nacionais e internacionais que debatem sobre a temática, especialmente nos eventos promovidos e organizados pelo Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (Cerlac)²⁷, pela

²⁷ Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (Cerlac) – é um órgão intergovernamental, que trabalha para dar condições para o desenvolvimento de uma sociedade de leitores, dirigindo suas ações para promover a produção e circulação de livros; a promoção da leitura e escrita, a formação de atores na cadeia de livros e o incentivo e proteção da criação intelectual, fornecendo assistência técnica na formulação de políticas públicas, gerando conhecimento e disseminando informações especializadas, desenvolvendo processos de

Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)²⁸ e pela Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI)²⁹.

Diante do exposto, faz-se necessário uma análise mais criteriosa e aprofundada sobre as ações propostas pelo PNLL e sua efetivação para o estabelecimento de uma política permanente para o livro e formação de leitores no Brasil, principalmente pelo histórico de descontinuidade de programas, projetos e ações que são elaboradas e implantadas no decorrer da gestão de um governo, e, quando da mudança de governo, geralmente há uma diminuição de investimentos; reformulação das ações; mudança de equipe gestora e técnica e até a interrupção.

3.3 Coleta, tratamento e análise das informações

Em busca de apresentar as informações de forma consistente, os dados foram coletados por meio de documentos oficiais que tratam sobre a temática abordada (legislações, resoluções, planos, projetos, entre outros), relatórios de gestão disponíveis em *sites* de órgãos e instituições governamentais, repositórios institucionais, etc. Utilizou-se também de instrumentos de coleta de dados previamente elaborados (questionários) que foram aplicados a profissionais responsáveis pela implantação, acompanhamento e gestão das ações e dos recursos provenientes das ações públicas federais de fomento à leitura, ao livro e à biblioteca em nível de Piauí; realizou-se também visitas *in loco* para observações e registros fotográficos.

treinamento e promovendo espaços de consulta e cooperação entre os Estados Ibero-Americanos. (CENTRO REGIONAL PARA EL FOMENTO DEL LIBRO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CERLALC, 2017).

²⁸ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – Criada em 1945, com objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros na busca de soluções para os problemas sociais nas áreas de Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação (UNESCO, 2017).

²⁹ Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) – organismo internacional de caráter governamental para a cooperação entre países ibero-americanos no campo da educação, ciência, tecnologia e cultura no contexto do desenvolvimento integral, da democracia e integração regional. Objetiva o fomento ao desenvolvimento da educação e da cultura como alternativa para a construção da paz, mediante a preparação do ser humano para o exercício responsável da liberdade, da solidariedade e da defesa dos direitos humanos e o apoio às mudanças que permitam uma sociedade mais justa para a América Latina. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – OEI, 2017).

Para escolha dos locais a serem pesquisados, previamente foi feito um levantamento dos órgãos e setores responsáveis pela implantação, implementação e gestão das ações públicas federais em nível de Piauí. Após a escolha, contactou-se os gestores dessas instituições e órgãos através de e-mail e/ou telefone para agendamento da aplicação de questionário.

Fez-se também visitas a bibliotecas de escolas da rede pública de ensino que receberam recursos federais de fomento à leitura, ao livro e à biblioteca. Para seleção do local (cidade) das escolas elegeu-se a capital Teresina, em seguida executou-se o levantamento do quantitativo de escolas existentes na capital de acordo com o nível de escolaridade ofertado.

De acordo com dados coletados no *site* da Secretaria de Educação do Estado do Piauí (SEDUC/PI), existem 53 escolas de ensino médio na cidade de Teresina, as quais atendem nos três turnos, sendo algumas com funcionamento em tempo integral (PIAUÍ, 2017).

Já de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação de Teresina (SEMEC), o ensino ofertado através do município é dividido em três níveis: ensino infantil com 153 Centros Municipais de Ensino Infantil (CMEIs); ensino fundamental de 1º ao 9º ano, com 150 Escolas Municipais, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é ofertada em 30 escolas (TERESINA, 2017).

Diante dos dados obtidos, selecionou-se as escolas de acordo com o nível de escolaridade ofertado, tendo em vista que os recursos provenientes de uma das ações públicas – PNBE – são divididos de acordo com o nível de escolaridade **(educação infantil, ensino fundamental e médio)**.

Assim, foi feita a seleção de 10 escolas de cada modalidade para realização de visitas, as quais ocorreram entre os meses de maio a novembro de 2017. Após explanação dos objetivos da pesquisa para os responsáveis pela escola e/ou pela biblioteca, realizou-se coleta de informações junto a este(s) profissional(ais), que autorizou(aram) o registro fotográfico do espaço.

Com as visitas *in loco*, constatou-se que nenhum dos 10 (dez) Centros Municipais de Ensino Infantil (CMEIs) de Teresina visitados possui uma biblioteca ou sala de leitura com acervos do PNBE. Encontrou-se apenas caixotes com alguns títulos, os quais foram adquiridos pelos professores ou recebidos por meio de doação.

Já nas escolas de ensino fundamental (1º ao 9º), todas as 10 possuíam obras recebidas por meio do PNBE, sendo que, na grande maioria das escolas, o espaço destinado à biblioteca permanece o tempo todo fechado. Os livros literários e de pesquisa do PNBE dividem o espaço com amontoados de livros didáticos novos e desatualizados, além, é claro, de encontrarmos os mais variados objetos; ou seja, onde deveria funcionar um espaço agradável de promoção e incentivo à prática de leitura foi transformado em um depósito de objetos em desuso. Ver figuras 3 e 4 da sala de leitura de uma escola municipal de Teresina.

Figura 3 – Acervo e objetos quebrados



Fonte: acervo da pesquisadora, 2017.

Figura 4 – Acervo e equipamentos da escola



Fonte: acervo da pesquisadora, 2017.

Outra informação constatada é que nas escolas de ensino fundamental visitadas, apenas três possuem funcionário responsável pelo espaço denominado biblioteca. Nas demais escolas, a chave da biblioteca fica na secretaria e quando

alguém necessita de algo que está guardado lá, geralmente, os funcionários da limpeza ou alguém da própria secretaria abre por algum tempo.

Após essa primeira visita de observação nas escolas, elegeu-se uma escola de ensino fundamental e outra de ensino médio para aplicação de questionário (apêndice A) junto à pessoa responsável pela biblioteca para coleta de informações mais detalhadas sobre a temática abordada na pesquisa.

A escola de ensino fundamental escolhida para verificação minuciosa do acervo foi a Escola Municipal Maria do Socorro Pereira da Silva, que fica localizada no Bairro Residencial Esplanada, zona sul de Teresina. A escola funciona nos turnos manhã e tarde com o ensino fundamental de 1º ao 9º ano e no turno da noite é ofertada a educação de jovens e adultos, além de aulas de preparatório para o ENEM.

Um dos fatores determinantes para seleção desta escola foi o fato de haver no acervo uma quantidade significativa de obras do PNBE de edições do programa PNBE ensino fundamental; PNBE professor. Além disso, o acervo também conta com alguns exemplares dos periódicos Pátio e Carta na Escola, ambos provenientes do PNBE e de livros dos Programas Literatura para Todos e Literatura em minha casa.

A biblioteca possui um acervo relevante de obras literárias e de pesquisa; um espaço amplo, se comparado às demais escolas e uma funcionária terceirizada que exerce a função de secretária e é responsável pelo setor, no entanto a biblioteca passa a maior parte do tempo fechada, pois segundo a funcionária não há condições para receber os alunos tendo em vista a grande quantidade de outros materiais no espaço (maquetes e trabalhos dos alunos, ares-condicionados novos e usados, caixas com livros didáticos novos, computadores e outros equipamentos de informática, além de material de expediente).

Todos esses fatores são motivos para a não utilização do espaço conforme a finalidade para o qual foi criado; além disso, há precárias condições de limpeza, higienização e organização, de modo geral, o que dificulta até o deslocamento entre as estantes, mesas e cadeiras.

Figura 5 – Entrada da biblioteca



Fonte: acervo da pesquisadora, 2017.

Figura 6 – Acervo e espaço para leitura



Fonte: acervo da pesquisadora, 2017.

Os alunos pouco têm acesso à biblioteca, mas sempre que é aberta aparece algum usuário querendo pegar ou devolver livros que são emprestados para leitura domiciliar aos alunos, que tem o prazo de sete dias para devolver ou renovar. Apesar de oferecer o serviço, a funcionária informou que não faz o empréstimo para todos os alunos pois muitos já pegaram os livros e não devolveram ou quando devolveram estavam riscados e rasgados.

Ao observar as obras que compõem o acervo e o interesse de alguns alunos pelos livros, é possível dizer que, se houvesse um ambiente apropriado e funcionários com a formação técnica adequada para gerir a biblioteca, a promoção da prática de leitura poderia obter bons resultados, ou seja, a finalidade do PNBE seria, ainda de forma tímida, alcançada. Ver as figuras 7, 8 e 9, referentes às obras do acervo da Biblioteca da E. M. Maria do Socorro Pereira da Silva.

Figura 7 – PNBE 2002

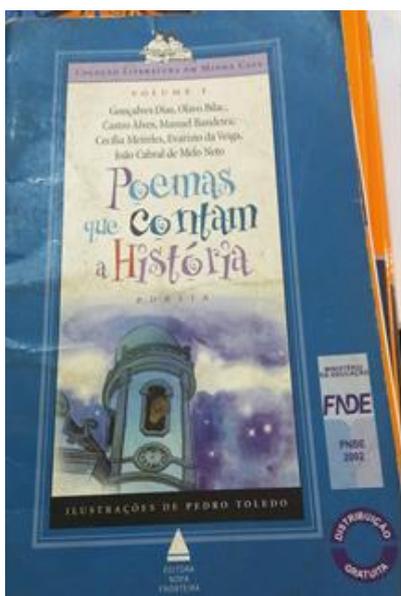


Figura 8 – PNBE 2014

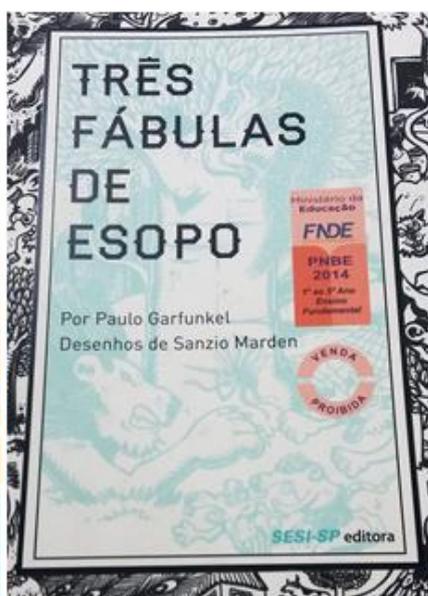
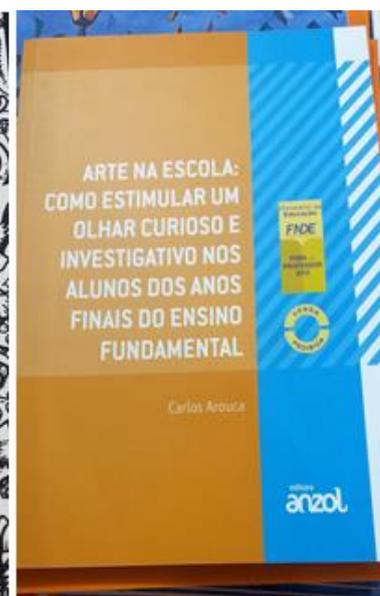


Figura 9 – PNBE 2013



Fonte: acervo da pesquisadora, 2017. Fonte: acervo da pesquisadora, 2017. Fonte: acervo da pesquisadora, 2017.

Ao responder sobre qual concepção possui acerca das ações públicas culturais de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas, a funcionária limitou-se apenas a informar que não possui muitos conhecimentos para falar sobre o assunto, mas que acha importante porque incentiva os alunos a gostarem de ler.

Foi informado também que a escola recebe obras do PNBE, mas que não há um controle (gestão) dos livros recebidos. Quando passou a trabalhar na escola, a biblioteca já funcionava e não foi repassado a ela nenhum documento com a quantidade de livros nem como deveria fazer esse controle, motivo pelo qual não foi possível constatar quantas obras tem no acervo pois não existe um catálogo ou qualquer outro instrumento de controle, motivo pelo qual a funcionária informa que muitas obras foram perdidas, extraviadas.

No que tange ao acesso da comunidade escolar à biblioteca, a mesma informou que às vezes abre a biblioteca para os alunos pegarem livros emprestados para ler na própria escola, principalmente quando algum professor falta a direção pede que ela empreste livros para que eles fiquem lendo enquanto chega o horário da próxima aula.

Em relação à existência de acompanhamento do governo federal a respeito de como a escola utiliza os livros que são recebidos por meio dos programas de distribuição de obras, ela informou não haver acompanhamento.

Como sugestão para melhoria do processo de implantação e gestão das ações públicas federais de fomento à leitura, aos livros e à biblioteca no Piauí, a funcionária disse que deveria haver cursos e palestras para ensinar as pessoas que trabalham nas bibliotecas a organizar os livros e também a ensinar os alunos a lerem. Sugeriu cursos de organização de bibliotecas, contação de história, pintura e desenho.

As escolas de ensino médio visitadas pertencem à SEDUC/PI e estão subordinadas à 4ª Gerência Regional de Educação (GRE). Diferente das escolas municipais, todas as unidades de ensino possuíam espaço destinado à biblioteca ou sala de leitura; alguns dos responsáveis possuem curso superior e a maioria é professor afastado de sala de aula por problemas de saúde, ou pessoas próximas da idade de aposentadoria.

Os acervos, apesar de não estarem dentro das regras e padrões biblioteconômicos, possuem uma certa organização, o que permite aos alunos utilizarem o espaço para pesquisa (fazer trabalhos individuais ou em grupo), estudar para provas ou ler obras literárias. No que tange ao acesso por parte dos alunos, geralmente as bibliotecas abrem nos turnos manhã e tarde (de 8h00 às 12h00 e de 13h30 às 17h30) e algumas escolas funcionam de forma ininterrupta (de 7h30 às 17h30).

A partir das visitas às demais escolas, a Unidade Escolar Zacarias de Góes, conhecida como Liceu Piauiense, foi a eleita. O Liceu Piauiense é considerado a primeira escola pública do estado do Piauí; está situada na Av. Campos Sales, no Centro da capital Teresina, e funciona com oferta de ensino médio nos três turnos.

A escola passou por uma reforma nos últimos anos que a deixou mais ampla e com novos espaços para realização de atividades esportivas e culturais. Antes, a biblioteca funcionava em uma sala comum sem as adequações necessárias para ofertar um ambiente propício ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, estudo e leitura.

Na biblioteca atualmente há duas servidoras efetivas que atendem de forma ininterrupta de 7h30 às 17h30. A pessoa que respondeu ao questionário é funcionária do quadro efetivo da SEDUC/PI, é professora de Letras (Francês) e está lotada na biblioteca há mais de 10 anos em virtude de problemas de saúde. Atualmente é coordenadora da biblioteca e tem desenvolvido um bom trabalho de organização do acervo, principalmente pelo fato de não ter formação na área de

biblioteconomia, mas por iniciativa própria ter buscado fazer alguns minicursos para atualização.

Ao responder sobre qual concepção tem acerca das ações públicas culturais para fomento da leitura, dos livros e das bibliotecas, informou-nos o seguinte:

Acredito que sejam importantes, principalmente porque oferecem para as pessoas que não têm condições de comprar livros e ter uma biblioteca em casa fazer boas leituras e também oferece capacitação para os professores da educação infantil aprender a ensinar os alunos a gostar de ler. Quando os alunos gostam de ler eles acabam tirando boas notas e se destacam na sala. Aqui na escola, os alunos que tiram as melhores notas são os que sempre estão pegando livros emprestados na biblioteca.

Quando indagada se a escola recebe ou recebeu livros de programas do governo federal, esta confirmou que sim. Em relação à forma como é feita a gestão das obras recebidas, foi informado que não há nenhuma gestão específica para essas obras e que o processo é feito como dos demais livros do acervo: identifica com o carimbo, faz a classificação e coloca nas estantes de acordo com o assunto.

É válido salientar que os livros e demais itens da coleção possuem padrões mínimos de classificação e catalogação, o que facilita a organização e o controle das atividades de empréstimo, devolução e consulta.

Figura 10 – Acervo da biblioteca da Escola Liceu Piauiense

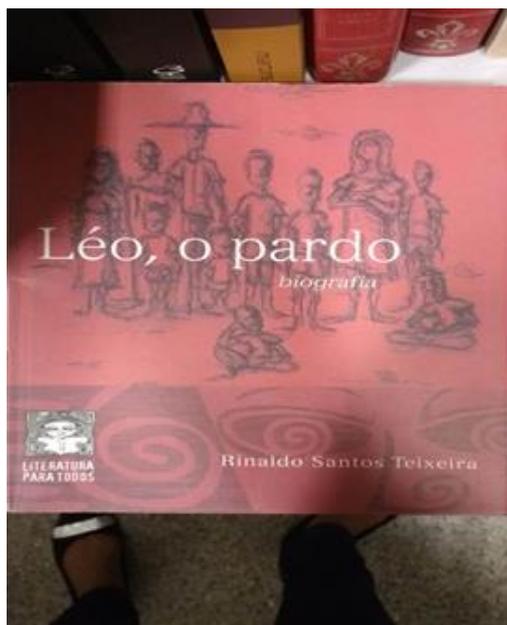


Fonte: acervo da pesquisadora, 2017.

A aquisição das obras, na grande maioria, é proveniente de programas do governo ou através de doação, principalmente oriundas de órgãos públicos e ex-

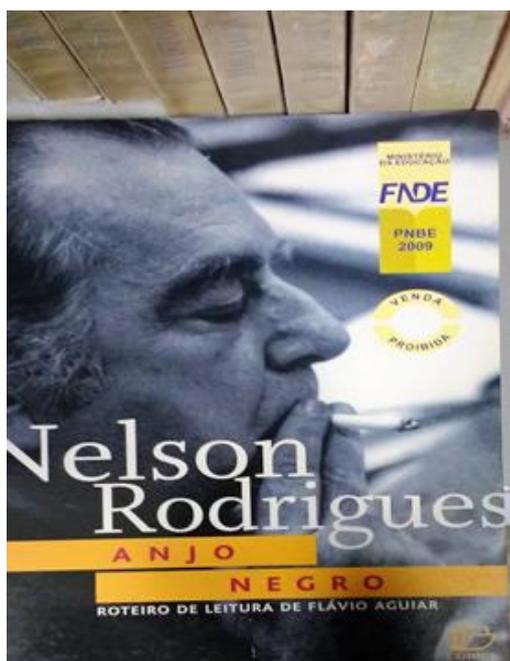
alunos e alunos. A compra de livros ocorre de forma esporádica e apenas de um ou dois exemplares de cada título pois os recursos para essa aquisição são os arrecadados através das multas que os usuários pagam quando não devolvem ou renovam o livro na data. Ver as figuras 11, 12, 13 e 14, referentes às obras do acervo da Biblioteca da Escola Liceu Piauiense.

Figura 11 – Literatura para Todos



Fonte: acervo da pesquisadora, 2017.

Figura 13 – PNBE 2009



Fonte: acervo da pesquisadora, 2017.

Figura 12 – Biblioteca da Escola



Fonte: acervo da pesquisadora, 2017.

Figura 14 – PNBE Professor



Fonte: acervo da pesquisadora, 2017.

Na análise das obras que formam o acervo, verificou-se que a maioria das obras literárias são oriundas do PNBE. Além disso, há também obras da coleção PNBE professor e dos programas Biblioteca da Escola e Literatura para Todos.

Apesar de o acervo possuir um número significativo de obras literárias, não há nenhum programa de incentivo à leitura desenvolvido pela biblioteca ou por docentes da escola, o que contribui para o baixo índice de empréstimo de livros literários pelos estudantes.

Sobre o acesso da comunidade escolar aos livros disponíveis na biblioteca, foi informado que a maioria das pessoas que usam a biblioteca e pegam livros são os alunos; raras vezes, um professor vai até a biblioteca. Ainda segundo relatos da coordenadora, os poucos alunos que pegam livros emprestados já chegam na escola com o hábito de ler e acabam incentivando outros colegas a pegar livros emprestados também.

Foi informado também que não há acompanhamento por parte do governo federal sobre as obras enviadas para a escola.

Ao ser questionada sobre quais sugestões daria para melhorar o processo de implantação e gestão das ações de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas, apresentou o seguinte:

Ter representante desses projetos em cada cidade para acompanhar a entrega e depois verificar se estão usando corretamente. Pedir relatório da quantidade de livros que são emprestados. Fazer levantamento junto aos professores sobre o tipo de livro que os alunos mais gostam porque tem muitos livros que vem que eles não têm interesse e acaba sem ser usado. Enfim, acompanhar mais de perto o que é feito com os livros que eles doam para as bibliotecas porque tem gente que trabalha nas escolas que acaba levando os livros para casa ao invés de deixar na biblioteca para todo mundo ter acesso.

A partir da análise das informações repassadas pelas funcionárias das duas escolas, é possível identificar algumas lacunas existentes na proposta dos programas de distribuição de livros pelo governo, que possuem como intuito fomentar a prática de leitura, pois não existe um acompanhamento acerca do uso adequado desses materiais, tampouco se estão pelo menos disponíveis para a comunidade escolar a qual foi destinado.

Além disso, não há, por parte da escola, iniciativas/projetos de gestão que propiciem o incentivo ao uso da biblioteca ou a prática de leitura literária entre os estudantes.

No que tange aos funcionários responsáveis pelas bibliotecas, estes não exercem a função essencial de mediador da informação junto aos seus usuários, pois não possuem formação profissional que lhes propicie desenvolver atividades de promoção do uso da biblioteca ou atividades de fomento à leitura.

Segundo Dias e Romão (2011, p. 162), é fundamental:

[...] o profissional da biblioteca trabalhar como um mediador, pois este tem o papel de ler, discutir, promover e facilitar a compreensão e conseqüentemente o diálogo entre o texto e o leitor. A biblioteca escolar precisa ser utilizada de forma interativa em que haja a divulgação dos seus livros de modo a aproximar o sujeito-leitor da leitura ao invés de distanciá-lo.

Acerca dos profissionais que atuam nas bibliotecas das escolas pesquisadas, nenhum possui a formação adequada na área de biblioteconomia ou outros cursos de capacitação que lhes deem condições de desenvolver ações ou projetos de incentivo à leitura, tampouco trabalham em colaboração com os docentes para realizar alguma atividade em parceria.

A coleta das informações junto aos gestores da Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC/PI) e da Secretaria Estadual de Cultura do Piauí (SECULT/PI) deu-se por meio de questionários, os quais foram respondidos, respectivamente, por uma das coordenadoras da Superintendência de Ensino da SEDUC e pelo Diretor da Biblioteca Pública Estadual Desembargador Cromwell de Carvalho.

É válido esclarecer que, no primeiro momento da pesquisa, entrou-se em contato com a SECULT/PI que indicou o gestor da BP para prestar as devidas informações acerca das indagações da pesquisa.

Desta forma, o questionário aplicado contém sete perguntas, sendo cinco questões abertas e duas semiabertas. Optou-se por apresentar questões abertas por acreditar que estas possibilitam ao respondente descrever da forma mais detalhada possível o que se pede.

Seguindo a ordem de apresentação das questões, na estrutura do instrumento utilizado, tem-se a seguinte sequência:

1. Formação profissional, cargo ou função que exerce?
2. Qual a sua concepção acerca das ações públicas culturais de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas?

3. Como é feito o repasse dos recursos provenientes das ações de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas pelo governo federal para o estado do Piauí?
4. Como ocorre o processo de implantação e gestão das ações públicas do governo federal para o incentivo à leitura, ao livro e à biblioteca pelo estado do Piauí?
5. Há um acompanhamento por parte do governo federal de como as ações estão sendo executadas no estado do Piauí? Justifique.
A) Sim () B) Não ()
6. Considera positivo os resultados obtidos através da implantação das ações públicas culturais federais de fomento à leitura, ao livro e à biblioteca no estado do Piauí? Justifique
A) Sim () B) Não ()
7. Qual(is) sugestão(ões) para melhoria do processo de implantação e gestão das ações públicas federais de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas no Piauí?

Para apresentação das informações coletadas, as respostas serão apresentadas conforme a ordem das perguntas acima descritas. Primeiro serão explanadas as respostas apresentadas pela representante da SEDUC/PI e posteriormente o representante da SECULT/PI.

Quadro 1 – Respostas dos questionários SEDUC/PI e SECULT/PI

	SEDUC/PI	SECULT/PI – Biblioteca Pública Estadual Desembargador Cromwell de Carvalho
1	Professora e exerce o cargo de Coordenadora de Inspeção das Escolas da Rede Pública de Ensino.	Estudante de Biblioteconomia e coordenador da Biblioteca Pública Estadual Desembargador Cromwell de Carvalho
2	São boas, apesar de muitas delas não funcionar da forma que deveria. Tem muitos programas que distribuem livros, gibis, revistas, dicionários e outros materiais para as escolas, mas não oferecem curso para os professores elaborar projetos, nem as escolas têm espaço suficiente para fazer boas salas de leitura e uma biblioteca grande pois temos muitos alunos nas escolas e a maioria das salas estão lotadas; não tem como deixar uma ou mais para fazer projetos de leitura.	No modo atual são ineficientes, ela é fundamental para que nós criemos uma cultura de leitura ineficiente porque são centralizadas, não há consulta das demandas locais.

(continua)

(conclusão)		
3	<p>Geralmente esses recursos vêm através de livros, revistas e outros equipamentos, como computadores e tablets enviados para cada escola e elas são responsáveis por zelar pelos materiais e fazer com que os alunos e também os professores usem de forma adequada. Não é a secretaria que faz essa distribuição, já vem do MEC direto para as escolas.</p>	<p>Depois que assumi a direção, só tem chegado alguns poucos livros, na maioria só de imagens, são livros de artes, de arquitetura, de fotografias, todos com esses conteúdos. Como são muitos municípios e poucas bibliotecas, à medida que as bibliotecas vão entrando em contato é repassado um ou mais exemplares de cada título, dependendo da quantidade.</p>
4	<p>Nós temos várias equipes na SEDUC que trabalham com essas questões. Na área de bibliotecas tem uma equipe, inclusive com uma bibliotecária que vai até as escolas e organiza os acervos e ensina as pessoas que trabalham nessas bibliotecas como devem manter os livros organizados, como fazer os empréstimos e controlar os livros que são devolvidos. Através das planilhas de empréstimos é possível saber quantos livros tem na biblioteca e também se estão sendo emprestados.</p>	<p>A Biblioteca Cromwell de Carvalho faz parte do Sistema Nacional de Bibliotecas e ela é responsável pelo Sistema Estadual de Bibliotecas aqui no Estado. Dessa forma é através dela que deve ser feito o controle das bibliotecas públicas dos municípios, mas infelizmente isso não acontece na prática, pois muitos municípios têm as informações cadastradas no <i>site</i> do sistema, só que não funcionam na prática. Não temos um catálogo completo das bibliotecas dos municípios pois já foram encaminhados e-mails várias vezes para o endereço que está no <i>site</i> ou tentado entrar em contato pelo telefone, mas alguns desses telefones nem existem mais.</p>
5	<p>Não. Se existe alguma forma de fazer esse acompanhamento deve ser diretamente com as escolas, mas até onde sei esse não tem controle por parte do MEC em saber o que está sendo feito com esses livros que são doados para as escolas ou para os alunos.</p>	<p>Não. Após o período que estou à frente da biblioteca e do sistema estadual de bibliotecas, nunca chegou aqui nenhum pedido de relatório a respeito do repasse desses livros para as bibliotecas dos municípios, nem solicitando lista de livros que as bibliotecas têm interesse em adquirir. Também não tem nos documentos das gestões anteriores algum relatório que fale sobre isso.</p>
6	<p>Sim. Considero positivas porque é através desses livros que são enviados para as escolas que os alunos têm contato com o mundo da leitura. Muitos alunos acabam gostando de ler por causa dos livros que tem na biblioteca ou na sala de leitura das escolas, inclusive alguns acabam levando para casa para ler nos finais de semana e até nas férias.</p>	<p>Sim. Apesar de não acontecer da forma como é para ser, se não fosse esses programas muitas pessoas não tinham acesso a livros seja de literatura ou outros assuntos. Outro ponto positivo também, principalmente no incentivo à abertura de bibliotecas, é que muitas escolas não têm biblioteca e os alunos acabam vindo para as bibliotecas públicas; além disso tem muitas pessoas que aproveitam o silêncio e o conforto das bibliotecas para estudar para concurso.</p>
7	<p>Acho que falta orientação para os gestores de como deve ser feito o uso desses recursos, além, é claro, de um controle maior por parte do governo e também pela população pois os recursos usados para compra desses materiais sai do bolso da sociedade. Outra sugestão é ter mais divulgação desses projetos porque poucas pessoas sabem que eles existem e por isso não dão importância.</p>	<p>Principalmente a formação e envio de acervos; são acervos monotemáticos se resumindo a artes, fotografia e arquitetura.</p>

As informações coletadas por meio dos questionários, após serem tabuladas e analisadas, foram confrontadas com as informações colhidas *in loco* e por meio de relatórios e documentos oficiais disponíveis em *sites* e órgãos governamentais, pesquisas realizadas por estudiosos da área, bem como as informações coletadas em alguns locais que receberam e recebem recursos públicos federais para fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas.

Uma das principais fontes de informação acerca da leitura, dos livros e bibliotecas – a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (FAILLA, 2016), que está na sua quarta edição – traz um panorama geral sobre alguns questionamentos relativos à temática, como por exemplo o índice de leitores, quantidade de livros lidos, modalidade de aquisição dos livros, motivações para ler, locais em que as pessoas leem, tipo de biblioteca que utilizam, dentre outras questões.

A análise dos dados apresentados de forma gráfica revela que, em alguns questionamentos, houve avanços; em outros, retrocessos. De acordo com os dados estimativos da última pesquisa de 2016, 56% da população se declarou leitora. Nesse quesito, ao analisarmos as pesquisas de 2007 e 2011, verifica-se que houve um declínio do público leitor entre a primeira e segunda edição da pesquisa pois, em 2007, a população leitora era de 55% e, em 2011, apenas 50%.

A pesquisa apresenta os dados estatísticos, no entanto considera-se que há a necessidade de buscar entender o porquê dessa oscilação, tendo em vista os recursos investidos para incentivo à prática de leitura, principalmente na distribuição de livros literários e de pesquisa para a comunidade discente e docente nas escolas, bem como para as bibliotecas públicas.

Como uma das possíveis hipóteses para este acontecimento é a falta de fiscalização e controle do processo de distribuição e disponibilização das obras para o público nas escolas ou nas bibliotecas públicas. Esta hipótese é baseada na realidade encontrada nas visitas *in loco* realizadas nas bibliotecas das escolas pesquisadas bem como na biblioteca pública estadual do Piauí, as quais possuem um número considerável de obras, algumas ainda dentro das embalagens que foram recebidas ou em estado precário de acondicionamento e guarda que as impossibilitam de serem disponibilizadas para a população.

Em relação ao acesso e uso de bibliotecas públicas, verifica-se que o índice de pessoas que passaram a frequentar tem crescido de 2007 para 2016. Na primeira e segunda edição, os índices mantiveram-se os mesmos – apenas 12% informaram

que frequentam as bibliotecas constantemente –, já na edição de 2016, esse número subiu para 19%.

Esse crescimento do número de pessoas que passaram a frequentar as bibliotecas pode ser atribuído ao fato de que, nos últimos anos, o SNBP tem buscado investir no processo de instalação e modernização de bibliotecas públicas em todo o país, o que contribui para haja mais oferta de bibliotecas e melhores condições físicas para que o público possa usufruir do local, principalmente para estudos e leituras.

Outro desafio enfrentado pelo SNBP é a criação dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs) que são essenciais para que haja um maior controle do funcionamento dessas bibliotecas nos inúmeros municípios do país. No Piauí, por exemplo, consta no *site* oficial do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas o total de 219 municípios com bibliotecas; no entanto, na pesquisa realizada junto ao coordenador do SEBP no Piauí, apenas sete municípios mantêm contato com o Sistema e, desses municípios, apenas um possui um profissional bibliotecário como gestor da biblioteca.

O histórico de parques investimentos públicos em espaços de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas no estado do Piauí, aliado à precária formação profissional dos funcionários que são responsáveis pelas bibliotecas e salas de leitura por todo o estado, contribui sobremaneira para que não haja a implantação e gestão de forma devida dos recursos provenientes das políticas públicas federais voltadas para a leitura, os livros e as bibliotecas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tópicos abordados nesta pesquisa possibilitaram um maior conhecimento sobre temas e subtemas essenciais para compreender melhor acerca das ações públicas federais de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas, especialmente no estado do Piauí. Assim, a partir dos estudos realizados é possível considerar que a existência de ações oriundas do governo federal é essencial no que tange à aquisição e distribuição de recursos para as escolas e bibliotecas públicas; no entanto, a gestão do uso desses recursos junto às instituições e órgãos responsáveis pela oferta e disponibilização para a sociedade é incipiente ou até mesmo inexistente, como é o caso específico no estado do Piauí.

Assim, tais ações não conseguem atingir o objetivo principal para o qual foram criadas, tendo em vista que não possuem uma gestão de forma adequada, seja por falta de fiscalização dos órgãos que deveriam fazer esse controle ou em virtude de não haver recursos humanos com a devida capacitação profissional que lhes permita desenvolver um trabalho da forma adequada, pois, de acordo com Cirino (2015, p. 135), “A eficácia das políticas públicas de incentivo à leitura depende em grande parte dos mediadores, visto que são eles que possibilitam a efetiva apropriação dos acervos”.

Sobre a questão norteadora, que desencadeou toda a pesquisa, que pretende verificar se as ações públicas federais desenvolvidas para o incentivo à leitura, fomento ao acesso e uso dos livros e bibliotecas estão atingindo os objetivos para os quais foram criadas, tem-se que, pelo menos no estado do Piauí, estas não conseguem atingir os objetivos para os quais foram criadas, pois os itens enviados para as bibliotecas das escolas por meio de planos, projetos e programas, como por exemplo o PNBE, Literatura para Todos, Biblioteca da Escola, dentre outros, estão guardados em local a que, na maioria das vezes, os usuários não podem ter acesso direto aos livros.

Nas escolas que possibilitam o acesso, não existe nenhum projeto ou programa de promoção do incentivo à leitura ou mediação do texto com o leitor.

Sobre a distribuição de livros para a população, especificamente por meio do PNBE, Cirino (2015, p. 133) diz que

[..] não basta oferecer o livro se as condições subjacentes à leitura não possibilitam o encontro dele com o leitor, e entende-se que a

apropriação da leitura apenas transforma o leitor se esta for realizada de forma significativa. [...] não basta continuar ou ampliar os investimentos e a distribuição de materiais se não há ações que viabilizem o uso, e se não há propostas para solucionar problemas como: a falta de conhecimento a respeito dos programas; a ausência de bibliotecas com espaços adequados; e carência na oferta de profissionais capacitados para fomentar a leitura [...].

A realidade das bibliotecas das escolas no Piauí condiz com o que a autora defende, pois os funcionários que são responsáveis pelo setor no estado, não possuem a formação profissional adequada para execução das atividades técnicas de tratamento do acervo, tampouco de mediação do texto para o leitor; ou seja, as bibliotecas até possuem um número relevante de obras que versam sobre os mais variados temas, no entanto não há a realização de atividades que despertem o interesse dos usuários pelas obras e, conseqüentemente, o incentivo à prática da leitura.

As visitas *in loco* e a coleta de dados por meio dos questionários permitiram o levantamento de dados relevantes no que se refere ao recebimento de livros oriundos de programas do governo federal e existência dessas obras nos acervos, que na maioria das vezes é a única forma de aquisição de obras para formação e desenvolvimento das coleções dessas bibliotecas; ou seja, caso não houvesse tais programas, a probabilidade de os alunos terem acesso a livros literários ou mesmo de pesquisas sobre outros temas é praticamente nula, pois não há por parte das instituições escolares a previsão orçamentária para compra de livros ou outros itens necessários para montar e organizar uma biblioteca na escola.

Sobre as políticas de distribuição de livros, Marques Neto (2016, p. 61, grifo nosso) diz:

Há muito sabemos que apenas adquirir e distribuir livros não são medidas suficientes para superarmos a barreira da não leitura no país. É certo que é preciso adquirir e renovar bibliotecas públicas e escolares de acesso público, mas apenas essa política não resulta, isoladamente e em escala nacional, em leitores.

Tal constatação leva-nos a defender a tese de que tão importante e necessário quanto os livros e as bibliotecas são os profissionais que trabalham neste setor, pois são eles que proporcionam o contato do leitor ou futuro leitor com o texto, e, a partir das experiências desse contato, é que pode haver o despertar pela prática da leitura e a busca do conhecimento. É essencial que estes mediadores sejam pessoas com formação profissional condizente com a responsabilidade que exercem,

bem como que sejam conhecedoras e conscientes da importância das políticas públicas para o desenvolvimento cultural e educacional do país.

As políticas públicas de leitura não poderiam, e nem podem, passar despercebidas pelos mediadores da leitura, principalmente em se considerando que elas são responsáveis por oferecer a materialidade, o livro, para milhares de crianças, as quais, no seu dia a dia, não os possuem em casa. Assim, a biblioteca escolar se constitui como um espaço fundamental para se pensar a formação de leitores e, por isso, precisa favorecer o acesso, oferecendo um espaço. Dentro de uma política de informação voltada para as crianças, dois aspectos devem ser ressaltados: o espaço físico e o perfil do profissional para atuar nele. O espaço adequado é fundamental, ainda que seja constatado que grande parte das escolas brasileiras são projetadas sem previsão de espaço de informação. (MILANESI, 2013³⁰ apud CIRINO, 2015, p. 134).

Diante do exposto, é possível confirmar a hipótese de que as ações de fomento aos livros, à leitura e à biblioteca, de fato, não possuem uma fiscalização e avaliação dos recursos aplicados, portanto tais políticas públicas não cumprem de forma eficaz e eficiente o papel para o qual são planejadas.

Sobre as motivações que contribuem para o não cumprimento das missões destes planos, projetos e/ou programas, está a falta de profissionais com formação e capacitação profissional condizente com as demandas necessárias para a promoção do acesso e democratização do uso dos livros e das bibliotecas pesquisadas no estado do Piauí. Os dados encontrados levam-nos à corroboração da segunda hipótese, que defendia que a falta de profissionais preparados para gerir as ações propostas pelos programas, projetos e planos sobre leitura, livros e bibliotecas, especificamente no Piauí, é fator primordial para a não efetivação de forma satisfatória destas ações, pois o serviço de mediação texto-leitor não ocorre.

A constatação da pesquisa corresponde ao que afirma Ceccantini (2016, p. 96, grifo nosso):

Se as políticas públicas dos últimos anos têm acertado no esforço de garantir amplamente o acesso material ao livro literário, **falta ainda a contrapartida de investimentos sólidos na formação e atualização dos mediadores** (professores, bibliotecários, animadores culturais, etc.).

A análise geral da pesquisa revela que as ações públicas de incentivo à leitura, aos livros e às bibliotecas, assim como toda política pública, requerem uma avaliação constante para detectar quais pontos devem ser aprimorados. No tocante

³⁰ MILANESI, Luís. *Biblioteca*. 3. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

aos objetivos da pesquisa aqui proposta, considera-se que: a rede de bibliotecas e salas de leitura das escolas de ensino fundamental não ofertam condições adequadas para seu uso por parte dos alunos, pois o espaço destinado à biblioteca acaba servindo a outras finalidades (depósitos, almoxarifados, etc.), além do fato de que passam maior parte do tempo fechadas.

Já as escolas de ensino médio possuem uma melhor organização do espaço físico onde os acervos são guardados, bem como um local para estudo em grupo ou individual, fazendo com que haja mais usuários; no entanto, a ausência de atividades de fomento à leitura é uma das principais lacunas para que haja de fato a efetivação dos objetivos dos programas que é formar o hábito de leitura entre a população brasileira. Se não há incentivo à prática de leitura, não haverá o hábito de ler. Não existe hábito sem prática.

No tocante às ações voltadas para o incentivo ao acesso e uso das bibliotecas por parte da sociedade, há muito que se fazer, principalmente em relação à questão de recursos humanos para gerir as bibliotecas, tratar das coleções e desenvolver atividades culturais e de fomento à leitura, para que de fato as bibliotecas públicas atendam as missões-chave para as quais foram criadas, que, segundo a Unesco (1994), vão desde a criação e fortalecimento do hábito de leitura entre as crianças até apoio, participação e criação de programas e projetos de alfabetização para os mais diversos grupos e faixas etárias.

Marques Neto (2016, p. 66) discorre acerca da efetividade das inúmeras políticas públicas brasileiras voltadas para o incentivo à leitura e, de forma resumida, diz que

Qualquer efetividade das políticas, dos investimentos e das ações de fomento à leitura praticados no Brasil não pode ser descolada da política social e inclusiva que vivenciamos de maneira inédita nos últimos anos desde 2006, ou há dez anos, [quando] o Brasil pactuou um Plano Nacional do Livro e Leitura, e este pacto envolveu o conjunto de atores do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas.

São desafios e entraves como estes que corroboram para que muitas das ações desenvolvidas e recursos investidos em prol da melhoria das condições de acesso aos bens culturais e educacionais por parte da população não ocorram de forma eficaz.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Galeno. Apresentação do Programa Fome de Livro. **Encontro Nacional de Ciência da Informação**, v. 5, 2004. Disponível em: <http://www.cinform-antteriores.ufba.br/v_anais/palestras/fomedelivro.doc>. Acesso em: 02 jul. 2017.

BAPTISTA, Ana Maria Haddad. **Educação, ensino e literatura: propostas para reflexão**. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Art-Livros, 2012.

_____. **Educação, linguagens e livros**. São Paulo: BT Acadêmica, 2015.

BARBALHO, Alexandre. **Política cultural**. Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BELO, André. **História e livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre livro e leitura**. 2. ed. Brasília, DF, 2013.

_____. **Decreto n.º 519, de 13 de maio de 1992**. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. Brasília, DF, 1992a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0519.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. **Decreto n.º 520, de 13 de maio de 1992**. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. Brasília, DF, 1992b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0520.htm>. Acesso em: 09 ago. 2017.

_____. **Decreto n.º 7.559, de 1º de setembro de 2011**. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm>. Acesso em: 07 ago. 2017.

_____. **Decreto n.º 8.297, de 15 de agosto de 2014**. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8297.htm>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. **Decreto n.º 65.347 de 13 de outubro de 1969**. Regulamenta a Lei n.º 5.471, de 9 de junho de 1968, que dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos. Brasília, DF, 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65347-13-outubro-1969-406856-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. **Decreto n.º 84.631, de 09 de abril de 1980**. Institui a "Semana Nacional do

Livro e da Biblioteca" e o "Dia do Bibliotecário". Brasília, DF, 1980. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84631-12-abril-1980-434169-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

_____. **Decreto n.º 91.542, de 19 de agosto de 1985**. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Brasília, DF, 1985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. **Decreto n.º 99.240, de 7 de maio de 1990**. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas, e dá outras providências. Brasília, DF, 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99240.htm>. Acesso em: 13 ago. 2017.

_____. **Decreto-lei n.º 93, de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Brasília, DF, 1937a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

_____. Instituto Nacional do Livro. **Os livros são para ler: um manual de treinamento e orientação para encarregados de pequenas bibliotecas públicas**. 2. ed. rev. Brasília, DF, 1977.

_____. **Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Brasília, DF, 1937b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.

_____. **Lei n.º 5.191, de 13 de dezembro de 1966**. Institui o Dia Nacional do Livro. Brasília, DF, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5191.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

_____. **Lei n.º 5.471, de 9 de julho de 1968**. Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. Brasília, DF, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5471.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

_____. **Lei n.º 7.624, de 5 de novembro de 1987**. Autoriza a instituição de fundações e dá outras providências. Brasília, DF, 1987. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7624-5-novembro-1987-367604-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

_____. **Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990**. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1990b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8029cons.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

_____. **Lei n.º 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF, 2010a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. **Lei n.º 13.131, de 3 de junho de 2015**. Institui o dia 31 de outubro como o Dia Nacional da Poesia. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13131.htm>. Acesso em: 13 ago. 2017.

_____. Ministério da Cultura. **Caderno do PNLL**. Ed. atual. e rev. Brasília, DF: MinC, 2014b. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE):** leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. Brasília, DF, 2008.

_____. **Portaria conjunta MinC/FBN/ANCINE nº 1, de 10 de setembro de 2012**. Institui grupo de trabalho com o objetivo de apoiar a organização da participação do Brasil na Feira Internacional do Livro de Frankfurt 2013. Brasília, DF: MinC, 2012a. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/40396698/dou-secao-1-11-09-2012-pg-7>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

_____. **Portaria IBRAM nº 520, de 22 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a criação do Conselho editorial no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/2015&jorn=jornal=1&pagina=54&totalArquivos=156>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. **Portaria Interministerial MEC/MinC n.º 1.442, de 10 de agosto de 2006**. Institui o Plano Nacional de Livro e Leitura – PNLL. Brasília, DF: MEC/MinC, 2006. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/08/2006&jornal=1&pagina=18&totalArquivos=128>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

_____. **Portaria Interministerial MinC/MEC n.º 214, de 23 de novembro de 2005**. Dispõe sobre a criação do Prêmio "VIVALEITURA", sua coordenação e execução em conjunto pela Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, a Ciência e a Cultura, Ministério da Cultura e Ministério da Educação e dá outras providências. Brasília, DF: MinC/MEC, 2005. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=28/11/2005>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

_____. **Portaria Interministerial MinC/MRE nº 2, de 11 de outubro de 2012**. Institui o comitê organizador encarregado de coordenar a participação do Brasil na Feira do Livro de Frankfurt em 2013. Brasília, DF: MinC/MRE, 2012b. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/40396698/dou-secao-1-11-09-2012-pg-7>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

_____. **Portaria Interministerial n.º 4 de 22 de outubro de 2014**. Dispõe sobre as regras e o funcionamento do Prêmio VIVALEITURA. Brasília, DF, 2014c. Disponível em:

<http://www.lex.com.br/legis_26101823_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_4_DE_22_DE_OUTUBRO_DE_2014.aspx>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **Portaria MEC n.º 584, de 28 de abril de 1997.** Institui o Programa Nacional Biblioteca da Escola. Brasília, DF: MEC, 1997. Disponível em: <<http://www.abrelivros.org.br/home/index.php/pnbe/5334-portaria-n.%C2%BA-584-de-28-de-abril-de-1997>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

_____. **Portaria MEC n.º 2.922, de 17 de outubro de 2003.** Aprova o Programa Nacional do Livro do Ensino Médio – PNLEM. Brasília, DF: MEC, 2003. Disponível em: <<http://www.abrelivros.org.br/home/index.php/legislacao/27-informacoes/legislacao/5468>>. Acesso em: 12 maio 2017.

_____. **Portaria MinC n.º 33, de 17 de abril de 2014.** Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio à realização de atividades culturais e de projetos de infraestrutura, no âmbito do Ministério da Cultura. Brasília, DF: MinC, 2014d. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/legislacao/-/asset_publisher/siXl1QMnIPZ8/content/portaria-n%C2%BA-33-2014-minc/10937>. Acesso em: 18 jul. 2017.

_____. **Portaria MinC n.º 117, de 1º de dezembro de 2010.** Estabelece como condição para a liberação de recursos financeiros do Ministério da Cultura aos entes federados a existência de biblioteca pública em condições minimamente adequadas de atendimento à população. Brasília, DF: MinC, 2010b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/12/2010&jornal=1&pagina=26&totalArquivos=208>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

BRETAS, Maria Luiza Batista. **Políticas de fomento à leitura: perspectivas e desafios em diferentes contextos.** 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

CALDAS, Aulete; GEIGER, Paulo. **Novíssimo Aulete:** dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexicon, 2011.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.). **Políticas públicas: conceitos e práticas.** Belo Horizonte: SEBRAE-MG, 2008.

CAMPBELL, James W. P. **A biblioteca: uma história mundial.** São Paulo: SESC, 2015.

CANCLINI, Nestor Garcia. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (Org.). **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización.** Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 57-67.

CECCANTINI, João Luís. Mentira que parece verdade: os jovens não leem e não gostam de ler. In: FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da Leitura no Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. p. 83-98.

CENTRO REGIONAL PARA EL FOMENTO DEL LIBRO EN AMÉRICA LATINA Y EL

CARIBE – CERLALC. **¿Quiénes somos?**. Disponível em: <http://www.cerlac.org/secciones/libro_desarrollo/sier_estudios_p.htm>. Acesso em: 21 ago. 2017.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução de Reginaldo Moraes. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CIRINO, Darciane Barros Leão. **Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE: apropriação dos acervos para a formação de leitores no município de Ipameri-Goiás**. 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, 2015.

COELHO, João Batista. PROLER: um estudo sobre a sua implantação. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 129, p. 9-56, 2009. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_129_2009.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1997.

_____. **O que é ação cultural**. 2. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2002.

CUNHA FILHO, Humberto. **Cultura e democracia na Constituição Federal de 1988: representação de interesses e sua aplicação ao Programa Nacional de Apoio à Cultura**. 2004. 233 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

DIAS, Sandra Mônica de Freitas; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Discursos sobre leitura e biblioteca escolar. In: CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Dizeres sobre biblioteca escolar: palavras em movimento**. Ribeirão Preto: Alfabeta, 2011. p. 151-163.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da Leitura no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FISCHER, Stiven Roger. **História da leitura**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FLOWER, Derek Adie. **Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da antiguidade**. [São Paulo]: Nova Alexandria, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Diretrizes do Estado Novo (1937- 945)**: Instituto Nacional do Livro. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. A política editorial do Instituto Nacional do Livro no regime militar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 3., 21 a 23 de setembro de 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:

<<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2011/11/Andrea-Lemos-Xavier-Gal%C3%BAcio.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. 4. reimp. São Paulo: Parábola, 2003.

HUNTINGTON, Ellsworth. **Civilization and climate**. Honolulu, Hawaii: University Press of the Pacific, 1915.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Coordenação de população e indicadores sociais. **Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores: política para a cultura: política para o livro**. São Paulo: Summus, 2004.

MACEDO, Neusa Dias de; MODESTO, Fernando. Equivalências: do serviço de referência convencional a novos ambientes de redes digitais em bibliotecas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 38-54, 1999. Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/18135>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MACHADO, Elisa Campos. Acesso à informação em bibliotecas públicas: aspectos políticos e econômicos. In: SILVA, José Fernando Modesto da. **A biblioteca pública em contexto: cultural, econômico, social e tecnológico**. Brasília, DF: Thesaurus, 2015. p. 109-126.

MARCONDES, Carlos H. et al. (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: EDUFBA; Brasília, DF: IBICT, 2005.

MARQUES NETO, José Castilho. Retratos da Leitura no Brasil e as políticas públicas: fazer crescer a leitura na contracorrente – revelações, desafios e alguns resultados. In: FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da Leitura no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. p. 57-73.

_____. (Org.). **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. 3. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

_____. **O que é Biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, 1979.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – OEI. **O que é OEI?**. Disponível em: <<http://oei.org.br/oei>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

PARADA, Eugênio Lahera. Política y políticas públicas. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas: coletânea**, v. 1. Brasília, DF: ENAP, 2006. p. 67-95.

PEREIRA, Andréa Kluge. **Biblioteca na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7260-biblioteca-escola-seb&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 jun. 2017.

PERROTI, Emir. Leitura (1). In: COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1997. p. 229-234.

PIAUI. Secretaria de Educação. **Gerências regionais**. Disponível em: <<http://www.seduc.pi.gov.br/gerencias/1/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. **Revista [online] Ubimuseum**, v. 1, p. 45-52, 2011. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. 2. ed. Brasília, DF: Brinquet Lemos, 2002.

SALES, Hebert. Prefácio. In: BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Os livros são para ler: um manual de treinamento e orientação para encarregados de pequenas bibliotecas públicas**. 2. ed. rev. Brasília: 1977. p. 7.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Divina Aparecida da; ARAÚJO, Iza Antunes. **Auxiliar de biblioteca: técnicas e práticas para formação profissional**. 7. ed. Brasília, DF: Thesaurus, 2014.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Conferências sobre leitura: trilogia pedagógica**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SILVA, José Fernando Modesto da. Biblioteca pública, internet e os impactos tecnológicos. In: _____. **A biblioteca pública em contexto: cultural, econômico, social e tecnológico**. Brasília, DF: Thesaurus, 2015. p. 21-49.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: LISA; Brasília, DF: INL, 1980. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/10482/12779/1/LIVRO_BibliotecaPublicaBrasileira.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

TERESINA. Secretaria Municipal de Educação. **Contatos das escolas**. Disponível em: <<http://semec.teresina.pi.gov.br/menu/contatos-das-escolas.html>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

TRIVIÑOS, Augustus Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2017.

ULLMANN, Reinhold Aloysio. **Antropologia: o homem e a cultura**. Petrópolis: Vozes, 1991.

UNESCO. **Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural**. 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. **Cultura e desenvolvimento sustentável no Brasil: acesso à cultura no Brasil**. [2015]. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

APÊNDICE A – Questionário A

Prezado(a) gestor(a), Eu, Denizete Lima de Mesquita, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), através do Mestrado Interinstitucional (MINTER) da Universidade Nove de Julho – Uninove, matrícula n. 616150205, venho, respeitosamente, por meio deste, solicitar a autorização para coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa intitulada **AÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS DE FOMENTO AO LIVRO, À LEITURA E À BIBLIOTECA NO BRASIL**

Informo ainda que a coleta destas informações é essencial para finalização da presente pesquisa.

Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos acerca do questionário em tele e desde já agradeço a atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Denizete Lima de Mesquita (Mestranda)
Mestranda em Educação pela Universidade Nove de Julho - Uninove
Bibliotecária Documentalista – IFPI/Campus Oeiras.
Telefone (89 – 94544436 / 86 99006086 / 86 88243454)
E-mails: denizetemesquita@ifpi.edu.br ; denilima@hotmail.com
Ana Maria Haddad Baptista (Orientadora)
Pós-Doutora em História da Ciência (PUC/SP)
Docente da Uninove

QUESTIONÁRIO

1. Em qual órgão ou setor você trabalha?

2. Qual a sua concepção acerca das ações públicas culturais de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas?

3. Como é feito o repasse dos recursos provenientes das ações de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas pelo governo federal para o estado do Piauí?

4. Como ocorre o processo de implantação e gestão das ações públicas do governo federal para o incentivo à leitura, ao livro e à biblioteca, pelo estado do Piauí?

5. Há um acompanhamento de como as ações estão sendo executadas no estado? Justifique.

A) Sim () B) Não ()

6. Considera positivo os resultados obtidos através da implantação das ações públicas culturais federais de fomento à leitura, ao livro e à biblioteca no estado do Piauí? Justifique.

A) Sim () B) Não ()

7. Qual(is) sugestão(ões) para melhoria do processo de implantação e gestão das ações públicas federais de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas no Piauí?

OBRIGADA!!

APÊNDICE B – Questionário B

Prezado(a) gestor(a), eu, Denizete Lima de Mesquita, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), através do Mestrado Interinstitucional (MINTER) da Universidade Nove de Julho – Uninove, matrícula n. 616150205, venho, respeitosamente, por meio deste, solicitar a autorização para coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa intitulada **AÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS DE FOMENTO AO LIVRO, À LEITURA E À BIBLIOTECA NO BRASIL**

Informo ainda que a coleta destas informações é essencial para finalização da presente pesquisa.

Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos acerca do questionário em tele e desde já agradeço a atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Denizete Lima de Mesquita (Mestranda)
 Mestranda em Educação pela Universidade Nove de Julho - Uninove
 Bibliotecária Documentalista – IFPI/Campus Oeiras.
 Telefone (89 – 94544436 / 86 99006086 / 86 88243454)
 E-mails: denizetemesquita@ifpi.edu.br ; denilima@hotmail.com
Ana Maria Haddad Baptista (Orientadora)
 Pós-Doutora em História da Ciência (PUC/SP)
 Docente da Uninove

QUESTÕES

1. Qual sua função/cargo?

2. Qual a sua concepção acerca das ações públicas culturais de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas?

3. A escola que trabalha recebe ou recebeu obras literárias e/de temas gerais provenientes do Programa Nacional Biblioteca na Escola ou outro programa do Governo Federal?

A) () Sim B) () Não C) () Desconheço

4. Em caso de resposta positiva na questão anterior, explique como é feito o processo de gestão das obras recebidas?

5. Como ocorre o acesso da comunidade escolar aos livros disponíveis na biblioteca da escola?

6. Há algum acompanhamento pelo governo federal sobre a gestão das obras disponibilizadas para a escola? Explique.

- A) Sim () B) Não ()

7. Qual(is) sugestão(ões) para melhoria do processo de implantação e gestão das ações públicas federais de fomento à leitura, aos livros e às bibliotecas no Piauí?

OBRIGADA!!

APÊNDICE C – Termo de autorização de registro fotográfico de local/objetos

Prezado(a) gestor(a), eu, Denizete Lima de Mesquita, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), através do Mestrado Interinstitucional (MINTER) da Universidade Nove de Julho – Uninove, matrícula n. 616150205, venho, respeitosamente, por meio deste solicitar a autorização para coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa intitulada **AÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS DE FOMENTO À LEITURA, AO LIVRO E À BIBLIOTECA NO BRASIL**

Informo ainda que a coleta destas informações é essencial para finalização da presente pesquisa.

Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos acerca do questionário em tele e desde já agradeço a atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Denizete Lima de Mesquita (Mestranda)
 Mestranda em Educação pela Universidade Nove de Julho - Uninove
 Bibliotecária Documentalista – IFPI/Campus Oeiras.
 Telefone (89 – 94544436 / 86 99006086 / 86 88243454)
 E-mails: denizetemesquita@ifpi.edu.br ; denilima@hotmail.com
Ana Maria Haddad Baptista (Orientadora)
 Pós-Doutora em História da Ciência (PUC/SP)
 Docente da Uninove

Eu, _____
 (nacionalidade), _____ (profissão/cargo) _____
 _____, portador da Cédula de Identidade
 RG nº _____, responsável pela biblioteca/unidade de informação da (o)
 _____,
 situada à (rua/avenida) _____,
 nº _____, na cidade de _____, **AUTORIZO** o registro
 fotográfico do espaço e do acervo da biblioteca/unidade de informação, para ser
 utilizada para fins de pesquisa científica nas áreas educacional e cultural, sejam
 essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou apenas para uso restrito,
 desde que não haja desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades de divulgação. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem do local ou dos acervos, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Teresina – PI ____ de _____ de 2017.

Nome do responsável